

CCMAP - ENSAIO - 1977 - N. 3

ESCRITA

ensaio

Ano I - nº 3 - 1977 - C\$ 25

EMPRESA NACIONAL: A LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA

José Mindlin

Saturnino Braga

**Octávio Gouvêa
de Bulhões**

Hélio Beltrão

Eli Diniz Cerqueira

Renato Raul Boshi

Moniz Bandeira

Fernando Gasparian



**E o Relatório Confidencial de Abraham F.
Lowenthal**



ESCRITA ensaio

Publicação bimestral da revista Escrita.

Editor
Wladyr Nader

Conselho Editorial
Astolfo Araújo
Gildo Marçal Brandão
Hamilton Trevisan
Marco Aurélio Nogueira

Arte
Hélio de Oliveira (capa)
Marcon, Arnaldo, Saiti, Sizenando (ilustrações)
Yvonne Saruê (diagramação)

Uma publicação da
Vertente Editora Ltda.
Rua Dr. Homem de Melo, 446 - Perdizes
Fones: 62-3699 e 262-8861
05007 - São Paulo (SP)

Assinatura anual
(por vale postal
ou cheque visado):
Cr\$ 150,00
(com direito a dois
números atrasados)

Composição
Editora Jornalística AFA Ltda.
Av. Liberdade, 704
São Paulo (SP)

Impressão
Jornal Paulista
Rua Oscar Cintra Gordinho, 46
São Paulo (SP)

Distribuição
Abril
Alfredo Tedeschini (Rio)

Registro na D.C.D.P.
do D.P.F. sob nº
1464 - P. 209/73

APRESENTAÇÃO

Independentemente das perspectivas, das propostas políticas e do ângulo privilegiado, é inegável que a empresa nacional assume hoje com uma intensidade e um estatuto que, apesar de na essência distintos, fazem os mais apressados lembrarem os velhos tempos pré-64 — novamente um papel de relevo nos debates em curso sobre os rumos da vida brasileira.

Não poderia ser diferente. O crescimento econômico (para alguns "milagroso") verificado no país na última década veio necessariamente recolocar no centro das atenções, como pólos que realmente são capazes de atuarem como os fiéis da balança da história, as classes fundamentais da sociedade brasileira — classes cujo papel, e até mesmo existência, foi ocultado pelo tecnocratismo dominante, mais afeito à manipulação arbitrária de dados e índices do que à consideração dos agentes sociais.

Mais do que isso: ao colocar as contradições sociais num nível superior de manifestação, o desenvolvimento do capitalismo brasileiro abriu espaço para novas discussões sobre os elementos estruturais e constituintes da realidade histórica brasileira: o imperialismo e o latifúndio — elementos que, acima de qualquer controvérsia semântica e o político-ideológica, afetam fundamentalmente o modo de ser da burguesia e do proletariado nacionais, permanecendo como a marca do atraso e do passado colonial.

Num quadro como este, a questão da empresa nacional surge quase que naturalmente. Em torno dela — melhor dizendo, da controvérsia sobre sua viabilidade e sobre o papel do empresariado (ou burguesia) nacional no desenvolvimento capitalista brasileiro — um conjunto de temas se aglutina, formando um núcleo privilegiado para análises conseqüentes.

Deste núcleo, dois temas se destacam: as relações da empresa privada nacional (pequena, média e grande) com os monopólios estrangeiros e, mais ainda, suas relações com o Estado, com as empresas estatais. Na base, mas geralmente introduzida de forma enviesada no debate, a questão democrática, o problema crucial das decisões políticas.

Nesse sentido, não faltam vozes que, constatando a "elefantíase da empresa estatal", defendem a "livre empresa", a empresa privada (sintomaticamente não se diz nacional), como "a célula da democracia" e alertam que "somente através de seu fortalecimento poderemos evitar o totalitarismo" e impedir que a iniciativa privada "seja sufocada pela estatização". Ao coro dos que se debatem contra o Estado somam-se, como vozes dissonantes, aqueles que, certamente movidos por intenções positivas e apoiados em métodos mais rigorosos, descrevem do papel progressista do Estado no capitalismo.

Não por acaso, soam muito mais baixo as vozes dos que pregam a defesa da empresa nacional contra o capital estrangeiro e mais baixo ainda, quase inaudíveis as manifestações de apoio a uma eventual política estatal antiimperialista. O nacionalismo, novamente estigmatizado em certos setores, muitas vezes de forma primária, ressurge como o espantinho que dificulta (e até mesmo impede) o equacionamento adequado da realidade brasileira. De resto, há na polêmica traços velhos e conhecidos.

Este terceiro número de Escrita/Ensaio reúne textos voltados para o exame daquele núcleo privilegiado de temas. O material é diversificado, controvérsico e abarca questões amplas, acompanhado, aliás, neste particular, a própria complexidade e variedade de problemas que brotam de qualquer consideração sobre a empresa nacional (afinal, o centro para onde se voltam as preocupações deste número). A partir de entrevistas, documentos e artigos, procuramos informar e fornecer um quadro com posições distintas (e até mesmo opostas).

Da ideologia do empresariado nacional às relações dos Estados Unidos com a América Latina, da situação presente do nacionalismo ao imperialismo e à denominação política, do projeto econômico da oposição às propostas de um grupo de trabalho empresarial sobre o fortalecimento da empresa privada nacional — todos os textos confluem para a preocupação básica (independente das diferentes visões do mundo e dos distintos métodos de análise empregados) de tratar temas controversos e fundamentais com rigor e seriedade.

Escrita/Ensaio 3 não tem a ingênua pretensão de fechar ou concluir uma discussão. Participando de um debate aberto há tempo, busca apenas contribuir para o seu desenvolvimento. (MAN).



ÍNDICE

| | |
|--|--------|
| A IDEOLOGIA DO EMPRESARIADO NACIONAL - Renato Raul Boshi e Eli Diniz Cerqueira, professores do Mestrado de Sociologia no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. | pg. 4 |
| O MODELO "MORAL" DE SATURNINO BRAGA - Frota Neto, ROBERTO SATURNINO BRAGA, senador e vice-líder do MDB no Senado | pg. 9 |
| UM MODELO NACIONALISTA PARA O BRASIL: SITUAÇÃO PRESENTE E POSSIBILIDADES FUTURAS - Fernando Gasparian, empresário, diretor da editora Paz e Terra. | pg. 12 |
| NOTAS SOBRE O IMPERIALISMO E A DOMINAÇÃO POLÍTICA NO TERCEIRO MUNDO - Moniz Bandeira, professor da Escola de Sociologia e Política de São Paulo. | pg. 21 |
| ESTADOS UNIDOS E AMÉRICA LATINA: O FIM DE UMA PRETENSÃO HEGEMÔNICA - Abraham F. Lowenthal, diretor do órgão Estudos para o Conselho de Relações Exteriores, do Governo Carter. | pg. 27 |
| CAPITALIZAÇÃO DA EMPRESA PRIVADA NACIONAL - Hélio Beltrão, economista, empresário, ministro do Planejamento do Governo Costa e Silva. | pg. 36 |
| CONSIDERAÇÕES E SUGESTÕES SOBRE A FORMA DE CONSOLIDAR A POSIÇÃO DA EMPRESA PRIVADA NACIONAL - José E. Mindlin, empresário, diretor da Federação das Indústrias do Estado de S. Paulo, ex-secretário de Cultura, Ciência e Tecnologia, no Governo Paulo E. Martins. | pg. 42 |
| ALGUNS ASPECTOS DA ECONOMIA BRASILEIRA - Octávio Gouvêa de Bulhões, economista, ministro da Fazenda no Governo Castelo Branco. | pg. 46 |





A ideologia do empresariado nacional.

entrevista de Astolfo Araújo e Luiza Freixinho
a Eli Diniz Cerqueira e Renato Raul Boshi



E/E - Sabemos que existe uma indefinição conceitual de Empresa Nacional. Como então fixar os contornos e, principalmente, como separar a empresa que é nacional da que atua dentro do país, fantasiada como tal?

FD - Não há um critério único e, quando fizemos a nossa pesquisa, tomamos como pontos de referência os critérios usados pelo BNDE para concessões de financiamentos, etc. Agora, é evidente que uma série de empresas tidas como nacionais têm vínculos com empresas estrangeiras.

RB - E pagam até "royalties". A tecnologia, mesmo quando foi comprada em períodos anteriores, até hoje mantém as dívidas. Acho que o problema não é definir o empresário nacional por ter tantos por cento de participação acionária, etc. O problema é defini-lo como classe.

E/E - Existe uma ideologia da empresa nacional?

RB - Vocês querem dizer se há a possibilidade de o empresariado se constituir numa classe e ter comportamentos políticos? Nesse sentido é que a pergunta "Existe o empresário nacional?" torna-se mais complicada. Aí se precisa de uma série de especificações. E a resposta para isso, até onde a gente pode dizer com base no nosso trabalho, é a seguinte: há uma diversificação muito grande de interesses, mesmo pela própria diversidade crescente no processo produtivo - coisa que, a propósito, não é muito diferente também nas áreas do "capitalismo central". Então, a especificidade desse grupo social no Brasil diz respeito à questão do relacionamento com o Estado. É que a gente está focalizando essa área de problemas: desde muito cedo, esse grupo que a gente pode chamar de "burguesia" - entre aspas; por enquanto - foi um grupo que, não apenas por causa dessa situação de país dependente, das dificuldades de capitalização, etc., transferiu ao Estado o controle sobre o mercado. O Estado teve participação muito ativa na constituição do mercado interno, por exemplo. O Estado é o agente principal de capitalização e o empresário delega ao Estado o controle sobre o mercado.

E/E - Por que causas?

FD - Bom, se você quiser remontar os primórdios da industrialização, você vai verificar que o empresário nacional desde muito cedo começou a adquirir uma certa consciência da sua incapacidade, no sentido de assumir por conta própria as tarefas ligadas à consolidação do parque industrial interno. Diante dos problemas da carência de recursos e da falta de instrumentos creditícios adequados, diante da problemática da falta de tecnologia, os empresários desde cedo adotaram com relação ao Estado a atitude de solicitar a sua intervenção crescente, no sentido de que ele criasse as condições de constituição e expansão desse setor industrial. Sobretudo porque ainda no início da industrialização havia, evidentemente, uma influência muito grande de uma ideologia agrarista, conceituando o país como "essencialmente agrícola". Então, dentro de um contexto caracterizado por relações de dependência face ao capitalismo internacional, a situação é a seguinte: na verdade, desde a sua origem, uma chamada burguesia nacional ou burguesia local apresenta esse comportamento dependente com relação ao Estado. Acontece que ao longo do tempo essa dependência foi se acentuando, na medida em que o Estado foi definitivamente assumindo responsabili-

dades crescentes e entrando em áreas que, em termos, por exemplo, ideológicos, a burguesia via como áreas apropriadas apenas ao setor privado, e não ao Estado.

E/E - O Estado não se tornou uma forma de atuação dessa própria burguesia, um instrumento dela?

FD - Evidentemente que o interesse da burguesia era este: solicitar a intervenção do Estado na economia mas em função de que se colocasse a serviço de seus interesses. O que houve é que o comando dessa política escapou ao controle da burguesia e, na medida em que escapou, ela foi se sentindo ameaçada por essa intervenção solicitada. A burguesia queria uma intervenção, digamos, controlada por ela mesma, e que o Estado não fosse além de certos limites compatíveis com aquilo que ela achava que era o ponto ótimo de intervenção. Mas ocorre que, sem ter, digamos, o controle - e já não diria o controle - mas sem ter sequer uma influência decisiva, primordial no processo decisório, evidentemente que os rumos dessa intervenção podem escapar aos desígnios da burguesia.

E/E - Vocês definitivamente separam Estado de burguesia?

FD - Sim, o Estado não se confunde com a burguesia, evidentemente. É claro que se trata de um Estado voltado para uma proposta de expansão capitalista, mas daí achar que o Estado está a serviço dos interesses de classe dessa burguesia, tal como ela o deseja, isso não.

RB - Aliás, nessas demandas do empresariado vocês têm quase que uma tentativa de colocar a proteção do empresário nacional, por exemplo, como uma questão de direito, legítima, quando não se trata realmente de uma questão legítima. Quer dizer, o Estado tem evidentemente que cumprir o papel de árbitro entre os diversos setores sociais em conflito, etc., mormente levando-se em conta que o modelo econômico está definido por uma ingerência cada vez maior, uma participação decisiva do capital estrangeiro, redefinido a partir da década de 50 em função mesmo da transformação do sistema econômico para moldes internacionalizados. Agora, voltando à questão que a gente tinha colocado antes: existe o empresário nacional atuando como classe? Aí já é outra questão. O que gostaria que ficasse claro é que, apesar de existir uma dependência, que foi se tornando maior, por parte do empresário frente ao Estado, ela não pode ser superenfaticada, no sentido de minimizar as condições de atuação do empresariado ou de setores do empresariado enquanto classe. Na verdade o empresariado foi delegando o poder não apenas na área econômica mas também em outras esferas a que normalmente a burguesia, em países centrais, teve acesso, como, por exemplo, a do controle sobre o sistema educacional, que basicamente cumpre as funções de reprodução das condições de produção. E outras esferas também, como a esfera do trabalho, do controle sobre a problemática social, porque o trabalho também foi transferido ao Estado. Então, uma das coisas que a gente viu em nosso trabalho, fazendo uma análise através do tempo - primeiro com dados históricos e mais recentemente com base numa série de entrevistas com a elite do empresariado paulista - é que de fato, se não há um consenso da situação,

de todo o empresariado nacional como um bloco, pelo menos existem setores de elite que, estes sim, não apenas historicamente, se desenvolveram como grupos nacionais autênticos fazendo pressão frente ao Estado, como conseguiram, apesar da dependência, estabelecer um padrão de relacionamento, quer seja através do sistema corporativo de representação deles, quer seja como acontece hoje, através de contato mesmo, da presença do setor privado em vários instantes do processo decisório da política econômica. E o que Fernando Henrique Cardoso chama de "anéis burocráticos". Então, o que não se pode minimizar, eu acho, em função da dependência, é o papel antigo que um núcleo desse empresariado teve no sentido de fazer frente ao Estado, no sentido de colocar a demanda e de estabelecer canais de ligação com o Estado, ainda que não fossem os canais dos moldes existentes por exemplo numa sociedade democrática, não é? Que é geralmente o modelo que a gente tem na cabeça quando pensa em atuação política: a gente pensa em grupos de pressão funcionando, em partidos, em lobbies, etc. Então, esses não são o padrão. Mas ainda que esse não tenha sido o padrão, a gente pode nominar qual a relação inclusiva entre o crescimento econômico e a tarefa de desenvolver, de crescer, etc. e o fortalecimento do Estado, que progressivamente abarca ou absorve uma série de tarefas que competiriam à iniciativa privada. Dentro desse quadro realmente eu acho que o empresário, os setores de elite do empresariado, realmente tiveram um papel bastante ativo, não é? Aí a gente entra num outro âmbito de questões, que são questões relativas, digamos, ao formato político, questões relativas ao tipo de participação que poderia ser desejado, ou que eles gostariam que fosse - a ideologia. É sob esse ponto de vista que talvez a entrevista fique mais interessante: a ideologia do empresariado, a perspectiva de futuro disso, como é que vai se desenvolver esse tipo de pressão, porque você nunca pode pegar uma conjuntura para explicar historicamente o comportamento de uma classe. Quer dizer, de fato a conjuntura me parece neste momento me colocando na ótica do empresário nacional, favorável ao empresário nacional numa série de sentidos.

FD - Existe mais ou menos um impasse entre o empresariado nacional e a política do Governo. Talvez o empresariado nacional não tenha, como você diz, medido as consequências desse paternalismo. Então existe hoje um impasse entre o empresariado e o Governo, quanto ao próprio desenvolvimento dessa possível ideologia do empresariado.

RB - Não sei se eu colocaria a coisa em termos de impasse, não. Porque aí é que está: se você pega a coisa conjunturalmente, você pode ter a tendência a interpretar na reclamação, na gritaria que o empresariado fez ou tem feito recentemente, uma característica que pudesse ser generalizada para a classe como um todo e historicamente, em termos de eles exercerem uma prática liberal. Mas eu não sei se esse é o caso. Acho que existe crise ao nível político. Só que essa crise está se manifestando num grau mais lento, como sempre acontece, do que as crises a nível da economia, a respeito das quais eu acho que já existe certo grau de consenso. Agora, quando

o empresário fala, acho que ele está falando muito em termos das dificuldades econômicas que experimenta. Ao nível político, ele se manifesta apenas em termos de, por exemplo, exercer uma voz maior no processo decisório sobre a política econômica, que é um aspecto já por mim mencionado. E quando reclamam alguma coisa, é para falar, "olha aqui, realmente a gente não pode passar sem vocês, mas a gente gostaria de ter uma palavra nos rumos que vocês estão imprimindo à sua atuação sobre a economia, porque, do jeito que está não está dando muito pé, pela situação de competitividade com o capital estrangeiro, etc."

ED - Ainda sobre esse ponto, acontece o seguinte: também não existe, por parte do empresariado, um projeto de desenvolvimento econômico, pronto e acabado. É muito menos um projeto político propriamente dito, claramente definido.

E/E - Onde se situa então o projeto Severo Gomes, que parece projetar um consenso econômico do empresariado nacional, ou o projeto Saturnino Braga?

ED - Para vocês então esse projeto corresponderia a uma ideologia do empresariado nacional?

E/E - Exato.

ED - Olhe, eu acho que não, eu vejo uma diferença, é claro que existem alguns pontos de conta - é claro que nessas declarações você encontrará alguns pontos que correspondem a determinadas aspirações do empresariado, mas ocorre que se você tomar a coisa num sentido muito global, aí é muito difícil, porque eu acho que o próprio empresariado não tem um projeto pronto e acabado, se você pensar em termos de política econômica. É claro que eles querem uma política econômica que favoreça o fortalecimento do setor privado nacional. Isso sem dúvida alguma. É claro que, como nós ressaltamos, está muito evidente atualmente um sentimento de temor com relação aos rumos que o processo de intervenção do Estado na economia - mas como agente econômico propriamente dito - está tomando. Agora, daí a se pensar que os empresários teriam um projeto alternativo a oferecer, eu acho que é esperar muito, acho que seria uma expectativa um pouco idealista. Mesmo porque, com relação ao capital estrangeiro, à empresa estrangeira, historicamente falando, o empresariado nacional viu-a muito mais como um parceiro no processo de expansão industrial do que propriamente como um elemento hostil, não é verdade? A hostilidade com relação ao capital estrangeiro não é algo que faça parte do universo ideológico do empresariado brasileiro, nem agora e nem nos primórdios da industrialização. Muito pelo contrário, se você recuar para a década de 40 ou de 50, por exemplo, você vai encontrar o empresário muito interessado em que o governo adotasse uma política de atração do investimento estrangeiro, porque isso era visto como uma forma de consolidar o setor industrial, de tornar, vamos dizer, irreversível esse processo de industrialização, dar a ele mais força, mais consistência.

E/E - Mas nem agora, com essa atuação mais clara do capital estrangeiro, que está inclusive representando um tipo de concorrência...?

ED - Sim, mas aí é uma outra questão. O que estou dizendo é que a hostilidade ao capital estrangeiro, o projeto de cons-

trução de um capitalismo concentrado na empresa nacional, a meu ver não existia a nível ideológico em termos de empresariado brasileiro. Mesmo hoje em dia aceita-se a participação do capital estrangeiro como inevitável, e não só inevitável como desejável em certos setores. O que não quer dizer que o empresário nacional aceite uma participação incondicional ou que não solicite do governo medidas que permitam atenuar a concorrência dessas empresas, certo? É claro que eles querem do governo medidas de controle, uma política em relação ao capital estrangeiro que assegure um espaço para a empresa nacional. São duas posições perfeitamente compatíveis.

RB - Outra questão é que nem sempre essas demandas econômicas têm a exata tradução ao nível da política. Por exemplo, no debate com relação a essa situação, existe claramente uma confusão entre a expansão da atividade econômica do Estado como a gente falou, na economia, e o formato político, o formato do sistema político. Então às vezes você reclama pelas vias do político uma coisa que claramente tem fundamentos de natureza econômica. É como é que você vai caracterizar a ideologia? Será que você pode ao menos estabelecer essa correspondência clara entre o aumento da intervenção do Estado sobre a economia e autoritarismo? Não sei.

ED - As pessoas inclusive confundem muito a intervenção estatal como sendo uma ameaça do fim da propriedade privada, e isso poderia ser mais discutido. Na verdade, como nos estávamos ressaltando, essa intervenção tem se dado mais justamente, no sentido de abrir um espaço para o desenvolvimento do setor privado industrial. Então, em grande parte foi a tentativa de criar mecanismo e condições propícias para a expansão desse setor em que a intervenção foi assumindo as proporções que ela tem atualmente. É claro que agora se chegou ao ponto de estar se criando esse tipo de controvérsia, mas, enfim, é muito mais em função daquela questão política propriamente dita, que nós procuramos ressaltar anteriormente. É propriamente pelo fato de o Estado estar crescendo às custas das perdas do setor privado.

E/E - Se não for o Estado será a empresa estrangeira, não é?

ED - Sempre se tem a imagem de que a expansão do Estado determina o recuo do setor privado mas, na verdade, se vocês pegarem os três atores principais do processo econômico brasileiro - ou seja, empresa estatal, empresa estrangeira e empresa privada nacional - vocês observam que ao longo das áreas básicas da nossa industrialização houve avanços e ganhos dos três setores, mas é claro que hoje em dia a posição que o Estado ocupa na economia é muito grande e muito forte.

RB - Mas é concentrada em determinada área. Você tem áreas de especialização, de atuação dessas empresas. Talvez uma área diversificada, a que esteja se diversificando mais seja, a da própria empresa estrangeira. Então você tem, por exemplo, a concentração da atividade estatal em diversas áreas estratégicas, de base, etc.

E/E - O ponto mais amarrado de todos é o do controle dos mecanismos monetários e financeiros, de que o Estado não abre mão.

ED - Claro, claro. O ponto central da dependência empresarial eu acho que vai justamente por aí. Não é tanto ques-

ção de defender um espaço na economia, isso realmente é muito mais uma retórica do que um dado real. Agora, de fato essa dependência face ao grau de controle que o Estado tem dos recursos financeiros, etc. é inevitável.

RB - Coisa que obviamente coloca a empresa multinacional numa posição completamente vantajosa com relação às locais, não é?

E/E - Como então o Estado se comportaria em relação à atuação desses investimentos estrangeiros? Ele entraria como regulador, teria o mesmo procedimento que tem frente ao empresário nacional, ou a empresa estrangeira se beneficia de uma forma mais autônoma dos mecanismos estatais, os financiamentos, etc?

RB - O BNDE, por exemplo, tem uma política clara e definida, em termos de alguma legislação, sobre financiamentos à empresa estrangeira. O BNDE não pode financiá-la. Porém, até há pouco tempo atrás - e só agora mais recentemente parece que a Finame está tratando de regular isso mais especificamente - você tinha um mecanismo que financiava um dos lados da negociação, da transação. Ou se financia quem compra ou quem vende. Então, por esse mecanismo se poderia escapar a esse controle, e as empresas multinacionais se beneficiaram indiretamente com o financiamento que estaria sendo fornecido a uma empresa nacional ou de controle acionário majoritariamente nacional. Coisa que também, em termos de controle, eu não sei se funciona muito. Estamos fazendo um trabalho exatamente sobre a questão de processo decisório em política econômica, entrevistando pessoas de organismos essenciais da área de decisão econômica, de planejamento do Estado, BNDE, Ministério da Fazenda, etc. Com isso temos aprendido um pouco acerca de como é que funcionam esses mecanismos, não é? E eles mesmos dizem: o controle pode ser exercido, mas ele não é eficaz em termos de realmente impedir que a empresa estrangeira tenha benefícios superiores ao que já existe como consenso dentro da política econômica, sobre o grau de benefícios que deveriam ter.

E/E - Quer dizer que essa definição do BNDE sobre empresa nacional é uma definição de certa forma falha?

RB - Não, não é que seja uma definição de certa forma falha. O problema, como eles mesmos dizem, é que ainda que você tenha o controle acionário majoritário - isto é, 51% nacional e 49% de controle estrangeiro - geralmente se estabelece por baixo da legislação outro tipo de participação ou de acesso dos grupos estrangeiros sobre o investimento. Quer dizer, em outras palavras, nem esse mecanismo legal resolve. É também no caso de "joint-ventures", em que você estabelece uma parcela, um terço para a empresa multinacional, um terço para empresa estatal e um terço para empresa nacional, também não funciona como um controle efetivo.

Porque a empresa nacional continua em situação desvantajosa no que diz respeito ao capital. Continua em situação desvantajosa no que diz respeito à tecnologia; aliás é o que esses grupos estrangeiros trazem, mas o problema não está aí: está em que não trazem capital de risco. E risco é uma coisa consensual em todas as entrevistas que a gente tem feito com essas pessoas de nível decisório na política econômica. O que de fato onera a balança de pagamentos do país é que essas empre-

sas não trazem capital de risco. Entram com a tecnologia, o know-how, que normalmente não é repassado, inclusive. Elas detêm o controle sobre essa tecnologia. Não se dá abertura para a participação de grupos - no caso, no sentido de absorver ou transferir tecnologia. Quer dizer, toda essa questão de transferência de tecnologia, no fundo, também não funciona muito bem. A empresa multinacional é muito bem aparelhada, ela funciona em outros moldes de investimentos, a nível internacional mesmo. E ainda que você tenha uma preocupação de exercer controle sobre os investimentos que são feitos no país, eu não creio que tenha efetivamente um controle sobre remessa de lucros ou que possa forçar a exportação de forma de compensar por exemplo a ausência de capital de riscos, de investimentos. Não há uma maneira clara de fazer isso. É, como uma pessoa contou numa conversa que a gente teve, não existe mesmo um consenso - aí realmente não existe - em termos de se estabelecer uma legislação para o capital estrangeiro. Isso não existe. Não existe uma orientação dentro do Governo no sentido de estabelecer uma legislação sobre o capital estrangeiro.

E/E - Não é tanto uma legislação, seria mais a questão de formular uma política para enfrentar essa questão.

E/E - Por outro lado, o empresariado nacional também não tem um consenso para se definir a esse nível, muito pelo contrário.

ED - Bom, aí não foi bem o que eu quis dizer. Eu não disse que o empresário nacional não teme a concorrência estrangeira. Muito pelo contrário, ele pede, sempre pediu e continuará pedindo a intervenção do Governo no sentido de reduzir essa concorrência, ou pelo menos de impedir a entrada do capital estrangeiro em determinadas áreas, onde a empresa privada já está consolidada. É, sobretudo, no sentido de pedir uma política que impeça a importação de equipamentos e insumos, etc., uma série de coisas que podem ser produzidas ou já são produzidas internamente no país. Até hoje realmente não se chegou a um resultado, digamos, a uma política global a esse respeito. Existem medidas parciais que são tomadas aqui e ali em diferentes épocas históricas, etc. Mas que são tomadas por um órgão, e o outro órgão pode não levar em consideração, etc. Então, é um problema que um setor de bens de capital por exemplo - cujo porta-voz é principalmente a AB-DIB - vem manifestando. É um tipo de aspiração desse setor, exatamente que o Governo formule uma política para a área de bens de capital, uma política industrial especificamente voltada para a possibilidade de abrir condições de expansão e consolidação desse setor no Brasil. Porque uma queixa que frequentemente os empresários formulam aí pelos jornais, etc., é exatamente que, embora o governo manifeste essa intenção através do CDE, através de alguns órgãos especializados dessa administração pública, por outro lado algumas empresas estatais transgridem constantemente essas normas - quer dizer, as negociações com empresas multinacionais normalmente não levam em conta esse dado, do similar nacional.

RB - Para ficar mais claro isso que a gente está dizendo quando a gente diz que o empresário nacional não tem historicamente uma ideologia desfavorável ao capital estrangeiro, não significa que

em casos utópicos ele não possa ser contrário. Quando realmente há competitividade em determinadas áreas, por exemplo.

ED - E também não significa que não haja conflito, não haja tensão. Esse conflito e essa tensão, é evidente que existem permanentemente. Porque no fundo é uma briga por espaço econômico, não é?

RB - Agora, aí é que está o problema que eu queria desenvolver: há um casuismo muito grande em termos de formação de política econômica por parte do Governo. Não existe consenso a nível de projeto político, sobre o que deve ser a participação do capital estrangeiro, então a coisa fica muito ao nível de se resolver casos específicos.

E/E - Mas já houve épocas com diretrizes projetadas, com planos elaborados?

ED - Eu acho que não, porque as soluções são muito em função da problemática que está sendo sentida em cada momento histórico, digamos assim. Então, não existe uma política que diga por exemplo: o capital estrangeiro deve atuar em tais e tais setores, mas tal setor deve ser reservado à empresa nacional, etc.

Seria uma visão bastante simplista, me parece, da política, você propor um tipo de coisa assim. Seria a extinção da própria política, ou então uma volta na história, uma política de reis e príncipes, você vai lá e conversa com os reis e os convence de que o melhor modelo é assim assado, coisa que aliás, em função das discussões todas desses modelos aí, acho que está longo de acontecer. Acho que nenhum pacto político se estabelece em função de propostas desse tipo. Eu acho muito bom que essas propostas estejam sendo colocadas em cima da mesa, cada um acha uma coisa e vamos colocar em cima da mesa para ver o que acontece. Nesse sentido eu acho que é uma coisa bastante importante. Agora, daí a você pensar que vai poder estabelecer um consenso integral em torno do qual todo mundo se fecha, eu acho que não. Acho que um dos fatores desse consenso poderia ser a própria redefinição do papel do Estado frente à sociedade civil, aí se torna uma coisa mais ampla.

E/E - É aí que está todo o impasse atual.

E/E - Isso nos leva a perguntar, se existe uma burocracia estatal com a atuação de classe?

RB - Quer dizer, e existe uma burguesia de Estado?

E/E - Ou se a ausência de uma burguesia de Estado resulta na indefinição da política econômica atual?

RB - Aí vamos distinguir duas coisas. Uma é a burocracia do setor administrativo do Estado, outra são os executivos das empresas estatais. Há agora uma tendência de se afirmar que estão caminhando no sentido de formar uma burguesia de Estado. É uma questão que está bastante em discussão e que eu particularmente acho discutível. Porque uma das coisas que não fica clara nessa colocação é exatamente a questão de que esses empresários estatais, para se organizarem enquanto classe, teriam de ter o controle jurídico da empresa, o que eles não têm. Inclusive há uma rotatividade muito grande dessas pessoas nos cargos dessas empresas, de maneira que não acho que isso exista. Acredito que sejam bastante fortes a expansão do Estado, o crescimento das empresas estatais e a sua atuação dentro da lógica ca-

pitalista, que visa o lucro. Mas ainda não ficou clara para mim a possibilidade de ela realmente se transformar numa classe, se apropriar desses instrumentos como uma classe, juridicamente falando. O que não fica claro também, é que tipo de aliança essa burguesia do Estado, enquanto grupo, se você concede que ela existe como classe, poderia estabelecer. Aliança no sentido de implementar seu projeto político.

RB - Agora também tem o seguinte: eu não penso que deveria haver, nas propostas de uma classe, um consenso total. Quando as pessoas falam de redefinição do pacto social o que está se buscando é um denominador comum, um mínimo denominador comum, porque eu também não vejo por que você tenha que estabelecer um pacto político ou social com base num consenso integral, de alto a baixo.

ED - Bom, mas a gente está falando em termos relativos.

RB - Mas é bom dizer que é em termos relativos, que não há porque se tentar isso.

RB - Você tem aí idas e vindas nesse tipo de processo. Eu acho que, por exemplo, o movimento de 64 conseguiu estabelecer um consenso a nível de um novo pacto social, de um novo arranjo político, em função de coisas que já estavam bastante definidas, que já eram consensuais pelo lado negativo, a nível do que estava ocorrendo na economia. Você vê que ninguém estava contente com a situação antes, a inflação, um modelo bastante caótico e desorganizado de participação dos grupos sociais e de repente você tem uma paralisação. Nesse momento eu acho que estamos passando também por uma fase de certa paralisação, uma dificuldade de definir para onde a gente vai, uma paralisia decisória.

ED - Eu acho que há uma certa coerência em termos de formulação, de demanda.

E/E - Mas em 64 também havia uma coerência, não é?

RB - Era o que eu ia dizendo, para comparar os dois momentos, acho que uma coisa mudou e representou um avanço em relação a 64, é que hoje estão mais claros do que estavam em 64 os avanços que grupos da sociedade civil sofreram durante esse período. Eu acho que efetivamente houve avanços. Se naquela época a preocupação era com o caos, etc., etc., acho que hoje as pessoas estão mais dispostas a correr o risco de uma abertura, que a sociedade civil está mais desenvolvida, mais organizada. Eu acho que vale a pena você recuperar esse dinamismo da sociedade civil, porque o Estado está hipertrofiado, sabe? O grau de expansão e de absorção de todas as atividades sociais pelo Estado é excessivo, e vale a pena você apostar na capacidade e nos mecanismos da sociedade civil para instaurar formas diferentes. É por isso que eu acho bom colocar os projetos em cima da mesa. Não que eu acredite que os acordos políticos efetivamente vão derivar das propostas de modelos políticos, sejam lá quais forem os modelos apresentados. Colocados em cima da mesa, eles levantam questões.

E/E - Você não emenda que a abertura política está muito próxima do projeto de abertura da sociedade civil?

RB - Emendo. Agora, o que eu aí também questionar é que, apesar dos ganhos da sociedade civil, o que me parece pro-

blemático é essa questão que a gente vinha desenvolvendo antes, de que não existe uma definição muito clara em torno dos tipos de projetos políticos que estão aí. Em relação ao empresariado por exemplo, você não sabe claramente qual é a proposta de democracia. Por exemplo, quando eles falam que querem democracia, que querem abertura, etc, você não sabe exatamente em que nível é essa abertura, não é, em que nível começa efetivamente a participação de outros setores sociais, por exemplo. Onde é que se pretende colocar um limite? Não fica claro. Não fica claro na proposta dos estudantes, também, de jeito nenhum. Fica clara a mobilização contra um estado de coisas que, como eu disse antes, está levando à paralisia. Mas não fica claro que tipo de projeto esses diversos setores estão tratando de implementar. Você não vê por trás do discurso desses setores, das colocações, um projeto claro de democracia, ou de organização da sociedade civil.

ED - É, mas eu aceito que existe uma aspiração generalizada por índices mais altos de participação. Isso eu acho que existe, e essa aspiração é mais ou menos genérica.

E/E - Há mesmo uma opinião generalizada em torno disso?

ED - Por mais altos níveis de participação? Sim. Agora, o que nós achamos é que não existe consenso quanto a forma, ao estilo, dessa participação.

E/E - Enfim, a abertura e a participação estão condicionadas ao maior ou menor risco de que as pressões sociais vindas de "baixo" possam interferir na "pax" salarial vigente?

RB - O que estou pesquisando em minha tese de doutorado é exatamente que tipo de papel a burguesia - e estou falando burguesia porque praticamente é o grupo cuja presença em áreas do capitalismo central, no campo político, foi responsável pela instalação de formatos políticos mais abertos - ocupa no cenário brasileiro. Estou tentando definir as propostas que a burguesia tem, sua atuação frente a outros setores da sociedade e, basicamente, avaliar o seu real potencial de influência, os canais de acesso junto ao Estado, através dos órgãos de classe, através de sua participação, que é muito difícil precisar, no processo decisório, entretanto fazer uma espécie de cômputo das relações que pudessem existir entre ideologia e política, e as condições concretas de sua efetivação. Eu estou pegando isso da ótica do empresariado. E agora também me surgiu um interesse de verificar, do ponto de vista dos atores que tomam decisões em política econômica, como eles encaram o papel da burguesia nacional.

Agora, a coisa não está pronta, tem algumas conclusões que fazem parte da tese que foram um trabalho conjunto meu e da Eli, e que estão sendo publicadas num livro agora pela Forense Universitária, com o título de "Empresariado Nacional e Estado no Brasil", em que ela faz uma análise dos dados históricos de 30 a 45. A gente analisa primeiramente as condições econômicas da industrialização no Brasil e em São Paulo na década de 30. Depois, há uma análise que a Eli faz sobre a atuação do empresário, o nacionalismo, a empresa estrangeira, etc. Depois, há uma outra análise que eu faço sobre a avaliação comparativa, também em termos econômicos, desses três setores: o setor estatal, o setor privado nacional e o setor multinacional, fazendo algum tipo de consideração sobre as alianças prováveis. É uma análise econômica em que eu faço algumas derivações de tipo político. E, por fim, tem um capítulo em que a gente analisa a ideologia do empresário nos anos 70 com base numa série de entrevistas que realizamos com a elite do empresariado paulista - essa mesma que está aí nos jornais de todos os dias. A gente faz uma análise dessa ideologia no que diz respeito ao ponto que se tocou aqui: capital estrangeiro, papel do Estado na economia, tratando de definir em linhas gerais que tipo de projeto político eles têm, embora isso se conclua um pouco pela negativa, pela ausência de projeto político. Mas a gente também chega a algumas conclusões no que diz respeito a prática liberal da burguesia.

O término desse trabalho coincidiu com a crise da saída do Severo Gomes, no final de janeiro e fevereiro. O livro já estava impresso àquela altura, e por uma razão ou por outra chegou à imprensa, saiu no Jornal do Brasil, no caderno especial, três páginas, saiu no Jornal da Tarde de São Paulo, na Veja. Exame, enfim, o negócio teve publicidade. E uma das questões que foi muito enfatizada foi um tipo de leitura do trabalho da gente, como se a gente estivesse dizendo que a ideologia do empresário nacional era tipicamente autoritária, eu não sei como essa leitura foi feita. Não era isso que queríamos dizer. O que a gente dizia com relação a esse aspecto é que não existe na prática liberal da burguesia, no caso brasileiro, uma tradição de projeto político democrático - projeto democrático entendido aí como o seguinte: um modelo clássico mesmo que preveja a existência de grupos de pressão atuando, participação entendida como o Fernando Henrique Cardoso falou na entrevista a Veja, que vai às raízes, um projeto que preveja a parti-

cipação de todos os setores sociais, mesmo. Isso eles não têm. É uma coisa que a gente tentou enfatizar, a distinção óbvia que existe entre abertura política e democracia, pois são duas coisas tão diversas como intervenção do Estado sobre a economia não pode ser confundida com um projeto autoritário.

E/E - Quer dizer que a institucionalização do conflito social como prática não consta do projeto do empresário nacional?

RB - Ele não está interessado num projeto de abertura irrestrita, numa participação irrestrita de todos os setores sociais. E eu acho que se ele não define isso claramente de maneira positiva, o define pela negativa. Quer dizer: a questão trabalhista, por exemplo, conforme a pergunta, fica sempre à margem dessas discussões. Existe uma participação muito ativa do empresariado na elaboração da legislação trabalhista.

ED - No sentido de procurar vetar, ou, pelo menos, adiar a entrada do trabalhador.

RB - Assim, a questão sempre está colocada à margem dessas discussões.

E/E - É a questão fundamental.

RB - É importante. E, de resto, as questões políticas no Brasil sempre foram tratadas de uma maneira elitista, "é um campo privado de elites". Então, é basicamente isso que acontece, é nesse sentido que a gente estava dizendo que a prática liberal do empresário estava longe de se caracterizar como uma identificação com um projeto democrático. E no jornal, saiu assim headline: "O empresário é autoritário", e não se trata disso (risos).

ED - Claro. Saiu assim: "Pesquisa diz que o empresário é autoritário".

RB - Se trata é de dizer que não existe um projeto claro de democracia. O que você infere pela negativa, quer dizer, pela ausência de afirmações com relação a coisas que me parecem fundamentais para se definir um projeto de democracia. Onde fica o operário na questão? No Brasil as classes produtivas são as classes empresariais, geralmente (risos). Há uma vontade muito grande dos empresários em ter voz ativa sobre os rumos que o Estado está imprimindo à sua intervenção. Isso porque a exclusão dos empresários se acentuou bastante no último governo. A figura do Delfim, que era o mediador, deixou de existir. Se puxou para cima o nível do processo decisório centralizado no executivo. Se centralizou a nível dos contatos ministeriais, o que dificulta muito não exatamente o acesso dos empresários, porque o acesso a instâncias decisórias pode até ser facilitado, mas dificulta a articulação, por parte do empresário, em termos de ter um porta-voz dentro do governo.



foto Última Hora - SP

O modelo “moral” de Saturnino Braga

entrevista a Frota Neto



Uma missão do Banco Mundial esteve em 1973 no Brasil. No BNDE ouviu uma ampla exposição sobre a economia brasileira, suas características, seus impasses, suas crises. No ano seguinte, voltou. Quis novamente entrevistar-se com o técnico que fizera aquela síntese analítica. Não foi possível. O técnico havia sido eleito senador pela Oposição. Era Saturnino Braga, do MDB fluminense. (Estórias que começam a ser contadas).

Modelo é a representação simbólica de um conjunto de fenômenos quantificada ou conceptual das relações entre as variáveis características de um dado conjunto. São, pois, abstrações e simplificações da realidade para torná-la operacionalizável ao nível daquele que a estuda. O governo brasileiro define-se pela existência de um modelo econômico para o país, cuja manutenção é defendida pelos seus tecnocratas. O senador pelo MDB do Rio de Janeiro, Saturnino Braga, advoga a sua substituição.

"É um modelo socialmente injusto" e que "gera um grau de dependência tão grande em relação ao exterior que tende cronicamente para a inviabilidade", sentencia ele. Em síntese, "o mínimo que se pode dizer do atual modelo brasileiro é que é inseguro, alienante, demasiadamente dependente de decisões tomadas fora do país e de nossa área de influência" além de, internamente, "dividir cada vez mais a nação entre poucos ricos e muitos pobres". Em seu lugar, o que ele propõe, então?

Saturnino Braga propõe o que considera um modelo primordialmente moral, onde os meios não se confundam com os fins, pensando sobre "a necessidade de distribuição dos frutos do progresso e da adesão da população às linhas gerais desse modelo", pelo que deve ter conteúdo e encaixe na realidade e no pensamento brasileiro. Propõe uma mudança na composição da oferta e da procura, fundamentalmente com a transformação do perfil da produção e da realização do distributivismo da renda. Propõe que se reduza a dependência externa excessiva a partir do fortalecimento do mercado interno e da aceleração na obtenção e na transferência não-dependente da tecnologia, e na redução do grau de concentração da renda que gera

demanda sofisticada e pressão sobre as importações.

Isso não poderá acontecer, porém, num passe de mágica. O processo econômico é uma função dos processos políticos. A substituição do modelo econômico terá que acontecer concomitantemente à transformação do modelo político. Ou seja, é uma dependente da composição do poder político, portanto da forma de como venham a se articular os grupos sociais que exercem maior influência, ou a se rearticular os grupos sociais e econômicos que detêm o poder.

Há uma interdependência dos vetores. Os sinais de substituição, fortalecimento ou mudança de direção das diferentes componentes obrigam a reajustes. Um deles, o que considera falso o dilema capitalismo versus socialismo e, como questão embutida, a ênfase maior ou menor da presença do Estado na economia. São também nós de uma mesma malha o distributivismo da renda, a dependência externa, as relações produção-consumo, a sustentação e a direção do sistema financeiro, em suma, a ênfase que for dada à presença e à posição do indivíduo e da nação quanto aos valores da sociedade e quanto ao papel do Estado.

A Rejeição do Dilema

Temos vivido presos ao dilema das duas ideologias dominantes no mundo de hoje, como se a decisão política mais importante fosse a de escolher entre o regime de livre empresa e o socialismo totalitário, diz Saturnino Braga. Estamos, também, dominados pela idéia da preponderância do fator econômico. Para eles, as duas condições são falaciosas pois, em primeiro lugar, "as decisões políticas, explícitas ou implícitas, são e continuarão sendo as forças principais de orientação da economia"; e, em segundo, erigir o mercado como critério único e supremo de orientação para alocar recursos é um grande erro. E investiga: o mercado deve ser reconhecido como o melhor sistema; é agora encontrado, mas não é o único. Pelo contrário, "o sistema de mercado perde terreno nas suas cidadelas mais importantes da atualidade, nos Estados Unidos e na Europa Ocidental". Mais do que isso, tem falhado em reduzir as desi-

gualdades entre os grupos dentro de uma mesma sociedade, como falhou também escandalosamente em reduzir as desigualdades entre as nações.

Vai daí sua conclusão: é necessário superar essa dicotomia capitalismo versus socialismo que, "para nós, pelo menos, é inteiramente falsa". Capitalismo e socialismo são meios (e não fins em si mesmo) de se obter liberdade, justiça social, fraternidade, desenvolvimento.

A Asfixia do Estado

Mas por que esse dilema político-econômico e social? O modelo de Saturnino Braga tem sido chamado por autoridades governamentais, como o ministro da Fazenda Mário Simonsen e o ministro do Planejamento Reis Veloso, de "estatizante" e "radicalizante". Ele próprio considera tais críticas como "muito pobres". Não permitem, nesse nível de rotulação, qualquer debate mais sistemático, seja em torno do modelo do governo, seja sobre suas proposições. Vê em seu modelo não alguns mas "muitos pontos" de identidade com o ideário do ex-ministro da Indústria e do Comércio, Severo Gomes. O que há, raciocina ele, é que as explicações oficiais dadas para formular o desenvolvimento brasileiro não são suficientes nem adequadas.

Saturnino Braga acha que o crescimento da economia do país não se deu, nesses últimos anos devido à estabilidade política, ao crescimento extraordinário das exportações ou à reforma financeira, ao crescimento extraordinário das exportações ou à reforma financeira, desde 1964, como arguem setores governamentais. Para ele o "milagre" começou em 1950 e "o êxito da economia brasileira nos últimos 25 anos deve-se precipuamente, como causa fundamental, ao crescimento da ação direta do Estado, à chamada estatização crescente que hoje é alvo de ataques tão intensos e cerrados", e, como causa segunda, à indústria automobilística, hoje uma das pedras a dificultar a armação do quebra-cabeças econômico nacional.

Se essa realização desenvolvimentista coube à ação do Estado, por que as críticas contrárias? Ele explica que "são os interesses estrangeiros, transna-

cionais, que encontram agora uma força capaz de se confrontar com eles", força essa (as estatais) que "vem sendo aplicada pragmaticamente com excelentes resultados em termos econômicos e com perspectivas muito promissoras em termos sociais e políticos".

Ele mesmo se indaga se essa estatização tem tido efeito negativo de dimensões significativas ou se gera uma tendência ao totalitarismo. Para ambas as inquietações, porém, sua resposta é "não". Saturnino Braga define a grande empresa transnacional como um "foco potencial de recessão ou instabilidade do sistema econômico", que "procura sempre crescer em sua esfera de poder". Assim, para Saturnino Braga, o centro da questão é saber quem vai liderar o desenvolvimento brasileiro: se a grande empresa estrangeira ou a grande empresa brasileira, ou a empresa estatal. Ele conclui que "o Estado não deve esperar pela iniciativa privada em nome de velhos preconceitos liberais, mas deve garantir com os seus empreendimentos, sempre que necessário, o cumprimento no tempo próprio das metas essenciais estabelecidas", pois a espera "só poderia resultar numa das alternativas: o atraso do setor, com consequências graves para o desenvolvimento ou a ocupação do setor pela grande empresa de capital estrangeiro". A empresa nacional, diz, não tem condições de ocupar esses espaços, a menos que o capitalismo privado nacional "fosse subsidiado de forma tão intensa que não teria sustentação moral".

Apoiando-se nos exemplos da História, Saturnino Braga afirma que não foi a estatização que levou ao totalitarismo algumas sociedades, embora estados totalitários, uma vez estabelecidos, tenham realizado a estatização da economia. É a fraqueza da Sociedade Civil que é capaz de permitir o totalitarismo, pois onde as instituições da Sociedade Civil são fortes "há estatização crescente e a democracia está mais forte do que nunca". Para essa afirmação o senador se socorre dos casos da França, Inglaterra e Itália.

Mas, na avalanche em que se processam no Brasil, como po-

dem as empresas estatais ser controladas? Saturnino Braga acolhe, absorve, ruma e digere a crítica formulada pelos meios acadêmicos paulistas e encampa a idéia: a criação de uma Comissão Especial do Congresso Nacional, perante a qual as empresas estatais prestarão contas de suas diretrizes e políticas, deixando-se a parte financeira-contábil para os órgãos de fiscalização que já existem.

Considerando assim anulado o temor de uma possível asfixia da iniciativa privada, ele compõe uma presença maior do Estado brasileiro em pelo menos quatro grandes áreas: produção de serviços básicos de infraestrutura, produção de matérias-primas fundamentais, produção de equipamentos básicos, comercialização no mercado internacional e bancos de fomento em geral.

Seleção e Distribuição

Em nível de afirmação e de denúncia, Saturnino Braga desce a alguns detalhes. Defende o crédito oficial apenas para as empresas de capital nacional, apregoa faixas especiais de crédito à pequena e média empresas. Diz que "não há negócio honesto capaz de cobrir custos tão altos" da intermediação financeira a que a economia brasileira está sujeita - "uma das mais caras, senão a mais cara do mundo". Considera o quadro vigente no "open market" como "um verdadeiro escândalo sobre o qual o governo perdeu o controle" e condena o mercado imobiliário como "outra enorme fonte de especulação".

Esse lado da medalha - o comportamento das forças dominantes na economia - é complementado com o reverso - o lado roto: o distributivismo deve começar por uma política salarial mais justa para o trabalhador, onde se torne possível também "uma política efetiva de mais emprego de mão-de-obra e um fluxo de transferência direta de recursos das camadas mais ricas para as mais necessitadas". Mais do que isso, a modernização de certos setores da sociedade de produção nacional tem sido feita de forma a tronar mais críticas as condições da grande maioria da produção nacional. Um dos quistos é a ênfase governamental no desenvolvimento do setor agrícola baseado na grande em-

presa rural capitalista, que tem liberado maciçamente mão-de-obra que não encontra ocupação em outros segmentos da atividade produtiva.

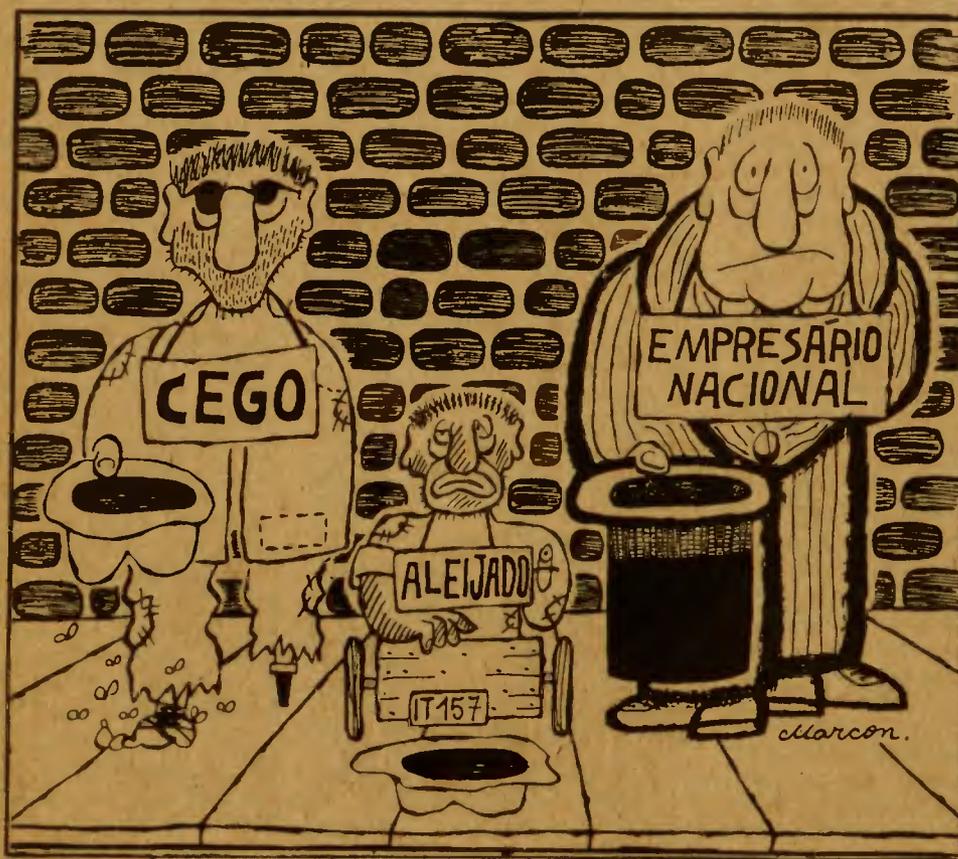
Saturnino Braga concorda, porém, com as críticas de que analisar o problema da distribuição da renda apenas sob o ponto de vista de política salarial é simplismo e ingenuidade. O problema é função também da política de emprego e da política tributária. Não é só a demanda que deve ser analisada quanto a distribuição da renda, pois, a oferta lhe é parte componente. Ou seja, há necessidade de modificar a estrutura da oferta pois a produção é elitizada, quando deveria se dirigir inclusive para as camadas de renda mais baixa.

E por que esses fatos não acontecem e por que esses fenômenos se sucedem? Porque, entre outros fatores, há uma idéia de eficiência "traduzida em crescimento da produção nacional, em modernização, em força militar, em prestígio das grandes cidades, em exportações para o mundo". Embora essa idéia de eficiência não seja um atributo desprezível, é importante substituí-la como fator primordial na formulação de um novo modelo econômico-social, pois, como está postada e posicionada, transformou-se tal idéia "numa espécie de fim em si mesma, confundindo-se com os objetivos, como se ela própria resumisse todas as metas, desvinculada de qualquer cogitação moral".

Humildes e Impositivos

Primeiro mandato parlamentar, aguardando o rebate ao seu modelo pelo porta-voz do governo para problemas econômicos, o senador Virgílio Távora (Arena-CE) tendo sido consultado por Teotônio Vilela (Arena-AL) sobre e para o "Projeto Brasil" (e a quem ofereceu uma cópia do seu modelo "como subsídio"), Saturnino Braga não se considera "um tecnocrata na política". Acha-se um político, com convivência e formação de técnico. Aliás, salienta finalizando, "eu sempre faço uma profunda distinção entre tecnocratas e técnicos. Os técnicos são humildes. Os tecnocratas (cujo modelo contesta e para os quais apresenta modelo alternativo) são impositivos".

Um modelo nacionalista
para o Brasil:
situação presente
e possibilidades futuras.



Fernando Gasparian



Um modelo nacionalista para o Brasil; situação presente e possibilidades futuras.

Situação Presente

1 - Introdução

Sobretudo levando em conta que desde 1964 o Brasil não teve um governo nacionalista, a situação é, à primeira vista, para os nacionalistas, surpreendentemente boa. Teses fundamentais como a da eliminação do atraso econômico, da inaplicabilidade de fórmulas estrangeiras à nossa economia, da industrialização, da necessidade do planejamento e da superioridade do desenvolvimento sobre a estabilidade monetária, acham-se hoje plenamente vitoriosas.

Soluções tipicamente nacionalistas estão solidamente integradas na política oficial. A avaliação do desempenho econômico do país é feita em termos de incremento do nosso PIB por habitante em velocidade maior que a dos países de economia avançada; a industrialização se apresenta como um dos fulcros de toda política econômica e a meta de estabilidade monetária foi, até certo ponto, superada pela estratégia de manter a inflação sob controle. Em suma, o mundo econômico de hoje se assemelha bem mais ao desejado pelos nossos nacionalistas pragmáticos do que ao propugnado por seus adversários.

É, diante disso, surpreendente que o controle dos destinos econômicos do país se ache presente nas mãos daqueles (ou dos continuadores daqueles), que se opuseram, por todos os meios, às teses do que chamamos nacionalismo pragmático (1).

Estamos diante de um paradoxo que reclama explicação. Esta não é difícil. As teses nacionalistas, pressuposto necessário de qualquer processo eficaz de desenvolvimento, se impuseram no Brasil com força irresistível. As administrações mais conservadoras não conseguiram se opor à pressão dos fatos. Sobretudo na medida em que os capitais estrangeiros não eram postos diretamente em causa, elas se adaptaram razoavelmente a um estado de coisas que estava longe de representar

suas soluções preferidas. Assim é que, desde 1964, administrações sem qualquer cunho nacionalista conseguiram conviver com uma economia moldada muito mais na concepção dos seus adversários do que nas suas próprias.

Não há dúvida que esse conflito latente explodia, freqüentemente, em medidas de cunho claramente anti-desenvolvimentista e anti-nacionalista. O ministro Delfin Netto proclamou a abertura do mercado nacional à concorrência de indústria estrangeira e chegou mesmo a executar eficazmente esse tipo de política no concernente ao setor de bens de capital e equipamento. Esse ramo industrial teve seu crescimento seriamente prejudicado durante a administração passada, o que agora se procura corrigir (em função das dificuldades nos pagamentos externos) através de apressada política de substituição de importações.

Mais recentemente, o ministro Mário Henrique Simonsen apesar das, politicamente indispensáveis, declarações em favor do gradualismo, se lança num programa antiinflacionário que em pouco ou nada se distingue do "tratamento de choque" propugnado pela ortodoxia monetária.

Essas são, contudo, escaramuças secundárias numa guerra em que teses nacionalistas saíram amplamente vitoriosas a despeito do clima hostil que freqüentemente as cercou. Tomadas de posição, como as duas supra citadas, terão sempre e necessariamente efeitos limitados. O grande obstáculo a ser vencido para a vitória final do nacionalismo é de outro tipo que pode ser resumido da seguinte forma: após uma fase em que o desenvolvimento do país bem ou mal conseguiu conviver com o capital estrangeiro chegamos ao momento em que um frontal e incontornável choque se delinea.

De fato, a continuidade do desenvolvimento depende, de um lado, de exportações dinâ-

micas e, de outro, da constituição de um mercado interno bem mais amplo do que o reclamado pelos produtos hoje fornecidos pelas multinacionais. Esses dois caminhos reclamam medidas em conflito direto com os interesses estrangeiros instalados no país.

Após longa evolução, em que percorreram caminhos largamente separados, o nacionalismo pragmático e o doutrinário confluem, portanto, para um ponto comum: a luta contra a empresa estrangeira implantada no país. E essa luta assume aspecto crítico porque todas as demais dificuldades, todos os outros obstáculos à eliminação do nosso atraso econômico já foram vencidos. Durante esse tempo, todavia, como uma formação cancerosa despercebida, a empresa estrangeira cresceu e se consolidou. Teria sido fácil, no início dos anos cinquenta, afastá-la do processo. Suas posições eram ainda débeis e, portanto, os gastos de uma desapropriação pequenos ou mais especificamente, suscetíveis de serem cobertos pelo Governo brasileiro. Hoje, no entanto, elas representam cerca da metade do patrimônio líquido das empresas privadas instaladas no país (2). Sua resistência a quaisquer medidas restritivas deverá, portanto, ser desesperada.

E, infelizmente, conforme mostrarei nas páginas seguintes, os caminhos do desenvolvimento futuro do país, não apenas excluem qualquer colaboração da empresa estrangeira, como vão inexoravelmente de encontro aos seus interesses.

Analisando as condições da continuidade do nosso dinamismo econômico nos próximos anos, o nacionalismo pragmático reconhece que este depende fundamentalmente da suficiência do mercado. Os problemas ocorridos após 1974 tiveram, sem dúvida, conotações internacionais (aumento do preço do petróleo) e internas (chegada ao nível de plena capacidade da economia) (3). Esses aspectos conjunturais não de-

vem, contudo, deixar esquecer outros de prazo mais longo.

2 - Problema de Insuficiência do Mercado Interno

O Senador Saturnino Braga (coincidindo aliás a esse respeito com as opiniões de Severo Gomes) afirma que, após 1964, o Governo orientou todos os recursos do país para o mercado externo esquecendo o interno. Como conseqüência disso deixou o país em situação de elevada vulnerabilidade pela qual iria pagar altíssimo preço com a crise presente do comércio internacional. A solução seria uma internalização da economia, mas, para tanto, deverá vencer violenta oposição das empresas estrangeiras instaladas no país e, muito especialmente, da todopoderosa indústria automobilística. De fato, a criação do mercado interno reclama uma redistribuição de renda com a diminuição da importância relativa dos artigos de consumo mais refinado nos quais se especializou a empresa estrangeira. A reorientação proposta beneficiará, por exemplo, os produtores de tecidos e calçados (predominantemente brasileiros) em detrimento dos fabricantes de automóveis e eletrodomésticos (setores específicos das multinacionais). Vejamos como expressa essas idéias em livro recente (4).

«As críticas da Oposição à política econômica dos Governo da Revolução concentram-se em dois aspectos estritamente articulados: a exteriorização ou extroversão excessiva a que foi levada a nossa economia, e a concentração de riqueza nas mãos de uma minoria privilegiada de brasileiros. Teria sido difícil enveredar pelo caminho da extroversão se não tivesse havido a concentração de rendas, já que a demanda de consumo básico gerada por um fortalecimento do poder aquisitivo das faixas mais largas da população, teria forçado a estrutura produtiva da Nação a voltar-se para o seu atendimento, deixando pouca margem de recursos e fatores a serem orientados para o mercado externo. Teria de outra parte sido quase impossível prosseguir na linha de concentração da riqueza se não se adotasse também a outra diretriz, a da exteriorização, sob pena de

interrômper-se o processo de crescimento, por dificuldades ligadas ao subconsumo, ou à demanda extremamente diversificada e sofisticada dos grupos de rendas elevadas. Em economias continentais de grande população, não há por que, não há obrigatoriedade nesta extroversão, não há motivo de se partir para ela, desde que esta opção fatalmente levará a um maior risco de instabilidade, decorrente, por exemplo, de crises internacionais como a que está ocorrendo no momento. Rejeitamos a extroversão porque ela introduz um coeficiente de insegurança, de dependência e de instabilidade completamente desnecessário, a extroversão excessiva, bem entendido. E também porque ela exige a concentração da riqueza como contrapartida.»

Assinale-se que o autor não nega a necessidade de manutenção do esforço exportador. Reclama simplesmente a mudança da ênfase para o mercado interno. Referindo-se às resistências a serem esperadas, diz (5):

“E o que é incompreensível é certa inércia do Governo, que tem tal temor pelas repercussões, pela resposta da indústria automobilística, que não se atreve nem mesmo a tomar as primeiras medidas de precaução, que seriam aquelas óbvias, tomadas por quase todos os países do mundo, que são: a limitação de velocidade nas estradas, a limitação de circulação de carros nos centros congestionados, a ênfase ao transporte coletivo, a adição de álcool anidro. É inesplicável também o atraso, a demora com que se processam os estudos para institucionalizar a mistura de álcool anidro na gasolina. É uma série de medidas que já deveriam ter sido tomadas mas que não o são por temor reverencial do Governo em relação a S. Exa. a Indústria Automobilística.”

As medidas sugeridas pelo ilustre Senador, de caráter preliminar como ele mesmo acentua, foram posteriormente adotadas. A preocupação em preservar a indústria automobilística permanece, no entanto, como uma constante. O episódio do recolhimento das “simonetas” constituiu atestado desse fato.

O ex-ministro Severo Gomes

prega igualmente, como forma de contornar as dificuldades atuais do modelo brasileiro, a volta para o mercado interno denunciando a concentração da indústria nacional em artigos refinados de consumo produzidos essencialmente por filiais de empresas estrangeiras situadas no país. Celso Furtado, no seu último livro chega a falar de formas de consumo impostas do exterior (6).

3 - O Problema das Exportações Dinâmicas

Outra corrente nacionalista, embora reconhecendo a prevalência do problema de mercado considera, no entanto, que a exportação (e não o mercado interno) deve ser mantida como setor dinâmico principal.

Para ela, as dificuldades do país resultam (ou deverão resultar no futuro) de que, tendo-se optado por modelo exportador, não se alargou suficientemente a gama de produtos a serem vendidos externamente. Em outras palavras, as exportações brasileiras se concentram em artigos primários e produtos da indústria tradicional (tecidos, sapatos, manufaturas de madeira, etc.) que utilizam grande quantidade de matéria-prima natural e mão-de-obra. Ora, a experiência mostra que a importância desses bens no comércio internacional cresce lentamente. No período posterior a 1968, graças a uma agressiva política de exportações, caracterizada por toda espécie de isenções e subsídios disfarçados, nossas vendas externas cresceram de 25% a 30% ao ano. Essa situação não poderá continuar indefinidamente. É óbvio que tais taxas de expansão em mercado que cresce, digamos, de 10% ao ano, deveriam se defrontar com crescente resistência. O caso recente dos calçados constitui exemplo mais visível de um tipo de dificuldade que tende rapidamente a se generalizar.

A solução, de acordo, com os partidários deste segundo ponto de vista, consistiria em alargar a lista dos produtos exportados, entrando-se muito especialmente naqueles com uso intensivo de tecnologia e capital (veículos automotores, eletrodomésticos, produtos químicos especiais, etc.) cujo crescimento no comércio internacional registra

taxas extremamente elevadas.

Essa solução, como a anterior, se defronta com o obstáculo das empresas estrangeiras instaladas no país. Estas dominam, de fato, a totalidade prática dos setores de exportação dinâmica. Não é difícil perceber-se que tais empresas se recusarão a amplos programas de penetração nos mercados mundiais porque isso implicaria em choque frontal com os interesses de suas matrizes.

O principal defensor dessa tese coloca da seguinte forma o problema (7):

“Para melhor evidenciar (a verdade dessa posição) basta sublinhar as características mínimas das exportações reclamadas pelo atual estágio do desenvolvimento brasileiro:

a) o produto exportado deve ter mercado em rápida expansão o que, na prática, significa produto não tradicional, de tecnologia avançada e em rápido progresso;

b) as exportações devem ser orientadas, na sua totalidade prática, para os maiores e mais dinâmicos mercados do mundo (Europa e Estados Unidos);

c) o único limite para o montante dessas exportações deve ser o imposto pela capacidade de absorção desses mercados;

d) para a conquista de tais mercados as empresas exportadoras devem se dispor a uma concorrência sem restrição destinada, em última análise, a eliminar seus competidores do mercado.

Não é difícil compreender que as multinacionais instaladas no Brasil não poderiam jamais aceitar essas regras do jogo. Elas significam, por exemplo, que a Volkswagen brasileira estaria disposta a entrar com força nos mercados americano e europeu, movendo impiedosa concorrência à sua matriz, com objetivo de alijá-la completamente dos mesmos, ainda que isso a conduzissem à falência. Foi esse tipo de agressividade competitiva que, adotada pela indústria japonesa, colocou aquele país entre os líderes da economia mundial. Acreditará qualquer pessoa de bom senso que a Volkswagen, A Phillips, a Dow Chemical brasi-

leiras estariam dispostas a agir de forma semelhante, submetendo suas matrizes a prejuízos irreparáveis?”

Esse tipo de resistência foi, inclusive, confirmado por dirigentes da Volkswagen brasileira ao afirmar (8):

“Não pouparemos esforços (para ampliar os mercados externos) mas é preciso considerar que eles têm limites claramente definidos, pois não podem chocar-se com os interesses de outras fábricas Volkswagen na Europa.”

Enfim, as duas grandes análises atuais, de origem nacionalista do modelo brasileiro colocam, na empresa estrangeira, o obstáculo principal a ser enfrentado pelo nosso desenvolvimento (9).

4 - O Endividamento Externo e Suas Conseqüências

Outro obstáculo apontado pelo que chamamos de nacionalismo pragmático diz respeito igualmente ao capital estrangeiro, nesse caso sob a forma de financiamento. Referimo-nos aos ataques contra a política de endividamento em que se lançou o Governo brasileiro após 1970. Analistas de origem insuspeitíssima (10) mostraram de que forma essa política, em troca de duvidosos ganhos imediatos, colocou em sério risco os grandes interesses do nosso desenvolvimento. Sustentaram com respeito a ele as seguintes teses:

a) o endividamento, ao facilitar a importação de bens de capital, paralisou ou desencorajou fortemente as indústrias nacionais que começavam a se implantar no setor;

b) o endividamento atrasou a organização do nosso mercado de capitais. Em vez de se estruturar os bancos de investimento de modo a que se tornassem fornecedores efetivos de recursos financeiros de prazo médio às empresas, preferiu-se optar pela solução da facilidade consistente na busca desses recursos no exterior;

c) o endividamento não se traduziu em crescimento líquido das poupanças disponíveis para

o desenvolvimento. De fato, seu resultado principal foi permitir que as poupanças internas se orientassem maciçamente para o financiamento dos bens de consumo durável. Portanto, a entrada de recursos externos não se traduziu em maior volume de poupanças à disposição do desenvolvimento nacional mas somente encorajou tipos de consumo por muitos títulos perniciosos.

A esses argumentos desenvolvidos pelos economistas do IPEA poderíamos acrescentar, de nossa parte, que o endividamento, enquanto tomou a forma de empréstimo em moeda, contribuiu para o fortalecimento das empresas estrangeiras, únicas que podiam captar com facilidade esse tipo de recurso. Para se comprovar a importância desse fator basta lembrar que, em setembro de 1976, da dívida externa total de 24.303 milhões de dólares, nada menos de 16.903 milhões tomavam a forma de empréstimos em moeda (11).

Em síntese: conforme tivemos ocasião de dizer anteriormente, as grandes teses do nacionalismo se reduziram hoje a uma única, ou seja, à da resistência ao capital estrangeiro. E o mais curioso foi que mesmo os capitais de empréstimos, até então preservados das críticas nacionalistas, foram alinhados junto com o capital de risco como um dos fatores negativos para o nosso desenvolvimento.

Resta-nos, pois, saber quais as opções que nos deixa o futuro. Talvez seja desnecessário sublinhar que essas opções não são apenas entre um modelo nacionalista e não-nacionalista de desenvolvimento mas sim entre a continuidade ou a parada de todo nosso processo dinâmico.

Modelos Nacionalistas de Desenvolvimento: as Alternativas Disponíveis

No estudo de uma política nacionalista para os próximos anos indagaremos sucessivamente o que fazer em relação ao endividamento e como colocar obstáculo ao crescente domínio das empresas estrangeiras. Ao

analisar este último aspecto seremos levados a distinguir entre a solução estatista, isto é, com base nas empresas públicas, e a solução privatista, apoiada na iniciativa privada.

1 - O Endividamento

O endividamento não é, certamente, o problema principal. Apesar de seus graves inconvenientes, ele tem pelo menos a vantagem da auto-limitação. Assim, por menos nacionalista que seja, o Governo não poderia mantê-lo indefinidamente no ritmo registrado durante o primeiro quinquênio dos anos setenta. É, contudo, possível definir-se uma orientação nacionalista a respeito, conforme se verá a seguir.

A primeira medida a ser tomada consiste em evitar que os financiamentos externos tenham reflexos negativos no desenvolvimento do país. Não deverão, portanto, ser usados para obter no exterior recursos que normalmente seriam fornecidos por um mercado interno de capital adequadamente organizado e tampouco devem ser usados para permitir o desvio de poupanças internas para a aquisição de bens de consumo durável. A par disso, deverão ser rejeitados financiamentos para importação de bens de capital produzidos no Brasil ou cuja produção se ache prevista no programa de substituição de importações. Finalmente, os empréstimos em moeda devem ser proibidos, salvo casos excepcionais e assim mesmo mediante comprovação de que não implicam em privilegiar empresas estrangeiras.

O segundo tipo de medida diz respeito ao volume das dívidas. A tese que vem sendo defendida pela atual administração do país, é a da "administração da dívida". Isto significa aceitar seu crescimento indefinido desde que não seja ultrapassada nossa capacidade de amortizá-la e remunerá-la. Na prática, teríamos expansão em ritmo igual ao incremento das exportações.

A opção nacionalista reclama, contrariamente, redução substancial do nível atual da dívida externa. As precauções

acima assinaladas levariam, por si mesmas, a esse resultado. Não estou, por certo, dizendo que o Brasil deva se fechar sobre si mesmo rejeitando todo tipo de financiamento externo. Sustento apenas que não se deve, como no passado, aceitar indiscriminadamente as ofertas de banqueiros internacionais sequeiros de fazer render os fundos sob sua guarda. A aplicação dessa regra evitará a repetição dos erros do passado e determinará a gradual redução dos nossos níveis de endividamento (12).

2 - As Empresas Estrangeiras

Quanto às empresas estrangeiras, as medidas devem ser bem mais complexas e diversas fórmulas podem ser utilizadas. Vimos anteriormente que essas empresas constituem obstáculo tanto à criação de um grande mercado interno quanto à rápida expansão das exportações. Antes de examinarmos as estratégias disponíveis, algumas considerações preliminares devem ser feitas.

Mostramos acima que as correntes nacionalistas atuais no Brasil se separam entre as que pregam uma orientação para o mercado externo e as que preferem persistir na procura dos mercados internacionais. A meu ver, pelo menos no que se refere aos anos futuros, não haverá choque entre as duas políticas. O Senador Saturnino Braga (13) argumenta que, dada a disponibilidade nacional de fatores de produção, o aumento excessivamente rápido de exportações não deixa recursos suficientes (isto é, fatores de produção disponíveis) para atender ao mercado interno. Ora, tudo indica que nos próximos anos as resistências internacionais reduzirão o ritmo expansionista de nossas vendas externas. Estas (salvo ocorrências excepcionais como o aumento no preço do café e da soja) se expandirão, mais provavelmente, a 10% ao ano do que aos 25% e 30%, observados no passado recente. Mesmo, portanto, fazendo-se o máximo esforço em seu favor restarão

abundantes recursos para atender ao mercado interno. Diante disso, o modelo por nós proposto não faz opção entre as duas fórmulas mas as adota em conjunto por considerá-las perfeitamente compatíveis.

A fórmula radical para resolver o problema consistiria em desapropriar as empresas estrangeiras. Conforme tive ocasião de dizer anteriormente (14) isto era perfeitamente possível há algum tempo atrás. Com base em dados disponíveis estabeleci uma hipótese sobre o montante de investimentos estrangeiros no Brasil, a saber 1,4 bilhões de dólares (em torno de 1970).

Avaliei, em seguida, o montante das exportações esperadas e a quantidade das importações necessárias para o desenvolvimento do país. Num prazo de cinco a seis anos a diferença entre essas exportações e importações seria suficiente para recomprar a totalidade das empresas estrangeiras no país. O mesmo já não sucede hoje, seja em consequência do rápido crescimento do capital de risco alienígena aplicado no país, seja diante do comprometimento de nossas reservas na política de "administração" da dívida externa. Resta, portanto, a fórmula gradualista que passamos a descrever.

Esta tem dois aspectos: contenção das empresas estrangeiras e estímulos às nacionais.

2.1 - Medidas de Contenção da Empresa Estrangeira

Esses instrumentos acham-se largamente estudados na literatura sobre o assunto e eu mesmo já tive ocasião de me referir a alguns deles anteriormente. Acredito, portanto, que bastará nesta parte referir-me a dois deles que se ligam mais diretamente à preocupação atual com a ampliação dos mercados externos e internos.

Temos, em primeiro lugar, a imposição às empresas alienígenas de quotas de exportação. A aceitação de novas empresas es-

trangeiras no país ficaria condicionada ao compromisso de exportação da totalidade, ou da maior parte, de sua produção. Quanto às já instaladas no país seriam compelidas a programas de exportação, tomando-se como meta inicial a realização de vendas externas pelo menos tão grandes quanto suas compras das exterior. Presentemente, as compras superam largamente as vendas o que agrava singularmente nossos problemas de balanço de pagamentos.

Assinale-se que a atual administração do país, já adotou algumas providências nesse sentido. A diferença entre a sua posição e a aqui proposta está em que, enquanto o Governo brasileiro parece acreditar nos bons resultados da política adotada, com rápida e importante expansão das vendas externas dessas empresas, eu estou firmemente convencido que o resultado básico será o de desencorajar a entrada e expansão das empresas estrangeiras no país. De fato, seu enquadramento numa política exportadora agressiva significaria lançar filiais contra matrizes o que, como vimos acima, não tem qualquer factibilidade.

Um segundo tipo de medida, inspirada esta na política de alargamento do mercado interno, consistiria em reduzir drasticamente as vantagens decorrentes do amplo crédito ao consumidor existente no país. Este, de um lado, favorece setores dominados por empresas alienígenas e, de outro, distorce o mercado interno concentrando-o num pequeno número de produtos altamente refinados, consumidos por parcela diminuta da população. Os recursos liberados seriam encaaminhados para a promoção e barateamento de produtos de grande consumo destinados aos grupos menos favorecidos do país. Em tais setores predominam claramente as empresas nacionais.

Em suma, medidas do tipo aqui proposto (a) contribuiriam para o aumento do mercado interno (que passaria a se apoiar em toda a população brasileira e não apenas numa parcela desta); (b) encorajariam empresas nacionais; e (c) desesti-

mulariam empresas estrangeiras. É óbvio, de outra parte, que para ser efetiva, tal política deveria se apoiar em amplo programa de redistribuição de renda.

Para concluir essa linha de considerações gostaria de dizer que as duas fórmulas acima têm a vantagem de não poderem ser apresentadas como resultantes de um irracional "chauvinismo" ou mesmo de um nacionalismo doutrinário, dado que são indispensáveis ao desenvolvimento do país. Pressionado pelo fechamento do mercado externo e pela vulnerabilidade do seu balanço de pagamentos, o Brasil deve aumentar o esforço de exportação e alargar o mercado interno. Assim sendo, as duas medidas se justificam independentemente de qualquer restrição às chamadas multinacionais.

Nessas condições, embora a proporção dos capitais estrangeiros possa parecer excessiva (como entedem, por exemplo, Morley e Smith - para não citarmos a enorme gama de nacionalistas brasileiros) não se pode corretamente falar em "desnacionalização" porque o setor público é o oligopolista absolutamente dominante, e a liberdade decisória da empresa externa se encontra, não apenas em teoria, mas também na prática diária, limitada pela vontade oficial."

2.2 - Medidas de Estimulo à Empresa Nacional

Vejamos agora como se coloca o estímulo às empresa nacionais. O objetivo básico é a criação, no Brasil, de grupos econômicos à altura de competir eficazmente com as empresas estrangeiras instaladas no país.

Conforme mostramos, anteriormente, o capital brasileiro é representado no país pelas empresas estatais (47,5% do total) e empresas privadas nacionais (27,7% do total). A solução consiste, portanto, em estimular umas ou outras, ou eventualmente ambas, após definição prévia de responsabilidades. Começemos pelo exame da solução estatal.

2.2.1 - A Fórmula Estatal

Com relação ao papel atual das empresas do Governo existe corrente altamente otimista. Em

livro recente o economista Lorenzo Fernandes (15) lança a tese de que o Estado, através de suas empresas, já proporciona freio efetivo ao domínio de nossa economia pelas empresas estrangeiras. São suas palavras:

"Na verdade, pouco a pouco e sem nenhuma teoria prévia a respeito, o Estado brasileiro foi assumindo o papel de grande empresário-líder, controlando os mercados, associando-se direta ou indiretamente com os grupos estrangeiros capazes de suplementar-lhe os recursos e mais do que isso, fornecer tecnologia atualizada, e consolidando os capitais privados nacionais em um pequeno número de grupos suficientemente fortes - em outras palavras, educando o capital privado do país para um papel de sócio à altura das necessidades.

Este superconglomerado - usando o termo com alguma liberdade - é nitidamente dominado pelo contexto público. A bem dizer, os capitais estrangeiros tornam-se cada vez mais simples concessionários de certas quotas dentro de subsetores determinados. Em alguns destes (v.g., energia elétrica, siderurgia, distribuição de derivados de petróleo), a orientação oficial determinou uma forte regressão da percentagem externa, via de regra pelo simples expediente de reservar para si o crescimento futuro, a partir de um determinado momento.

Essa tese é, sem dúvida, extremamente curiosa. Segundo ela (e o autor tira expressamente essa conclusão) o Sr. Roberto Campos, depois de ter combatido acirradamente o monopólio do petróleo, patrocinado e defendido por instrução da SUMOC, surge como grande expoente do nacionalismo brasileiro. Coloquemos a questão nos seus devidos termos.

As nossas sociedades de economia mista e empresas públicas controlam, predominantemente, setores de base e/ou infraestrutura que não têm interesse algum para as empresas estrangeiras. Parte deles foi transferida ao Governo, porque seus detentores estrangeiros não revelavam sequer interesse em

operá-los nos níveis reclamados pelo desenvolvimento do país.

Outros setores foram assumidos pelo Governo brasileiro para assegurar as precondições indispensáveis ao desenvolvimento do país. Estes são tipicamente de dinamismo baixo e pouca lucratividade. A empresa estrangeira tem, portanto, todo interesse que o setor público deles se encarregue. Portanto, enquanto os controla e os faz funcionar de forma satisfatória, o Estado brasileiro está, em última análise, servindo às companhias estrangeiras que preferem se restringir aos setores mais dinâmicos e lucrativos de nossa economia.

O suposto "nacionalismo" do Sr. Roberto Campos consistiu, portanto, em conferir à empresa estatal papel de apoio ao desenvolvimento dos setores diretamente produtivos (e de maior lucratividade) da economia. Como estes eram, crescentemente, dominados pelas empresas estrangeiras, toda a política por ele patrocinada se traduz no favorecimento direto e sem disfarces dos capitais alienígenas. Pretender, como Lorenzo Fernandes, chamar essa política de nacionalista é quase um escárnio à inteligência brasileira.

Para que as empresas públicas desempenhem papel central num modelo realmente nacionalista, necessário seria que entrassem decididamente nos setores dinâmicos, não se restringindo a somente alguns deles, como a petroquímica. Não tenho a menor dúvida que o setor público dispõe de recursos e capacidade empresarial para desempenhar esse papel.

2.2.2 - A Fórmula Privatista

A segunda alternativa à entrada da empresa estrangeira nos setores dinâmicos é o estímulo à iniciativa privada nacional. O drama do empresário privado nacional se acha em que o processo moderno de desenvolvimento exige, para sua máxima eficiência, empresas de grande porte integradas, possivelmente, em sólidos conglomerados econômicos. Tal é a imposição da moderna tecnologia não só manufatureira como comercial e financeira. Ora, as empresas nacionais, surgidas em país ainda em vias de desenvolvimento, são

tipicamente médias ou pequenas. Para se ampliarem devem buscar mais capital. Isso pode ser feito internamente (reinvestimento de lucros) ou externamente (lançamentos no mercado de capitais). A primeira fórmula é inaplicável pela própria dimensão reduzida da empresa que ocasiona lucros, em termos absolutos, pequenos; a segunda se defronta com o obstáculo de um mercado de capitais extremamente débil e, além disso, mais propício às grandes empresas estrangeiras e governamentais.

A atual administração do país vem multiplicando medidas para a capitalização da empresa nacional ou, melhor diríamos, da média e pequena empresa nacional. Temos fórmulas (já aprovadas ou apenas sugeridas) como a PROCAP, a utilização do PIS e FGTS para compra de ações, a criação de ações com dividendos garantidos, etc. O problema atacado por tais medidas nada tem, todavia, com o que me preocupa. O Governo percebeu que, como consequência de distorções da legislação tributária e das deficiências do mercado de capitais, as empresas de porte pequeno e médio vêm se expandindo através do endividamento e não do aumento de capital. Como consequência disso, não apenas ficam extremamente vulneráveis como têm comprometida sua capacidade de expansão futura (limite colocado pelo nível aceitável de endividamento).

A preocupação é, portanto, em salvar a média e pequena empresa (16). Ora, o pré-requisito de um modelo nacionalista com base na empresa privada reclama a criação da grande empresa privada nacional. Esta, dificilmente, poderá reunir o capital necessário pelos meios tradicionais. Para que ela atinja a importância necessária para que se torne capaz de concorrer com a empresa estrangeira no mercado interno e disputar-lhe os mercados internacionais deve ser decididamente apoiada pelo Estado tal como sucedeu no Japão durante o século XIX.

Esse apoio deverá ser de di-

versos tipos não excluindo, por exemplo, a pesquisa tecnológica da qual se vem, ultimamente, tratando com tanta ênfase quanto pouca objetividade. Não há dúvida, contudo, que o apoio fundamental deverá ser no sentido da mobilização dos capitais de risco necessários. Na prática isso significa que o Governo deverá proporcionar tais capitais.

A maneira por que isso se fará presta-se a numerosíssimas fórmulas. Lembrarei, rapidamente, algumas dentre as muitas possíveis:

a) participação do Governo no capital de forma majoritária, com direito a fiscalização mas sem voto, reservando-se aos proprietários, em condições preestabelecidas, o direito de recompra das ações do Poder Público;

b) empréstimos governamentais de longuíssimo prazo cobrindo a maior parte (até 90%) do investimento total;

c) lançamento de ações com dividendos mínimos garantidos pelo Governo, etc.

Em suma, acredito que fórmulas, ou combinações de fórmulas, podem ser encontradas que, sem implicar em doação de fundos públicos a particulares e com todas as garantias para o Governo, permitam criar empresas brasileiras de grande porte em setores previamente selecionados. Essas empresas estariam orientadas tanto para o mercado interno quanto para o mercado externo.

Um ponto deve ser sublinhado antes de prosseguirmos. Acontecimentos, que vieram recentemente à luz através de jornais, podem levar à interpretação de que o Governo já vem apoiando, e até de forma excessiva, as empresas privadas (caso Lutfala e da UEB). Não é esse, contudo, o apoio reclamado pela fórmula privatista acima descrita. O importante é, de fato, distribuir de forma justa e eficiente, os fundos disponíveis e não concentrá-los maciçamente em algumas empresas. A par disso, as empresas beneficiadas devem ser economicamente sãs e dotadas de sólidas potencialidades dinâmicas. Até o momento a escolha oficial vem beneficiando, paradoxalmente, firmas em situação pré-falimentar.

A par disso o apoio, para se revelar eficaz, deve ser estável e colocado dentro de uma perspectiva de longo prazo. O sistema atual de "stop and go" é inteiramente incompatível com a criação de um núcleo sólido de empresas nacionais. A parada ("stop") equivale à cessação temporária do fluxo sanguíneo em certas partes do cérebro. Danos irreparáveis são causados qualquer que seja a abundância da irrigação posterior. Cumpre lembrar, outrossim, que a repercussão negativa do "stop and go" não ocorre no caso das empresas estrangeiras que têm sempre possibilidade de recurso às suas fontes externas de suprimento.

Finalmente, o apoio deve ser canalizado de forma apropriada a fim de evitar que os beneficiários venham a ser os intermediários financeiros e não os destinatários finais dos recursos. O Progiro, com a exigência pelos banqueiros de saldos médios mínimos e outras "compensações", constitui um bom exemplo desse tipo de distorção.

Recapitulando o que se viu até aqui, diria que o modelo nacionalista para a próxima década deverá se estruturar em função de dois vetores complementares: contenção da empresa estrangeira e estímulo à empresa nacional. Essa complementariedade é óbvia porque a estagnação das empresas estrangeiras criará um vazio a ser preenchido. Nesse preenchimento duas fórmulas alternativas foram consideradas: a estatal e a privatista.

A opção entre uma e outra vai depender do jogo de forças extremamente complexos em ação na sociedade brasileira. Acredito que uma opção "a priori" por uma ou outra fórmula constitui um erro. Na verdade, a tomada de posição fundamental deve ser em favor do desenvolvimento, e este será nacionalista ou fracassará. Condicionar a defesa do nacionalismo ao caminho privatista ou estatal significa eliminar ou reduzir as chances de sucesso, na hipótese de a fórmula escolhida se revelar inviável ou de difícil implementação.

Em suma, minha posição, que considero a única verdadeira-

mente realista, é em favor da solução nacionalista, seja ela estatal ou privatista.

Conclusão

Estas são as linhas de um modelo nacionalista que acredito poderia comandar o desenvolvimento brasileiro durante o próximo decênio. A pergunta a ser feita é a seguinte: será ele politicamente e executável?

Considero a resposta importante porque me coloco entre os céticos com respeito a receitas econômicas que não suportam os mais elementares testes da "praxis" política.

Vivi numa época em que proclamavam a aliança entre a burguesia nacional (representada pelos industriais brasileiros), e o operariado urbano contra o complexo comercial-exportador em decadência. A dura verdade é que essa aliança jamais chegou a se configurar e a indústria brasileira nem mesmo conseguir se firmar como grupo significativo de pressão política. Tentativas isoladas de que participaram, entre outros, José Ermirio de Moraes, e às quais tive ocasião de prestar minha contribuição, não foram suficientes para esconder o fato de que o poder político esteve sempre entre as mãos do grande comércio e da agricultura de exportação, aliados dos grupos multinacionais.

Não desejo fazer previsões para o futuro. Limitar-me-ei, com base na experiência do passado, a apontar as condições institucionais de um modelo nacionalista para a economia brasileira.

O primeiro ponto refere-se às resistências a serem enfrentadas. A meu ver serão bem menores do que se poderia supor. Exemplos do passado recente mostram que os grandes grupos internacionais, ou as instituições que os representam, quando corajosamente enfrentados, recuam e aceitam negociar posições que declaravam intocáveis.

O caso do petróleo é um expressivo exemplo. Os países produtores dispunham de todas as condições econômicas para impor seus preços. Temiam, contudo, os resultados imediatos de um boicote. A situação perdurou até que dois países (Argélia e Líbia) tendo reunido reservas financeiras necessárias para dei-

xar de produzir durante um ano decidiram, conforme diz a fábula, "amarrar o guiso no gato". O gato aceitou o guiso e continua com ele até hoje, apesar de protestos cada vez menos convincentes.

Como exemplo mais próximo poderíamos lembrar que em 1958, o Presidente Kubitschek reagiu violentamente contra o Fundo Monetário Internacional que pretendia forçá-lo a abandonar suas metas, e aplicar ao país um "tratamento de choque" contra inflação. O F.M.I., e com ele todos os banqueiros internacionais que o respaldavam, teve de recuar, não só engolindo nosso programa desenvolvimentista como apoiando-o com os necessários créditos.

O tigre (ou o gato) é, portanto, de papel. Não podemos, todavia, esperar que ele amare o guiso no próprio pescoço. Isso deve ser feito por forças internas.

O exército brasileiro constitui hoje, e possivelmente continuará a desempenhar essa função ainda durante algum tempo, o fulcro do poder político nacional. Um modelo nacionalista de desenvolvimento depende, portanto, do seu apoio ou pelo menos da cobertura de parte significativa de sua liderança. Isso nada tem de impossível sobretudo quando se considera a tendência claramente nacionalista do oficialato mais jovem. Esse grupo poderá ser conquistado para o modelo proposto sobretudo na medida que seja convencido do fato de que não existem alternativas. A opção que lhes deve ser proposta é, portanto, entre a grandeza e a mediocridade nacional. E quando falo em mediocridade estou sendo otimista porque o país possivelmente não resistirá ao colapso do processo de desenvolvimento. Mais precisamente, portanto, a escolha é entre a grandeza e o caos.

A segunda força que deve ser mobilizada é a iniciativa privada nacional e, mais especificamente, os industriais brasileiros. Nesse caso, a mobilização é difícil porque o grande número de pequenos e médios empresários forna difícil uma ação conjunta. Ainda mais problemático seria obter deles os grandes re-

ursos financeiros indispensáveis a uma campanha (que não exclui estudos e pesquisas em profundidade) em favor da idéia. Quanto a isso, no entanto, a clarividência de Roberto Simonsen, há quase três décadas atrás, já oferecera solução. A confederação Nacional da Indústria, dotada de recursos de recolhimento compulsório mostrou, no passado, que podia obter vitórias tão importantes quanto a consolidação da indústria, o repúdio ao monetarismo e a institucionalização do planejamento no país. Perdido o "élan" provocado por essas duras lutas, as figuras mais significativas do empresariado industrial brasileiro se desinteressaram da política sindical e a C.N.I. foi dominada pelo peleguismo e, até certo ponto, pelas próprias empresas estrangeiras. Aqui, no entanto, também uma recuperação é possível.

Os trabalhadores, representados pelos sindicatos, constituem outra força de grande importância. Não apenas têm interesse direto e imediato no desenvolvimento (sobretudo quando orientado para o mercado interno) como para ele contribuem não apenas com seu trabalho mas

também através do apoio à capitalização das empresas proporcionado por fundos substanciais (FGTS e PIS) que lhes pertencem de pleno direito. Deveriam, pois, ser chamados a uma colaboração não apenas através de sua atividade produtiva direta mas também da participação ampla e efetiva na administração dos recursos financeiros que lhes pertencem.

Os intelectuais estiveram, sempre e em toda parte, à frente dos grandes episódios criadores da história da humanidade. Na atual conjuntura brasileira sua ação tem se feito sentir de forma ampla e poderosa. A resistência com que se defrontou a presente reunião do SBPC representa o reconhecimento indireto, pelos grupos mais retrógrados da sociedade, do grande impacto que podem ter nossos pronunciamentos e tomados de posição.

Em síntese: conforme tive ocasião de mostrar anteriormente as grandes teses do nacionalismo conseguiram se impor mesmo a uma superestrutura política que lhes era nitidamente desfavorável. Não há, conseqüentemente, motivo para acreditar que as coisas se passem de forma diferente no fu-

turo.

Um ponto deve, todavia, ser sublinhado. A vitória do nacionalismo será tanto mais fácil e segura quanto mais ampla e irrestrita for a liberdade de opinião. Esta tem no sistema democrático (refiro-me a uma democracia ampla e irrestrita porque uma democracia ou é completa ou simplesmente não existe) sua maior garantia. O que assegurou, no passado, a vitória das forças nacionais contra a reação, e suas poderosas alianças externas, foi a irresistível aspiração popular, ao desenvolvimento manifestando-se dentro do processo democrático.

Deve-se interpretar essa afirmação no sentido de que a vitória do nacionalismo se acha condicionada a uma abertura democrática? Acredito que o problema é inverso: como são irresistíveis as forças que determinam as soluções nacionais para o nosso desenvolvimento, a democratização do país constitui algo inevitável.

Acredito que acontecimentos de futuro não muito distante se encarregarão de confirmar essa tese que me permito apresentar como conclusão final, e mais importante dessa monografia.

(1) Para atender a certo ponto de vista que liga, de forma necessária, nacionalismo à resistência contra o capital estrangeiro, separei o nacionalismo em dois grupos: temos, em primeiro lugar, o que chamarei de nacionalismo doutrinário, que se caracteriza essencialmente por uma opção contra o capital estrangeiro, independentemente de qualquer consideração sobre suas vantagens ou desvantagens. Existe, em segundo lugar, um nacionalismo pragmático que se define pela defesa radical do desenvolvimento do país e pela aceitação das duas premissas básicas seguintes: a) os interesses de um dado país não se confundem necessariamente com as dos demais, considerados isoladamente ou em conjunto; b) as formulas sociais e econômicas que se revelaram eficientes em certos países (desenvolvidos) não se aplicam necessariamente a todo mundo (particularmente aos países subdesenvolvidos).

(2) Vale a pena lembrar que o Ministro do Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso, em depoimento na Comissão Parlamentar de Inquerito sobre as multinacionais (câmara dos Deputados, Brasília, 1975) afirmou que, das "empresas mais significativas nos principais setores da economia", 24,8% eram estrangeiras contra 27,7% privadas nacionais, em termos de patrimônio líquido. O complemento (47,5%) era representado por empresas estatais.

(3) Essa tese é defendida por Regis Bonelli e Pedro Malan em "os Limites do Possível: notas sobre o balanço de pagamentos e a Indústria nos Anos 70". Pesquisa e Planejamento Econômico Rio, agosto de 1976.

(4) Roberto Saturnino Política Econômica e Estatização - Civilização Brasileira, Rio, 1976, pgs. 3 e 7.

(5) Idem, pg. 34

(6) Prefácio a Uma Nova Economia Política, Paz e Terra, Rio, 1976.

(7) João Paulo de Almeida Magalhães, Modelo Brasileiro de Desenvolvimento, Editora Record, 1976, pgs. 171 e 172.

(8) Apud Kurt Rudolf Mirow A Ditadura dos Cartéis, Civilização Brasileira - Rio, 1977, pag. 225.

(9) Talvez devêssemos sublinhar aqui que Celso Furtado, no livro citado, coloca em dúvida a possibilidade do desenvolvimento como eliminação do atraso econômico. Esta é, contudo, uma posição atípica, pois o nacionalismo brasileiro atual continua sendo fundamentalmente desenvolvimentista.

(10) Carlos Von Dollinger A Política Brasileira de Comércio Exterior e seus Efeitos 1967-1973" - IPEA/INPES, Rio, 1974. José Eduardo de Carvalho Pereira Financiamento Externo e Crescimento Econômico no Brasil IPEA/INPES, Rio, 1974.

(11) Boletim do Banco Central, março de 1977.

(12) Não há dúvida que diante da grave situação atual, certos empréstimos deverão ser procurados simplesmente para pagar dívidas vencidas. Apesar disso a regra básica aqui proposta permanece válida.

(13) Obra citada.

(14) Fernando Gasparian, Capital Estrangeiro e Desenvolvimento da América Latina Civilização Brasileira, Rio, 1973.

(15) O.S. Lorenzo Fernandes, A Evolução da Economia Brasileira - Zahar Editores, Rio, 1976, pg. 262.

(16) Veja-se a respeito Octávio Gouvêa de Bulhões e outros, Evolução do Capitalismo no Brasil. Edições Bloch, Rio, 1976.

Notas sobre o imperialismo e a dominação política no Terceiro Mundo.



Moniz Bandeira

Palestra proferida em outubro de 1976, em Porto Alegre, como parte de uma mesa-redonda organizada pelo IEPES DO MDB do Rio Grande do Sul.



O título da exposição que se segue foi por mim sugerido porque envolve uma problemática muito importante, tanto do ponto de vista teórico quanto do ponto de vista prático, para as nossas lutas do dia a dia no Brasil de hoje.

É muito comum, atualmente, nos meios universitários, ouvirmos falar em desenvolvimento dependente, desenvolvimento associado, em países dependentes, em dependência, em buguêria associada, etc. Precisamos, entretanto, não obstante os debates muito exaustivo que vários sociólogos e cientistas políticos e economistas já travaram em torno do assunto, conceituar mais precisamente esta teoria da dependência, conforme é muito conhecida nos meios universitários e bastante difundida em todos os países da América Latina. Por isso, gostaria, inicialmente, de perguntar o que significa dependência no regime capitalista. Haveria possibilidade de desenvolvimento independente do capitalismo no Brasil? Que significaria essa independência do capitalismo nacional? Seria mais apropriado chamarmos a situação em que o Brasil se encontra de dominação política ou de dependência política? De dominação econômica ou de dependência econômica?

Particularmente, não creio que a expressão dependência, seja ela econômica ou política, possa exprimir, corretamente, do ponto de vista científico, a situação dos países do chamado Terceiro Mundo. A meu ver seria muito mais apropriado que a chamássemos de situação de dominação econômica, situação de dominação política.

Essa definição é muito importante, porque envolve posições teóricas mais profundas. Quando se fala de capitalismo dependente pressupõe-se a possibilidade do desenvolvimento independente do capitalismo no Brasil, ou em qualquer outro país da América Latina ou do chamado Terceiro Mundo. E a essa altura da internacionalização da vida econômica, será possível que um país possa se desenvolver dentro do sistema capitalista, independentemente do mercado mundial? São alguns problemas que coloco, e sobre eles vou formular algumas observações.

Antes de mais nada, o imperialismo, mais do que uma política nacional, é um estágio do desenvolvimento capitalista em escala mundial, estágio este a que atingiram alguns países já ao fim do século XIX. A tendência para a queda da taxa média de lucro, determinada pela mudança na composição orgânica do capital, com uma prevalência cada vez maior do capital constante sobre o capital variável, levou as empresas que tinham menor poder econômico a socobrem, a não resistirem à competição dos grupos mais fortes, e com isto, a concorrência, mola do capitalismo nos seus primórdios, gerou o monopólio. Assim se fundiram o capital bancário e o capital industrial. Surgiram os grandes trustes e os cartéis se formaram para exercer o monopólio das fontes de produção, repartir os mercados, etc.

Essa fase começou propriamente na segunda metade do século XIX e possibilitou, já no começo do século XX, a constituição dos blocos imperialistas, liderados pela Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos. Eram os países que estavam, àquela época, no começo do século XX, na lide-

rança da economia mundial capitalista. Devemos ter em conta que essa lei que gera o monopólio em escala mundial também se manifesta e determina as relações internacionais, a competição entre esses grupos imperialistas provocou a guerra de 1914-1918. Essa guerra, a primeira guerra imperialista, permitiu de um lado, a erupção da primeira revolução socialista na Europa, a Revolução Russa de 1917 e, do outro, em virtude da Revolução Operária que ameaçava os demais países do velho Continente Europeu, preparou o terreno para uma situação contra-revolucionária. A guerra de 1914 e a guerra posterior de 1939 exprimiram a luta entre entre esses grupos interimperialistas, a luta pelo mercado mundial.

Neste quadro e que podemos inserir a situação dos países do Terceiro Mundo, porque entre essas duas guerras interimperialistas, ocorreu um fenômeno na Itália e na Alemanha, que foi o surgimento do fascismo do nacional-socialismo alemão, do fascismo italiano.

O fascismo surgiu como uma forma particular de Estado, como a quinta roda do carro da empresa industrial, como o Estado em contra-revolução permanente para esmagar os órgãos de democracia operária existentes na sociedade capitalista, que entraram em crise e que a guerra de 1914 manifestara de forma inequívoca, porque então, na cadeia imperialista mundial, o elo mais fraco, a Rússia, se rompera com a Revolução de Outubro.

O fascismo foi justamente a expressão da crise do sistema capitalista mundial e, em particular, do sistema capitalista na Alemanha, país atrasado do ponto de vista histórico, ou seja país que chegara tardiamente à competição pelo mercado mundial e que, pelas armas, buscara conquistar o seu lugar diante das outras potências que lhe vedavam acesso ao botim.

A partir da guerra de 1939-1945, a situação mundial tomou uma característica diferente. O nazifascismo alemão-italiano, foi derrotado no campo de batalha, mas, na verdade, foi ele derrotado nas sociedades ocidentais, nas sociedades capitalistas do hemisfério ocidental? Vejamos como se processou essa evolução. Com a Segunda Guerra Mundial, as velhas potências imperialistas como Inglaterra e França, Alemanha e Japão, saíram ou foram liquidadas financeira e politicamente ou derrotadas do ponto de vista militar. E a concentração do capital beneficiou enormemente os Estados Unidos, que emergiram, poder-se-ia dizer, como uma potência superimperialista. A lei de concentração do capital se aplicou à economia mundial, à economia das nações.

Os Estados Unidos saíram da Segunda Guerra Mundial como uma potência hegemônica do bloco capitalista. As potências, como Inglaterra e França, foram reduzidas à condição de vassalos. A Alemanha e Japão foram militarmente derrotadas.

É nessa conjuntura que interessa para nós estudar a situação do Brasil. Os Estados Unidos, a partir da Segunda Guerra Mundial, reivindicaram para si a função de promover em todo o mundo a contra-revolução permanente. Devemos considerar que desde 1945 as relações dos Estados Unidos com os demais países, principalmente aqueles do Terceiro Mundo, sempre foram as relações de do-

minação, sem nenhum disfarce, sem qualquer máscara. Tomaram eles a função que antes a Alemanha e a Itália haviam desejado desempenhar, a função de combater a revolução social, de procurar preservar o sistema de relações capitalistas de qualquer forma. Desde aquela época se travou no Brasil uma luta surda, uma luta econômica e política, que iria chegar a seu apogeu com o movimento militar de 1964, que derrubou o Presidente João Goulart. Implantou-se então, um regime eufemisticamente chamado de autoritário. É, posteriormente, um regime como este foi implantado em outros países da América Latina: no Chile, no Uruguai e, agora na Argentina. Muitas vezes, quando uns dizem que esses regimes são do tipo fascista, outros argüem que não, que o fascismo era nacionalista, era corporativista etc., etc., em suma, que o nazi-fascismo era uma doutrina na qual, de certo modo, não se enquadravam os regimes militares da América Latina. Entretanto - e é aí o ponto a que quero chegar para definir o termo "Imperialismo e Dominação Política" ou "Imperialismo e Dependência Política" - o fascismo no meu entender, não foi um fenômeno puramente alemão, nem puramente italiano. O fascismo é uma expressão do capitalismo em crise, é uma forma peculiar de Estado, uma forma particular de Estado, o Estado em contra-revolução permanente, que tem por objetivo esmagar todo e qualquer movimento de ruptura das estruturas econômicas, sociais e políticas. É um regime que institui a guerra civil, que torna a guerra civil latente em toda a sociedade, uma guerra civil declarada, o que não significa que esteja ocorrendo a guerra civil, mas é um regime de guerra civil. O Ato nº 5 é uma declaração de guerra civil. devemos ser claros nisto. É quando toda e qualquer medida que expurga uma parte da população é uma medida de guerra civil, embora esta não seja travada, mas é uma guerra civil declarada, é uma guerra civil fria, é esse o conteúdo permanente, porque estamos habituados a conside-

Não se pode conceber segurança nacional quando não existe segurança individual

rar o fascismo do ponto de vista europeu e, não, do ponto de vista de que o fascismo aqui no Brasil é um fascismo importado, que exprime muito mais a crise do capitalismo no seu centro de acumulação, nos Estados Unidos, do que de um capitalismo nacional.

O fascismo, o regime autoritário, visa a resguardar os interesses do capitalismo, não de um capitalismo nacional, mas de um capitalismo norte-americano, do centro hegemônico, do centro de poder.

Muitas pessoas por vezes dizem: "Há um movimento aí nacionalista, do tipo militar, seria um movimento de direita." Muito bem, é uma premissa. Mas até que ponto uma tendência como esta marcharia no sentido da direita se se chocasse com o centro hegemônico de sustentação do atual estado autoritário, os Estados Unidos? Até que ponto esta

tendência não se transformaria qualitativamente, na medida que se confrontasse com os interesses de dominação das multinacionais americanas ou até aqui instaladas? (Friso que estou conceituando uma coisa teórica, como hipótese, a título só de especulação acadêmica; não estou dizendo isto com base em nenhum dado, apenas a título de exposição). Por isso, há uma diferença entre os atuais regimes autoritários da América Latina e os que haviam antes de 1959, que eram regimes meramente militares, que, muitas vezes em vários países tinham o objetivo de sustentar a United Fruit e outras companhias norte-americanas, mas não tinham este caráter social de manter o país em guerra civil fria e, como já disse, manter este estado de contra-revolução permanente, liquidando toda e qualquer iniciativa de promover a mudança social. Há uma diferença e aí é que se revelam as grandes linhas de dominação política em que se encontra o Brasil. Esta dominação que se traduz em acordos militares, em acordos entre os órgãos de segurança, em que, naturalmente os do Brasil estão subordinados aos do exterior, aos dos Estados Unidos, em que a nossa segurança passa a ser controlada por eles lá de fora, em que a segurança nacional, não é nacional, é deles, porque não se pode conceber segurança nacional quando não existe segurança individual; quando nós, cidadãos brasileiros, não temos segurança individual, não existe segurança nacional. O que existe é segurança do capital privado estrangeiro. O que existe, por conseguinte, é dominação política, decorrente, é calor, da dominação econômica, de uma situação que hoje se torna, praticamente, insustentável.

Esta tendência, entretanto, para a formação de um superimperialismo, não significa que as contradições sejam eliminadas, muito pelo contrário. Conquanto os Estados Unidos se tornassem, após a guerra de 1939-45, a potência hegemônica do sistema capitalista, os Estados Unidos fossem, por conseguinte, uma nação que se poderia chamar de superimperialista, a este processo centrípeta ocorreram reações centrífugas que, hoje, se manifestam nas reações, não só nacionais e nacionalistas dos países do Terceiro Mundo, mas nas próprias resistências apresentadas pelos países capitalistas na Europa ou no Oriente, como no Japão.

Aí é bom fazer uma ressalva: quando falo de superimperialismo, não estou aceitando o conceito de Kautski que admitia (e, teoricamente, pode-se dizer que a suposição dele fosse correta, mas apenas de um ponto de vista abstrato) que a competição gerando o monopólio, levaria inevitavelmente, ao fim, ao surgimento de um único grupo econômico com domínio mundial. Se partirmos do pressuposto de que a concorrência gera o monopólio, de que a competição entre as várias empresas resulta numa redução cada vez maior do número de empresas, evidentemente do ponto de vista abstrato chegaríamos a esta situação do superimperialismo, em que apenas uma empresa teria o domínio mundial. Entretanto, Kautski errou porque não considerou os fatores sociais e políticos e esqueceu que, diante das contradições que esse processo gera, o Estado seria cada vez mais obrigado a intervir na vida econômica dos países. Então, quero deixar muito claro que quando falo de superimpe-

rialismo dos Estados Unidos - país que hoje, está bastante enfraquecido, do ponto de vista político e militar - não estou aceitando o conceito de Kautski, mas estou apenas tomando esta expressão como ponto de partida de uma análise para situar aquilo que considero muito importante, que é o novo tipo de fascismo, mostrar a vocês que o fascismo não foi, como já disse, alemão ou italiano, mas que o fascismo pode ocorrer aqui e alhures, tomando qualquer nome ou qualquer forma, seja ela nazismo, fascismo, falangismo ou, mesmo democracia, palavra que serve, hoje, para encobrir os atentados terroristas de direita. A democracia, hoje, serve para encobrir todo e qualquer atentado à Constituição, à legalidade, à própria democracia. Foi em nome da democracia que Pinochet destruiu a democracia do Chile. É em nome da democracia que os uruguaios sofrem e padecem uma brutal ditadura. Foi em nome da democracia que Videla destruiu a democracia na Argentina. Foi em nome da democracia que se instaurou este estado autoritário no Brasil. E foi em nome da democracia que os Estados Unidos promoveram a guerra do Vietnã. E por aí a fora.

Então, o que importa, no caso, não é a forma, mas o conteúdo desse desespero social e político do capitalismo, manifestado pelo, como se diria, nazismo, ou fascismo, ou seja, por esta forma tresloucada que tomou a reação na Europa, mas que aqui toma formas distintas, refletindo a crise no complexo industrial e militar dos Estados Unidos.

O fascismo pode ocorrer aqui e alhures, tomando qualquer nome ou qualquer forma, seja ela nazismo, fascismo, falangismo ou, mesmo, democracia, palavra que serve, hoje, para encobrir os atentados terroristas de direita.

É o entrosamento dos interesses industriais e militares na manutenção do *status quo*, na manutenção da taxa média de lucro do sistema capitalista. É o capitalismo se militarizando para defender a sua taxa de lucro, para defender o *status quo*, para não permitir qualquer mudança que possa ferir seus privilégios; os privilégios da oligarquia financeira. Então, o fascismo tanto pode assumir uma forma corporativista - vamos aceitar este nome como sendo o que mais exprime este Estado em contra-revolução permanente - ou chamando-se de nacional-socialista, como na Alemanha - ou a forma de Pinochet, no Chile, ou a forma do Brasil, de um estado autoritário, que permite a existência do MDB, que permite a existência de uma ARENA. Mas isto não elimina a essência do regime que é o de manter a dominação capitalista e não a dominação capitalista nacional, mas aquela do exterior, porque o Brasil - e isto devemos ter muito claro - é um país periférico, tem uma economia, não digo dependente, mas uma economia hoje complementar da economia norte-americana, da economia dos grandes centros hegemônicos. Como ainda há pouco tempo o Ministro Severo Gomes ressaltou, o subdesenvolvimento não é um estágio para o desenvolvimento, é um produto do desenvolvimento.

nosso não, deles lá. O subdesenvolvimento é condição *sine qua non* para o desenvolvimento da Europa ou dos Estados Unidos. E para a manutenção deste *status quo* é necessário que o Estado intervenha econômica, social e politicamente para garantir que não haja nenhuma mudança, para garantir o lucro dos investimentos estrangeiros, que são dominantes.

Mas não podemos falar - e perdoem-me se estou sendo sucinto demais, porque o tema é muito complexo - de um fascismo nacional, porque isto seria admitir, hoje, a possibilidade de um desenvolvimento, de um capitalismo nacional, quando este já está inteiramente destruído. As poucas empresas que restavam estão sendo tragadas pela crise econômica e financeira. Seria ilusório pensarmos na ascensão de uma burguesia nacional. A esta altura, isso é coisa do passado. A classe dominante no Brasil foi substituída pelo corpo de gerentes norte-americanos, franceses, ingleses, japoneses até. Então, a situação existente no Brasil reflete a crise do sistema hegemônico dos Estados Unidos; reflete a crise do complexo industrial-militar norte-americano. E esta crise não é só brasileira, é de toda a América Latina. Reflete a crise do sistema imperialista mundial. O surgimento desses regimes autoritários aqui no Brasil, no Uruguai, na Argentina, no Chile e em outros países, inclusive agora com a virada à direita do regime peruano, essa situação reflete a grave e profunda crise do sistema imperialista mundial, que tem a liderança dos Estados Unidos.

Esses são alguns conceitos que queria expor. Estou trazendo para discuti-los, porque eles têm implicações práticas muito sérias e profundas na condução da nossa caminhada, inclusive na abordagem de diversos pontos, como em outra ocasião já tive a oportunidade de abordar.

Corporativismo ou nacionalismo não significam, necessariamente fascismo, não são características do fascismo. Foram na Alemanha ou na Itália, mas não significam que venham a ser no Brasil ou na Argentina, inclusive porque devemos ver isto em sua dinâmica, nos conflitos e contradições com o centro hegemônico norte-americano. Isto, creio, é importante para nós, porque muitos, como já disse aí e estou repetindo, dizem: "Há uma tendência nesse sentido, é fascista. É o nacionalismo fascista". Não, hoje o que importa para os grandes monopólios é um regime como este: uma posição nacionalista do Brasil; ainda que, no primeiro momento, tomasse até a forma de direita, não significa que se mantivesse na direita ou que significasse uma posição a médio prazo ou a curto prazo.

Poderia ser bem mais nacionalista, mas não necessariamente fascista, porque devemos encarar essa tendência do ponto de vista do que representa em termos de interesses econômicos e sociais. O fascismo representou os grandes monopólios' alemães e hoje, esses modelos autoritários de regime representam os grandes monopólios estrangeiros, norte-americanos, principalmente. E uma posição neste sentido, ainda que nacionalista, ou que fizesse proposições corporativistas, por mais que apresentasse este odor de fascismo de outras eras, objetivamente não creio que viesse a ser um regime contra-revolucionário, como é o atual estado autoritário que existe nos países da América Latina.

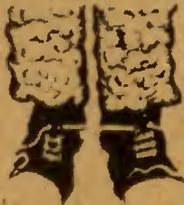
24



Asa Curta é também o nome do herói desta estória para crianças, escrita por Gilberto Mansur. Sandra Abdalla fez as ilustrações. Cr\$ 30,00

23

OS MENINOS



Domingos Pellegrini Jr.

Todos os contos deste livro tratam de meninos e interessam principalmente a professores secundários, psicólogos e educadores. Cr\$ 40,00

UM DOIDO NO QUARTEIRÃO



As melhores crônicas publicadas por Antonio Contente na Última Hora paulista estão nesta coletânea, também de textos inéditos. Cr\$ 60,00

21

O URSO



William Faulkner

O norte-americano William Faulkner não escreveu só mais uma estória de caçada. Sua pequena obra-prima é um clássico do gênero. Cr\$ 50,00

20

SIM SENHOR, INHOR SIM, POIS NÃO...



Antônio Possidônio Sampaio

Com este romance, o baiano Antônio Possidônio Sampaio obteve o prêmio do I Concurso Escrita de Literatura, na categoria. Cr\$ 15,00

19

HISTÓRIAS DA TERRA TREMULA

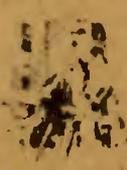


Manoel Scliar

O Scliar mais inventivo e irônico está neste livro de contos que lhe deu o primeiro lugar do Concurso Escrita realizado no ano passado. Cr\$ 15,00

18

SABOR DE QUÍMICA



Beatriz Alvim & Almeida

Dividiu com Scliar o prêmio do I Concurso Escrita de Literatura - contos. É a revelação de um novo talento de escritor. Cr\$ 15,00

17



Terceira coletânea de contos de Wladyr Nader, editor da revista Escrita. O alvo do autor é a classe média sem perspectivas. Cr\$ 40,00

16



Lurva Kael

Segunda edição de um livro «difícil», que, por suas qualidades, o leitor gostará de enfrentar. Rawet também é ensaísta e autor teatral. Cr\$ 30,00

15

FREUD PARA CRIANÇAS



Os pais podem afinal entender os filhos: este livro, através de cartuns e de um texto leve, mostra o que há por trás do jargão freudiano. Cr\$ 35,00

14

CONFISSÕES DE UMA MÁSCARA



A ambigüidade sexual é o assunto de Yukio Mishima, o maior escritor japonês da atualidade, em «Confissões de uma Máscara». Cr\$ 50,00

13



Um bom leão e um touro leal são os personagens deste livrinho infantil, ilustrado por Sandra Abdalla. Tradução de Hélio Pólvora. Cr\$ 35,00

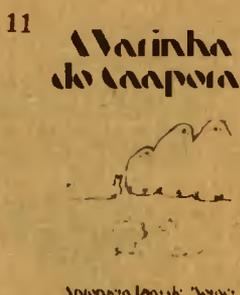
CATÁLOGO DA VERTENTE

25





«A Festa» não é só o romance dos anos 70. Também formalmente ele é revolucionário, e isso a própria crítica já reconheceu. Cr\$ 60,00



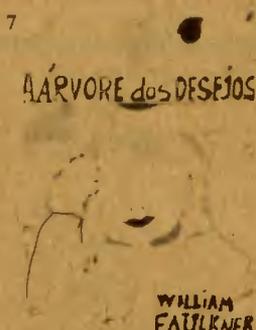
Numa caixinha, três estórias infantis de Antonieta Dias de Moraes, em volumes independentes. Ilustrações de José Américo Mikas. Cr\$ 30,00



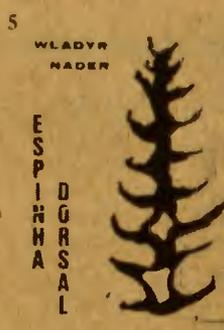
Zélio encontrou a saída: um livro de cartuns que até hoje, três anos depois de lançado, é um prato cheio para os apreciadores do humor. Cr\$ 40,00



As crianças que estão começando a ler aprendem muito com esta pequena obra ilustrada a cores pela própria autora. Cr\$ 8,00



Faulkner deu este conto infantil de presente à enteada Victoria, quando ela completou oito anos. Ilustrações coloridas de Sandra Abdalla. Cr\$ 35,00



A partir daqui Wladyr Nader trocou a ficção científica e as estórias fantásticas do seu primeiro livro pela ficção urbana. Cr\$ 30,00



Os contos que deram a Luiz Vilela prêmios ao I e II Concurso Nacional de Contos, do Paraná, também estão em «Tarde da Noite». Cr\$ 50,00



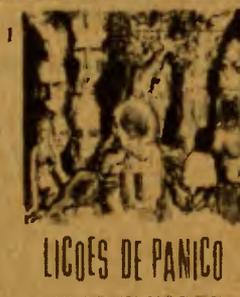
Em 1870, disse Philippe Soupault, Lautréamont desencadeou com este livro uma tempestade formidável. Cr\$ 60,00

JORNAIS E REVISTAS

| | |
|-----------------|------------|
| Escrita — | Cr\$ 15,00 |
| Escrita/Ensaio- | Cr\$ 25,00 |
| Escrita/Livro - | Cr\$ 25,00 |
| Ovelha - | Cr\$ 10,00 |
| Outrossim - | Cr\$ 10,00 |

ESGOTADOS

- 6 Brinquedo — Hamilton Trevisan
- 2 Isto o Jornal Não Conta — vários autores



Reembolso Postal

Nº (s) ou letra (s) da publicação:

Nome

Endereço

Cidade CEP Sigla do Estado

Segue cheque visado () / vale postal () para
 Vertente Editora Ltda.
 Rua Dr. Homem de Melo, 446 - 05007
 Fones: 62-3699 e 262-8861 - São Paulo (SP)



Estados Unidos
e América Latina:
o fim de uma
pretensão hegemônica.



Abraham F. Lowenthal



Este artigo de Abraham F. Lowenthal foi publicado na edição de outubro de 1976 da revista norte-americana Foreign Affairs.

Como o derradeiro relâmpago de uma tempestade de verão, o Relatório Sobre o Chile da Comissão Especial do Senado para Assuntos de Inteligência ilumina os contornos das atuais relações entre os Estados Unidos e a América Latina, ainda que o panorama esteja em transformação. Com detalhes impressionantes e contida eloquência, o Relatório não apenas documenta o que os Estados Unidos fizeram no Chile de 1963 a 1973, como também ilustra a pretensão hegemônica sobre a qual este país durante muito tempo baseou sua política em relação à América Latina e ao Caribe.

Mas os dias do inquestionável controle norte-americano sobre o Hemisfério Ocidental estão contados, se não já passados. As relações norte-americanas com a América Latina estão sendo conseqüentemente transformadas. As relações especiais históricas entre os EUA e A.L. estão chegando ao fim nos fatos se não na retórica. Um novo posicionamento norte-americano nas relações com o Hemisfério é agora exigido.

II

O Relatório do Senado sobre o Chile demonstra que o governo norte-americano engajou-se por cerca de uma década numa mancha, sistemática e clandestina campanha contra a Esquerda Chilena e elimina controvérsias sobre as seguintes provas do envolvimento norte-americano na política desse país:

1 - Os Estados Unidos gastaram cerca de três milhões de dólares durante a campanha eleitoral de 1964 no Chile, principalmente em favor da Campanha do Partido Democrata Cristão de Eduardo Frei. Nível equivalente de despesas em uma eleição norte-americana ficaria por volta de 75 milhões de dólares, muito mais do que foi utilizado para financiar os pródigos fundos eleitorais de Richard Nixon em 1972.

2 - Os Estados Unidos gastaram por volta de oito milhões de dólares cobrindo as intervenções na política chilena de 1970 até 1973. Entre os itens financiados estavam: atividades políticas entre trabalhadores, estudantes, grupos feministas, organizações profissionais e outras associações civis; propaganda; notícias e editoriais "encomendados" nos jornais e revistas chilenos e até mesmo a difusão de artigos sugeridos a "jornalistas" estrangeiros subsidiados pela CIA.

3 - Os Estados Unidos também empregaram várias pressões econômicas - primeiro para tentar impedir a eleição de Salvador Allende, líder marxista chileno, e depois para derrubá-lo da presidência. Embora rejeitasse formalmente a proposta da empresa norte-americana ITT, de contribuir com um milhão de dólares para combater Allender, a CIA indicou um receptor alternativo para o financiamento anti-Allende.

4 - O presidente Nixon, seu consultor para Assuntos de Segurança Nacional, Henry Kissinger, o Diretor da Agência Central de Inteligência e o Procurador Geral, adotaram um plano altamente secreto, não revelado inclusive para a Embaixada norte-americana em Santiago,

para estimular um golpe militar a fim de impedir que Allende ganhasse forças após as eleições populares de 1970.

5 - Depois que esta tentativa de golpe falhou (não sem custar a vida de René Schneider, o Chefe das Forças Armadas Chilenas), o governo norte-americano expressou sua hostilidade em relação ao estigma socialista de Allende de muitas outras maneiras: cortando o acesso a empréstimos e créditos internacionais e estimulando a fuga do capital local; alimentando a desinformação entre oficiais militares chilenos, para nutrir o medo quanto a supostas atividades subversivas cubanas; e financiando movimentos de oposição, mesmo da direita terrorista (1).

O que o Governo dos Estados Unidos fez no e para o Chile durante os anos 60 e no início dos anos 70 não foi um fato isolado nas relações entre os Estados Unidos e a América Latina, embora tenha sido em alguns aspectos anacrônico, um resíduo dos programas estabelecidos e postos em ação no início da década de 60, no auge da Guerra Fria e da Aliança para o Progresso. A intervenção encoberta no Chile foi provavelmente sem precedentes em extensão, estilo e duração, talvez em razão de serem as circunstâncias tão especiais; nenhum outro movimento revolucionário socialista chegou tão perto do triunfo na América do Sul, muito menos tendo sido eleito oficialmente.

Todavia, embora a intensidade das intervenções clandestinas norte-americanas contra Allende tenha sido excepcional, particularmente nos anos 70, nenhuma das atividades específicas articuladas no Chile era sem precedentes. Ao contrário, o que o governo norte-americano fez no Chile foi o clima de um extenso período de intervenções norte-americanas na América Latina.

Em 1945, os Estados Unidos publicaram na Argentina um "Livro Azul" censurando o regime de Juan Peron numa vã (e contraproducente) tentativa de ajudar seus oponentes políticos.

Na Guatemala, em 1954, a CIA organizou com sucesso uma invasão para expulsar o regime esquerdista de Arbenz, e o embaixador norte-americano conduziu entendimentos para a formação de um novo governo.

Na Bolívia, durante os anos 50 e 60, os Estados Unidos mantinham vários ministros nas listas de pagamento da CIA, forneciam recursos para cerca de um terço das despesas do governo e inundavam o país com conselheiros de assistência técnica. A influência norte-americana na administração pública boliviana era enorme, se não onipresente. Um importante conselheiro lembraria mais tarde que "uma reforma muito necessária no sistema de impostos sobre a propriedade... e uma efetiva taxaçaõ da renda... foi por água abaixo apenas porque não havia ninguém que tivesse o tempo, a fluência em espanhol e a persuasão para levar a medidas adiante" (2).

Na Baía dos Porcos em 1961, a Marinha norte-americana comboiou um

exército anticomunista treinado e subsidiado pelos Estados Unidos para uma ignominiosa derrota, culminando assim (embora não encerrando), uma série de tentativas norte-americanas de derrubar o regime de Fidel Castro. Propaganda, pressões econômicas, e sabotagem, financiamento encoberto a grupos contrarrevolucionários, e mesmo tentativas para assassinar os líderes cubanos - tudo isso fez parte da campanha de hostilidades.

Na Guiana (Guiana Inglesa), no início dos anos 60, o governo norte-americano utilizou sua penetração nos movimentos sindicais, assim como outros instrumentos de intervenção encoberta, para frustrar o movimento nacionalista de Cheddi Jagan.

No Brasil em 1964, tão óbvio era o entusiasmo norte-americano pela derrota de João Goulart que o governo americano enviou congratulações ao governo militar insurgente quase antes dele ser instalado. Mesmo anteriormente a intensa preocupação norte-americana a respeito da situação política brasileira levou os Estados Unidos a influenciar decisões locais no nordeste brasileiro, com sacrifício das perspectivas de desenvolvimento daquela região (3).

Em São Domingos em 1965, cerca de 22 mil fuzileiros navais e paraquedistas norte-americanos desembarcaram para prevenir o que Washington via como uma possível tomada do poder pelos comunistas. A "solicitação" de forças norte-americanas, esboçada em inglês com a ajuda de um assessor norte-americano, foi enviada à Embaixada dos EUA por uma junta militar reunida apressadamente e formada com participação americana (4). Funcionários norte-americanos intervieram abertamente nos assuntos dominicanos durante anos, antes da intervenção militar de 1965, como revelam as memórias de John Bartlow Martin, "Superado pelos acontecimentos".

Mesmo no Equador - distante dos Estados Unidos e de importância econômica ou estratégica obviamente pequena - mais da metade dos membros do Comitê Central do Partido Comunista, em meados dos anos 60, eram agentes ou informantes da CIA, de acordo com o relato de Philip Agees, "Dentro da Companhia".

Não é este o momento ou o lugar para o julgamento de todos esses episódios da Guerra Fria. Muitos deles, talvez todos, pareciam justificados quando ocorreram, em virtude das ameaças que os políticos norte-americanos sentiam em relação à "segurança nacional" de seu país. Considerando-se envolvidos em uma disputa em escala mundial com a União Soviética, os governantes norte-americanos não empreenderam intervenções na América Latina para protegê-la ou visando a exploração econômica, mas movidos pelo que consideravam necessidades de defesa. Mas um ponto importante está claro: todas essas atividades intervencionistas derivavam da pretensão hegemônica americana - a crença neste país de que todo o hemis-

fério era uma legítima esfera de influência norte-americana. Essa crença levou os governos norte-americanos a encararem como inaceitável a emergência de qualquer grupo político anti-americano em qualquer país latino-americano. O esmagador poderio norte-americano permitiu que o nosso país interferisse profundamente na política interna de outras nações através das Américas, com o objetivo de assegurar que nenhum grupo contrário à dominação norte-americana chegasse ao poder ou sequer sobrevivesse.

III

A pretensão hegemônica dos Estados Unidos no Hemisfério Ocidental emergiu gradualmente, ao longo de muitas décadas, firmando-se inicialmente no Caribe e só mais tarde no resto da América. Durante suas primeiras décadas da existência independente, os Estados Unidos mostraram-se indiferentes em relação aos países da América Portuguesa e Espanhola. As mercadorias enviadas dos Estados Unidos para a América Latina em 1796 representaram apenas 3% do total das exportações. O interesse político do país pela região era pouco maior que seu envolvimento comercial. Os delegados norte-americanos ao Primeiro Congresso Pan-americano, reunido no Panamá há exatamente 150 anos por Simón Bolívar, jamais chegaram, John Quincy Adams, um dos primeiros arquitetos da política externa norte-americana, contrapôs-se aos que reclamavam com urgência um envolvimento mais ativo dos Estados Unidos nas lutas latino-americanas pela independência. Enfatizava ele que "não há comunhão de interesses entre a América do Norte e a do Sul. Não há base para um Sistema Americano". Mesmo a Doutrina Monroe de 1823, freqüentemente interpretada como iniciativa diplomática de magna importância em relação ao hemisfério, pode ser entendida como um endosso conveniente à diplomacia Britânica, largamente explicável em termos de política eleitoral doméstica (5).

Em meados do século dezenove, no entanto, os efervescentes Estados Unidos da América tornaram-se uma nação de extensão continental e vigor industrial, imbuída de grandiosas idéias de destino manifesto. Daquele período em diante, relações estreitas com a América Latina e o Caribe constituíram invariavelmente parte importante do posicionamento internacional do país. Os Estados Unidos fizeram sentir fortemente sua presença nas Américas: econômica, política, militar, social e culturalmente. Algumas vezes o impacto dessa presença foi benigno, auxiliando e protegendo; com freqüência, porém, foi sufocante ou mesmo exploradora. Mas nunca, no século passado, a presença norte-americana na vida hemisférica foi insignificante.

A natureza das relações inter-americanas modificou-se com o passar dos tempos, refletindo principalmente transformações no posicionamento internacional mais geral dos Estados Unidos. As relações latino-americanas com este país foram como um espelho de um parque de diversões, que alarga e exagera as imagens. Tendências da diplomacia norte-americana mantidas sob controle em outras partes do mundo ga-

nharam corpo e atuaram livremente na América Latina, quase sempre de maneira perturbadora. A "diplomacia de canhoneira" e a "diplomacia do dólar" alcançaram sua máxima expressão no Hemisfério Ocidental já no início do século vinte. A relutância dos Estados Unidos em tolerar desvios ideológicos foi claramente exemplificada na condução dos assuntos hemisféricos.

Os mais nobres anseios norte-americanos foram também exaltados no contexto das relações entre os Estados Unidos e a América Latina. O desejo norte-americano de espalhar o ideal democrático refletiu-se fortemente nas doutrinas e na prática das relações com o Hemisfério Ocidental. O mesmo aconteceu com o propósito, freqüentemente sincero e profundamente sentido, de promover o desenvolvimento econômico e patrocinar a igualdade de oportunidades.

Durante muitas décadas, as relações norte-americanas com os demais países do hemisfério representaram a maior parte de seu envolvimento internacional. Das 50 vezes que os Estados Unidos enviaram tropas para fora da América do Norte durante o século dezenove, por exemplo, 43 foram para a América Latina e para o Caribe. No auge do "isolacionismo" deste país, nos anos 20, a presença ativa dos Estados Unidos nas Américas continuou ininterrupta.

Da metade do século dezenove até os anos 30, o interesse norte-americano concentrou-se no México, na América Central e no Caribe. Essa foi a primeira região a sentir os efeitos do crescente poderio norte-americano. O impulso expansionista de Washington estendeu-se à fronteira com o México, incorporando o Texas aos Estados Unidos. Por proposta de um senador, São Domingos foi anexado aos Estados Unidos em 1870. Libertada do jugo espanhol em 1898, Cuba foi submetida em 1903 à "Emenda Platt", que garantia aos Estados Unidos o direito de intervenção. O Panamá foi forçado logo de início a conceder aos Estados Unidos o direito de "agir como se fosse soberano" dentro de uma parte do território panamenho. Porto Rico foi tomado completamente.

Os interesses financeiros e comerciais no Caribe constituíram talvez a principal preocupação da política externa norte-americana do século dezenove até a Primeira Guerra Mundial. O objetivo prioritário da diplomacia norte-americana era afastar dessa região fronteiriça quaisquer influências concorrentes. Em 25 anos a partir de 1898, soldados norte-americanos instalaram-se em Cuba, Porto Rico, República Dominicana, Haiti, Nicaragua, Honduras, Panamá e até mesmo no México. A maioria desses países tornou-se, virtualmente, protetorado norte-americano. Quando os Estados Unidos não estavam governando diretamente, estavam formando juntas, treinando forças policiais, colhendo taxas e tarifas, reformando a educação ou revendo as leis. Os motivos americanos eram algumas vezes generosos, mas os programas norte-americanos eram freqüentemente ingênuos ao extremo, e o respeito pela soberania ou pela sensibilidade locais raramente os condicionava.

Quando as tropas norte-americanas partiram - e elas saíram de todos os países, com exceção do Porto Rico e Guantanamo, em 1934 - deixaram atrás

de si países profundamente marcados pelos Estados Unidos e muito sensíveis à influência norte-americana. Na República Dominicana, o dólar norte-americano permaneceu como a moeda oficial por muitos anos após a ocupação pelos EUA; no Panamá, o dólar ainda circula tão livremente quanto a própria moeda local.

Até as vésperas da II Guerra Mundial, a diplomacia dos Estados Unidos para a América Latina dirigia-se principalmente ao México, à América Central e ao Caribe. Todas as vezes, neste século, em que tropas americanas foram enviadas à América Latina, elas foram para a região em torno do Caribe. Cerca da metade do total dos investimentos norte-americanos na América Latina em 1929 concentrava-se nesses países próximos, especialmente em Cuba e no México. Para usar outro tipo de medida, dos 40 artigos que a *Foreign Affairs* publicou sobre as relações hemisféricas em 1943, 31 deles discutiam primordialmente o México, América Central ou o Caribe. Apenas um artigo era dedicado ao Brasil.

Não foi senão nos anos 30 que os Estados Unidos começaram a dedicar considerável atenção também à América do Sul. Embora sua preocupação e atuação mais específicas estivessem no Caribe, a "Política de Boa Vizinhança" proclamada pelo presidente Franklin D. Roosevelt no início de 1933 foi concedida e anunciada como uma política para todo o hemisfério. A retórica do Pan-americanismo, previamente elaborada pelos Estados Unidos por razões acima de tudo comerciais, ganhava agora nova aceitação, graças ao desejo latino-americano de limitar o intencionismo norte-americano, combinado com o objetivo norte-americano de assegurar relações hemisféricas cordiais numa época de problemas políticos e econômicos. O presidente Roosevelt convocou uma conferência interamericana em Buenos Aires em 1936; o secretário de Estado Hull despendeu consideráveis esforços para solidificar os laços de vizinhança, e o embaixador Josephus Daniels aplicou suas formidáveis energias para garantir uma solução amigável na disputa levantada com a expropriação pelo México de companhias de petróleo norte-americanas.

Sob o manto da retórica, das conferências internacionais e das negociações, o Ministério da Guerra norte-americano empenhava-se, em 1940, na construção de pistas de aterragem e outras instalações militares na maioria dos países latino-americanos. O FBI estava igualmente ativo, estabelecendo uma importante rede de informações. Por ocasião da entrada dos Estados Unidos na II Guerra Mundial, este país estava mais protegido por toda a América Latina (com exceção da Argentina) do que nunca.

A política externa e as medidas militares tomadas na maioria dos países da região durante a II Guerra Mundial foram intimamente coordenadas com os esforços guerreiros dos Estados Unidos. Todos os estados da A.L. entraram formalmente na Guerra ao lado dos EUA, e o Brasil chegou a mandar uma divisão inteira para combater na Itália.

Materiais estratégicos da A.L. contribuíram de maneira importante para a campanha norte-americana. A.A.L. supriu totalmente os EUA de quinino e madeira e

forneceu 50% do estanho, 43% da borra-cha natural e 83% do cobre necessário. As linhas do comércio regional concentram-se intensamente em torno do intercâmbio com os EUA.

Depois da II Guerra Mundial - com a Alemanha e Japão derrotados, a Inglaterra, França e URSS severamente enfraquecidos, além do "boom" da economia norte-americana - a influência de Washington sobre a América Latina (assim como em toda a parte) cresceu em dimensões sem precedentes. Economicamente, a América Latina deslocou-se cada vez mais para a órbita norte-americana. A parcela das exportações latino-americanas destinadas aos EUA, que era de cerca de 12% em 1910, saltou para 45% em 1958. As importações dos EUA provenientes da América Latina atingiram seu pico histórico em 1950, com 37%. Os investimentos dos Estados Unidos na A.L. quintuplicaram nos 25 anos depois da II Guerra Mundial, em busca de novas oportunidades nas áreas de manufaturados e serviços para complementar o envolvimento inicial na extração de recursos naturais. Os investimentos americanos adquiriram predominância em praticamente todos os países dessa região.

Politicamente, as duas décadas imediatamente seguintes à II Guerra marcaram o zênite do poder norte-americano nas Américas. Um Sistema Interamericano foi criado, institucionalizando a supremacia norte-americana. O Tratado do Rio de Janeiro, de 1947 (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca) formalizou as relações políticas e econômicas do hemisfério. A Organização dos Estados Americanos (OEA), com sede em Washington, foi estabelecida em 1948 como instituição regional autorizada a impor e reforçar sanções coletivas, e a agir como fórum de primeira instância pra conflitos emergentes nas Américas. Uma rede de instituições militares interamericanas - escolas, conselhos de defesa, programas de treinamentos e coisas do gênero - fornecia meios de assegurar a contínua influência norte-americana nessa esfera através de instrumentais que iam desde a padronização de armamentos até a utilização de influências pessoais. Uma série imensa de órgãos bilaterais e multilaterais destinados a propiciar ajuda externa canalizava orientação de natureza técnica, educacional e econômica. O Banco Interamericano de Desenvolvimento foi criado em 1959 para transferir recursos norte-americanos à América Latina, cabendo a Washington influência decisiva sobre a utilização de seus fundos, inclusive o poder de veto quanto ao empréstimos.

Nas relações com o resto do mundo, os países da A.L. e do Caribe viam nos EUA o seu líder. Por suas próprias razões ou por pressão de Washington (frequentemente pelos dois motivos), eles apoiaram quase uniformemente as principais iniciativas da política externa deste país: na fundação da ONU e de seus órgãos internacionais no após guerra; na oposição aos presumíveis objetivos expansionistas soviéticos; sustentando a criação de Israel; emprestando assistência para a reconstrução da Europa e "unindo-se para a paz" em oposição à invasão da Coreia do Norte em 1950.

A preocupação norte-americana com

a guerra fria foi largamente (e muitas vezes sem questionamento) adotada pelas nações da A.L. e do Caribe como sendo sua. Por exemplo: uma resolução da OEA adotada de Caracas em 1954 barrava a entrada do comunismo internacional no hemisfério. Durante o período da Guerra Fria, menos da metade dos membros da OEA chegava a manter relações diplomáticas com a URSS. Nenhum país da região, exceto Cuba, mantinha qualquer outra relação internacional remota comparável, em significado, aos seus laços com os EUA.

A instauração da Aliança para o Progresso pelo Presidente Kennedy em 1961 - ela mesma, inicialmente, uma resposta à Revolução Cubana e ao seu desafio à hegemonia norte-americana - anunciou o apogeu do envolvimento norte-americano nos assuntos do hemisfério. Por um breve momento, Washington pareceu preocupar-se seriamente com a região inteira. Pareceu preocupado com o seu desenvolvimento social, político e com a sua segurança. O número de funcionários do governo norte-americano designados para a A.L. deu um salto, povoando os subúrbios das capitais da A.L. com funcionários das embaixadas, técnicos da Agência para o Desenvolvimento Internacional, conselheiros culturais e militares, pontilhando as zonas rurais com voluntários do Peace Corps. Previsivelmente, as instituições interamericanas floresceram enquanto as preocupações norte-americanas com a região se intensificavam. A equipe e o orçamento da QEA quintuplicaram a partir de 1961 e os programas do BID expandiram-se em proporção semelhante.

O governo norte-americano engajou-se profundamente nos assuntos domésticos de países tão diversificados quanto Venezuela e Chile, Peru e Brasil, Bolívia e Panamá. As pressões norte-americanas forçaram a ocorrência de eleições e, algumas vezes, determinaram os resultados. A influência norte-americana resultou em programas de ação cívica, planos de governo, e em desvalorização de moedas, tropas norte-americanas só foram utilizadas em São Domingos em 1965, mas os EUA também influenciaram a A.L. garantindo ou retirando reconhecimento diplomático ou "ajuda".

Em 1965, quando a invasão dominicana dramaticamente reverteu a prolongada adesão deste país à sua promessa de evitar intervenções militares unilaterais, os EUA haviam consolidado sua influência no Hemisfério Ocidental. Em setembro daquele ano, a Câmara de Representantes norte-americana expressou talvez a mais clara afirmação oficial de que este país tem o direito de orientar as escolhas políticas no Caribe, na América Central e na América do Sul. No que equivaleu a uma defesa "post-factum"

das como o comunismo internacional"; justificava o recurso dos EUA à força armada, no "exercício da auto-defesa individual". Esta presunção básica e largamente aceita de que o governo dos EUA tem o direito de remover da vida política do hemisfério quaisquer forças que considere ameaçadoras - condicionou a resposta de Nixon e Kissinger à eleição de Salvador Allende no Chile.

Embora a pretensão hegemônica de

Washington tenha sido muito claramente demonstrada por intervenções abertas ou encobertas em nome da segurança nacional, sua influência não tem de maneira alguma se limitando à esfera estratégica. A pretensão hegemônica está na base de outros importantes aspectos das recentes relações interamericanas: as intensas pressões em prol de reformas pela Aliança para o Progresso; os esforços de Washington nos anos 60 para forçar regimes latino-americanos a respeitarem o processo democrático, acompanhados de medidas encobertas dos EUA para influenciar os resultados desse processo; as tentativas por parte do Congresso de determinar que tipo de equipamento militar as nações da A.L. poderiam utilizar; as distâncias extraordinárias que o governo dos EUA quis percorrer para ajudar determinadas corporações em seus choques com seus antítrios na A.L. (6).

IV

As tendências políticas da A.L. e de todas as partes estão, entretanto, rapidamente minando as bases da pretensão hegemônica que há apenas dez anos atrás parecia ter superado sérias ameaças.

O sucesso de Cuba em institucionalizar o regime socialista revolucionário aliado à URSS é a mais dramática lembrança cotidiana que a hegemonia norte-americana enfrentou. Tendo sobrevivido aos esforços sem conta dos EUA para depô-lo e tendo passado por quatro presidentes americanos, Fidel Castro demonstrou que o "determinismo geográfico" pode ser revertido. Seus patronos soviéticos trouxeram nos últimos anos unidades de sua Marinha para dentro do Caribe, pondo fim a um período de 70 anos em que frotas adversárias estavam excluídas do Mediterrâneo Americano.

O declínio da dominação norte-americana com certeza não se limita ao caso extremo de Cuba. A dependência quase total da A.L. em relação a armas americanas durante o período de Segunda Guerra até 1965 deu lugar a uma considerável diversificação de fontes de armamentos. De 1968 a 1972, 87% das aquisições de armas da A.L. vieram de outros países que não os EUA. Todos os seis países latino-americanos com jatos supersônicos utilizam Mirages franceses. O "flerte" peruano com a URSS, principalmente, conduziu ao primeiro programa significativo de treinamento fornecido por um poder extra-hemisférico, na América Latina, depois da Segunda Guerra Mundial.

Em termos econômicos, o grau de predominância norte-americana no hemisfério declinou agudamente à medida que as nações da A.L. diversificaram sua produção e seu comércio. Enquanto a América Latina como um todo amandava quase a metade de suas exportações para os EUA em 1950, a porcentagem das exportações ao nível regional mantem-se agora em 32%. A parcela das importações da A.L. que vem dos EUA caiu de 57% para 35% em 25 anos e ainda está em declínio. O Japão multiplicou suas exportações para a A.L. dez vezes, desde 1960, e outras nações da Europa Ocidental e Oriental também estão expandindo significativamente seu comércio com a região. O Peru, por exem-

plo, exporta agora quase exatamente tanto para os países comunistas e para a Comunidade Européia quanto para os EUA. Embora os investimentos diretos dos EUA na A.L. continuem a ser substanciais, sua natureza está mudando (principalmente da extração de recursos naturais para manufaturados e serviços), e sua significação relativa para o desenvolvimento da A.L. está declinando enquanto outras nações começam a investir mais na região.

As nacionalizações, compensadas, ou não, removeram desde 1960 todo o investimento direto dos EUA em Cuba, a maior parte no Peru, uma boa parte no Chile e, também em outros países, incluindo toda a indústria de petróleo-venezuelana, retomada por Caracas em janeiro de 1976. As firmas norte-americanas que continuaram seus negócios na A.L. sofrem limitações nos seus métodos de atuação e cortes nos seus rendimentos praticados pelos governos que as recebem e que estão cada vez mais aptos a negociar efetivamente por termos mais vantajosos. Novas regras estritas para investimentos estrangeiros estão sendo implementadas em países tão diversos quanto o Peru, a Jamaica, o Brasil e as Guianas. Adquirindo forças através da cooperação regional, os membros do Pacto Andino têm tido grande sucesso pelo menos até recentes reveses em estabelecer novos modelos de investimentos estrangeiros.

Em geral, os governos fracos e dependentes da A.L. que costumavam buscar sua liderança em Washington, estão sendo substituídos por regimes mais autoconfiantes, ávidos por exercer alguma influência em questões internacionais. Em toda a A.L., o Estado fortaleceu-se enormemente nos últimos anos. A experiência socialista de Cuba constituiu o exemplo mais extremo, é claro, mas mesmo no Brasil, as iniciativas governamentais agora contribuem com 37% do produto nacional bruto, comparados com 17% em 1950, e o Estado Brasileiro agora tem significativo papel empreendedor nos setores intermediários e nos de bens de capital. No Peru, a participação do Estado nos investimentos totais da nação cresceu de 13% em 1965 para cerca de 50% em 1973. Na Venezuela - que já foi um bastião do capitalismo - as empresas estatais dirigem atualmente a produção de petróleo, o setor siderúrgico e o petroquímico.

Os governos latino-americanos taxam mais, gastam mais, regulam mais, proíbem mais e controlam mais do que os regimes dessa região jamais fizeram antes. Eles têm acesso a uma fonte de recursos naturais em rápida expansão. O milagre econômico brasileiro - as exportações industriais desse país cresceram vinte vezes desde 1964, e o PNB cresceu 10% ao ano durante quase uma década - foi muito impressionante. Mas, por toda a região, as economias latino-americanas foram bem sucedidas: 5,1% de crescimento ao ano na década de 50, 5,6% nos anos 60, e por volta de 6% nos anos 70. Por mais desigual que a distribuição do crescimento latino-americano possa ser, ele aumentou significativamente a força dessa região.

Muitos daqueles que, atualmente dirigem os fortalecidos países latino-americanos rejeitam a dominação norte-americana. As elites tradicionais favoráveis aos EUA estão sendo substituídas

por tecnocratas - civis e militares - geralmente de tendências nacionalistas. Esses novos líderes, muitos deles de formação superior (na maioria dos casos em escolas norte-americanas), tendem a identificar seus interesses independentemente e mesmo em oposição aos Estados Unidos.

Dentro das Nações Unidas e em outros lugares, os países da A.L. estão encontrando seus próprios caminhos. Os votos do México e do Brasil na resolução que identificou o sionismo como uma forma de racismo, o imediato reconhecimento, por parte do Brasil, do Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA), de respaldo soviético, e muitos votos latino-americanos a favor da admissão de Angola na Assembléia Geral da ONU demonstram o fato.

Em diversos assuntos - questões das zonas de pesca, da proliferação nuclear, da dívida externa, de estoques reguladores, de direitos especiais de saque, e outros - as nações latino-americanas divergem entre si, mas faz muito tempo que apenas algumas delas alinham-se automaticamente ao lado posições ou das premissas norte-americanas. A influência eventual dos vários países da A.L. na luta pela criação de uma "nova ordem econômica mundial" ainda não está clara, mas elas por certo agirão independentemente das diretrizes de Washington. Os latino-americanos tomaram o comando na fundação e fortalecimento da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), estabelecendo cartéis, fixando indicadores, idealizando fórmulas de fade-out gradual e elaborando códigos de conduta para as corporações, não sendo provável que eles cessem de perseguir esses objetivos justamente agora que os esforços do Terceiro Mundo estão começando a surtir efeito.

A presença e as atividades políticas dos países latino-americanos fora do Hemisfério Ocidental já não são inibidas pelos EUA. O papel da Venezuela como membro fundador da OPEP; a iniciativa mexicana de promover a Carta de Direitos e Deveres Econômicos dos Estados; as estreitas relações do Peru com a URSS; o acordo nuclear entre o Brasil e a Alemanha; a intervenção cubana em Angola - tudo isso ilustra a nova capacidade das nações da A.L. em representar papel importante no cenário global em relação a atuação de Washington. Os países da A.L. estão participando ativamente não apenas na UNCTAD (onde, como em outras organizações da ONU, eles fazem parte do "Grupo dos 77" do Terceiro Mundo), mas na Conferência para a Cooperação Econômica Internacional, na Conferência dos Países Não-Alinhados, em vários outros cartéis e grupos afins.

Desde as decisões unânimes de Vinã del Mar, apresentadas ao presidente Nixon em 1969, as nações latino-americanas organizaram-se de forma crescente para exercer pressão sobre os Estados Unidos: contra as sobretaxas de importação em 1971, contra as medidas anti-OPEP no acordo de comércio em 1974, contra os contínuos embargos da OEA em relação a Cuba, em solidariedade à luta do Paraná para conquistar a soberania na Zona do Canal, e a favor de uma proposta de reforma da Carta da OEA com a intenção básica de limitar a influência dos Estados Unidos.

Bilateralmente, também, os países da América Latina estão enfrentado o Colosso do Norte: o Brasil embora ainda em muitos pontos um aliado dos Estados Unidos, começou a conflitar com Washington numa ampla variedade de matérias de importância crescente, incluindo direitos de pesca, política populacional, subsídios às exportações, acordos comerciais e força nuclear. O Peru, que até poucos anos atrás era dependente da Embaixada norte-americana para obter informações confiáveis a respeito de investimentos privados estrangeiros dentro das próprias fronteiras do país, agora negocia firmemente com firmas americanas e outras transnacionais. O Panamá, um país com quase nenhum recurso natural significativo além da sua própria localização, mobilizou apoio regional e mesmo extra-regional para desafiar o perpétuo controle norte-americano do canal. A Colômbia encerrou seu acordo de ajuda bilateral com os Estados Unidos porque se ressentiu das relações de "ajuda" e quando Washington criticou o envolvimento cubano em Angola, o presidente da Colômbia publicamente censurou os Estados Unidos por suas próprias intervenções militares extra-hemisféricas. A própria Cuba, é claro, que já foi tão oprimida pelos Estados Unidos a ponto de ter sido descrita como "não mais independente do que Long Island", subverteu fundamentalmente suas relações com este país.

V

A resposta do Governo dos Estados Unidos, dada pelo Secretário de Estado Henry Kissinger, aos fatos da vida hemisférica e internacional que rapidamente se transformam, tem sido a teimosa reafirmação do "relacionamento especial" e do sentido de "comunidade hemisférica" que se diz existir entre Estados Unidos e América Latina.

As duas concepções têm uma venerável tradição nas relações interamericanas. O conceito de hemisfério ocidental, segundo o qual os países da região têm uma relação especial entre si, que os aparta do resto do mundo, tem sido um tema familiar desde antes da Doutrina Monroe (7). A noção vai além da óbvia asserção de que as nações ligadas pela geografia tendem a ter alguns interesses comuns. Ela sustenta que as nações das Américas dividem entre elas tanta história, tantos valores, tantos traços culturais que asseguram a amizade hemisférica e a busca de posicionamentos regionais diante de problemas comuns. O "Pan-americanismo" tem sido uma poderosa idéia, aceita não só por oradores de ocasiões formais, como pelos idealizadores de inúmeras instituições econômicas, militares, culturais e políticas da região.

A idéia da "comunidade" inter-americana, de uma natural harmonia entre os Estados Unidos e a América Latina, tem também influenciado a retórica e a política dos EUA, para com a região em todo o curso da história independente deste país. Desde Quincy Adams e Simón Bolívar, sempre houve quem duvidasse dos pretensos interesse recíprocos entre as Américas do Norte e do Sul. Mas o ponto de vista predominante, de Henry Clay a Henry Kissinger, tem sido o de enfatizar - ou simplesmente presumir - interesses comparti-

lhados ou compatíveis. Os conceitos, bastante próximos, de "relacionamento especial" e de "comunidade inter-americana", formaram com frequência a moldura para a política dos EUA em relação à América Latina e ao Caribe. Os principais discursos que realçavam a "Aliança para o Progresso" de John F. Kennedy e a "Associação" de Richard Nixon situavam-se dentro dos limites dessas doutrinas. O mesmo, em 1969, ocorreu com o Relatório de Nelson Rockefeller, "A Qualidade de Vida nas Américas". Rockefeller reclamava um fortalecimento do "relacionamento especial" através de uma série de novos mecanismos regionais e pela reorganização do governo dos EUA de forma que os assuntos hemisféricos fossem tratados a nível de Gabinete.

Embora muitas das recomendações específicas de Rockefeller fossem rejeitadas ou ignoradas, sua visão das relações EUA - América Latina continua a ser aceita por muitos nos Estados Unidos, e, ao que parece, inclusive pelo secretário Kissinger. Quando as tendências internacionais claramente desfavoráveis forçaram o secretário de Estado, nos fins de 1973, a redescobrir a América Latina e a procurar ali suporte para as iniciativas dos EUA, a mensagem que Kissinger levou a Tlateloleo, no México, foi de que os Estados Unidos estavam preparados para um "novo diálogo" com a América Latina com base na "comunidade hemisférica."

Ao lado do sentimento de que um diálogo unilateralmente proclamado - assim como uma aliança unilateralmente proclamada - é essencialmente problemática, os ministros do Exterior da América Latina acolheram com simpatia o súbito interesse do secretário Kissinger pelos problemas hemisféricos. Um após outro, no entanto, opuseram-se ao termo "comunidade", por sentirem que ele minimizava, intencionalmente ou não, as pendências ainda não solucionadas entre os Estados Unidos e a América Latina, todas as referências à "comunidade" foram expurgadas do comunicado que encerrou a Conferência. Assim informado, Kissinger abandonou a expressão mas não o conceito. Recentemente, em fevereiro deste ano, falando em Caracas por ocasião de sua segunda visita formal como Secretário de Estado à América Latina ele se referiu, nada menos que 11 vezes em nove páginas, ao "relacionamento especial". E fazendo seu relatório ao Congresso, quando retornou, prometeu novos esforços para "aperfeiçoar a inegável comunidade que existe nesta parte do mundo".

Líderes latino-americanos de inúmeros países, situados nas mais diversas posições do espectro político, tendem a rejeitar a idéia do relacionamento especial e exclusivo entre seus países e os Estados Unidos. A noção preestabelecida de harmonia pan-americana está sendo substituída em todo continente pelo reconhecimento dos conflitos. Organizações interamericanas há muito oprimidas pelos Estados Unidos - constituindo a OEA (a qual os Estados Unidos pagam dois terços do orçamento) o primeiro exemplo - estão sendo levadas à atrofia. Novas instituições dentro da América Latina, das quais estão sendo excluídos os Estados Unidos, tais como o Sistema Econômico Latino-Americano (SELA) e

o Mercado Comum Andino, ganham estrutura ainda que não tenham provado sua força. Mais importante do que isso, muitos líderes da América Latina e do Caribe consideram que os interesses de seus países estão muitas vezes mais próximos dos países em desenvolvimento fora do hemisfério que dos interesses dos Estados Unidos. Poucos latino-americanos ainda afirmam que os interesses de seus países e os de Washington são inevitavelmente os mesmos; por outro lado, muitos estão convencidos de que os Estados Unidos opor-se-ão tanto aos interesses deles como aos do resto do mundo em desenvolvimento. Poucos líderes agora esperam que as relações entre os EUA e América Latina sejam preponderantemente amistosas; muitos prevêem tensões se não hostilidade.

Esta transformação na expectativa latino-americana deve-se em parte ao papel de baluarte da ordem econômica e política internacional estabelecida, que tem sido desempenhado pelos Estados Unidos. Por outro lado, a atitude latino-americana no que se refere aos Estados Unidos e às relações interamericanas simplesmente reflete a crescente afirmação decorrente do próprio fortalecimento. Mas tudo isso também reflete uma mudança objetiva - a transformação das economias latino-americanas, antes voltadas para a substituição das importações e agora orientadas para o incremento das exportações. A maioria dos países latino-americanos (excetuando-se alguns pequenos) não está mais interessado em obter ajuda dos Estados Unidos; agora eles se preocupam sobretudo em fixar regras universais de comércio, que permitam maior acesso aos mercados do mundo industrial.

A medida que se transformam as economias da América Latina, e à medida que se fortalece a reivindicação de novas regras para o comércio mundial, poderá aprofundar-se a hostilidade entre os países da América Latina e do Caribe (e os países menos desenvolvidos em geral), e os do norte industrial, incluindo os Estados Unidos. A "nova ordem econômica internacional" será o foco de divergência. Bens, tarifas, transações recíprocas, administração das dívidas, direitos especiais de saque, transferência de tecnologia, conservação e administração de recursos, os termos em que se dá a migração do capital e do mercado de trabalho, a elaboração e fiscalização de regras e organismos internacionais serão algumas das questões específicas. O nome do jogo, entretanto, será redistribuição de recursos, de renda, de status e de poder. O desafio à política dos EUA neste hemisfério, nos anos que virão, será a proteção dos interesses essenciais dos Estados Unidos numa era em que conflitos reais, e não a inabalável hegemonia, devem ser esperados.

VI

Se a hegemonia não é mais um fato e o "relacionamento especial" não é um guia apropriado para a diplomacia, como poderia Washington estreitar suas relações com os países da América Latina e do Caribe? Certamente deveríamos basear nosso posicionamento numa sensata avaliação dos interesses do nosso país e de seu inter-relacionamento com os interesses dos demais países do hemisfério, ao invés de baseá-lo em doutrinas herdadas ou em hábitos de pensamento não revistos. Mas quais são os nossos interesses e qual deverá ser o alvo de nossas relações hemisféricas?

O primeiro passo para uma melhor política latino-americana seria compreender que para a maior parte dos nossos objetivos não é aconselhável termos uma política específica para a América Latina. Os principais problemas que os Estados Unidos enfrentarão no Hemisfério Ocidental na próxima década não serão questões regionais mas globais: tornar mais razoáveis e seguras as condições de intercâmbio entre fornecedores e consumidores de produtos primários; expandir a produção de alimentos e de energia, melhorando sua distribuição; usar e conservar os recursos mundiais na terra, no espaço, e nos oceanos de forma eficiente e equitativa; refrear o desvio de recursos financeiros para fins militares; limitar a poluição e enfrentar suas consequências; melhorar o nível de vida dos indivíduos e das comunidades; proteger os direitos humanos fundamentais; tentar acabar com o terrorismo estatal e antiestatal em todas as suas formas; assistir às vítimas dos desastres naturais, evitar as catástrofes provocadas pelo homem e construir organismos mais eficazes para as decisões globais. Os Estados Unidos poderiam melhorar suas relações com a América Latina em grande parte se focalizassem seriamente, e de forma coerente, esses desafios críticos.

Ao trazer à tona essas questões, os Estados Unidos descobrirão que suas relações com a América Latina e o Caribe assumem renovada importância. Como a parte mais poderosa e próspera do Terceiro Mundo, a América Latina influenciará significativamente na evolução da ordem econômica internacional. Como principais exportadores de produtos primários e bens manufaturados, os países da América Latina deverão influir grandemente no futuro do comércio mundial. Como área de considerável potencial para a expansão da produção agrícola, a América Latina terá um papel central na solução dos problemas mundiais em alimentação. Como região de avançada capacidade tecnológica, a América Latina ajudará a determinar se a tecnologia nuclear se expande ou não e se a poluição industrial se agravará. Juntamente com os principais países pesqueiros do mundo, a A.L. afetará significativamente o uso futuro dos mares. Como arena onde conflitos interestatais há muito adormecidos foram recentemente reativados, a América Latina deverá propiciar teste cruciais para os projetos de contenção da corrida armamentista. Como região de longa tradição nas doutrinas voltadas para o respeito aos direitos humanos, mas que agora sofre de um praga de repressão brutal, a evolução da América Latina influirá de maneira importante no futuro dos direitos humanos, seja na sua proteção ou na sua supressão institucionalizadas.

O objetivo primário da política norte-americana em relação aos países da América Latina e do Caribe deveria ser a de assegurar sua cooperação ativa na condução dessa ampla gama de problemas. Sua cooperação não deverá ser procurada, e nem será ampliada, em função de laços regionais ou acordos de amizade tradicionais. Ela deverá ser bus-

cada, e poderá muito bem ser garantida, em razão de os países da América Latina terem muito a ganhar (e muito a contribuir) na solução desses problemas globais. Trocas econômicas e culturais mutuamente lucrativas entre os Estados Unidos e a América Latina seriam alguns aspectos de um trabalho conjunto em questões de alta relevância.

Ao lidar com esta problemática global, seria de bom alvitre que os Estados Unidos tivessem sensibilidade especial para o impacto de suas ações e omissões nos seus vizinhos próximos: políticas regionais especiais para resolver problemas universais não têm sentido. Em alguns problemas específicos - relatórios sobre violações de direitos humanos, por exemplo, ou talvez para intercâmbios culturais - instituições regionais ainda podem ter lugar; mas na maioria das questões, os países da América Latina deveriam ser considerados em função dos seus interesses, não de sua localização.

Quando não mais pretendermos que interesses comuns interliguem automaticamente os Estados Unidos e a América Latina, não precisaremos aceitar como inevitável um conflito hemisférico total. O desafio à política norte-americana nas Américas é o alimentar dos interesses comuns onde eles existem ou são latentes, ajudar a resolver as tensões inter-hemisféricas quando a conciliação é factível, e mitigar os efeitos dos conflitos quando ocorrerem confrontos. Não devemos nos surpreender nem nos alarmar com os confrontos recorrentes ou mesmo agravados nas relações entre Estados Unidos e a América Latina a respeito de tarifas e subsídios, débitos e remessas de lucros, investimentos e nacionalizações, controle alfandegário, transferência de tecnologia, imigração ou outros temas. Não devemos ignorar essas tensões nem tentar suprimi-las, mas construir e fortalecer as estruturas que antecipam e resolvem os conflitos. Novas fórmulas devem ser procuradas, então, para a reconciliação dos interesses de importadores e exportadores, produtores e consumidores, emprestadores e devedores.

O detalhamento da maneira como os Estados Unidos devem tentar conquistar a ajuda da América Latina e do Caribe para enfrentar as questões globais requeriria um outro ensaio, mas alguns pontos principais podem ser adiantados:

I - Devemos nos libertar - em retórica, atitude e prática - dos legados do intervencionismo e do paternalismo. Devemos nos disciplinar para respeitar a soberania de todos os países da América Latina, independentemente de seu tamanho ou ideologia.

Colocar esse princípio em prática significativa (entre outras coisas) renunciar à intervenção encoberta ou aberta, abandonar procedimentos coercitivos ou discriminatórios, conquistar um acordo com o Panamá que trate esse país em igualdade jurídica, e conseguir uma aproximação em bases de respeito mútuo com Cuba e todos os outros países da região, inclusive em relação a Porto Rico.

II - Ao tratar com a América Latina, deveríamos nos preocupar com problemas em comum quanto à segurança econômica e à melhoria do bem-estar individual e coletivo, e deveríamos focalizar menos as questões de segurança no sen-

tido estritamente militar da palavra.

Para colocar este princípio em prática é necessário aceitar o fato de que os dias de absoluta segurança militar no hemisfério estão há muito tempo e irrevogavelmente terminados, e entender a verdade de que as maiores ameaças que os demais países da região têm sentido são, com frequência, provenientes dos Estados Unidos. É necessário admitir também que outras nações além de Cuba, particularmente no Caribe, podem optar por modelos socialistas de produção e organização, sem que isso implique em qualquer ameaça ao nosso país. Também é necessário aceitar como natural que as nações da América Latina e do Caribe desenvolvam relações diversificadas, tanto entre elas quanto com nações fora do hemisfério. Deveríamos nos preocupar agora, não em limitar as ligações que os países da América Latina tem fora do hemisfério, mas em encorajar os Estados latino-americanos a buscarem sustentação no resto do mundo para as tentativas de solução de problemas globais.

III - Deveríamos cooperar para que as Américas possam abrigar a divergência de opiniões. Ainda que não devamos tentar impor a nenhuma nação nossas próprias preferências econômicas ou ideológicas, deveríamos deixar claros os nossos próprios valores - nossa crença na liberdade, na democracia, na justiça, na igualdade e na dignidade do indivíduo. E deveríamos evitar nos associarmos muito estreitamente com aquele que violarem os padrões que consideramos fundamentais.

Colocar este princípio em prática significa frear nossa interferência nos assuntos domésticos das outras nações, mantendo ao mesmo tempo uma preocupação legítima com a proteção dos direitos universalmente reconhecidos. Mais especificamente, significa compreender que se não temos direito de "desestabilizar" temos a obrigação de não ajudar aqueles que torturam e reprimem e de assistir às vítimas da repressão, quer sejam vítimas da Direita ou da Esquerda. É significa também encerrar o fato de que a influência soviética - ainda considerável embora não mais preponderante - foi também reenteradamente utilizada para justificar o apoio aqueles que desprezam os direitos que consideramos essenciais.

IV - Deveríamos reconhecer que as nossas relações com os países da América Latina e do Caribe diferem entre si e não tem idêntica prioridade. Na prática isto implica em analisar de que maneira os interesses e objetivos dos diversos países da América Latina e do Caribe diferem entre si e de que maneira eles se relacionam com os nossos interesses. O principal traço de unificação na recente história da América Latina tem sido a resistência à hegemonia norte-americana. A medida que nossa predominância decaí, diferenças intra-regionais e sub-regionais devem também emergir. Os Estados Unidos devem devotar especial atenção à melhoria de seu entendimento e de suas relações com três grupos de países: aqueles onde os interesses econômicos norte-americanos estão concentrados, em primeiro lugar, o Brasil e o México, aqueles mais capazes de exercer influência em foruns internacionais (principalmente o Brasil e a Venezuela, mas também Cuba, por ra-

zões diferentes), e aqueles mais intimamente ligados aos Estados Unidos por razões de comércio ou migração (particularmente o México e as Ilhas do Caribe). Enquanto a era da hegemonia dos EUA nas Américas caminha para seu fim, devemos dedicar especial atenção ao fato de como os Estados Unidos devem se relacionar melhor com os territórios do Caribe, muitos dos quais parecem satélites à procura de uma órbita (8).

V - Finalmente, deveríamos reconhecer que o fim da hegemonia norte-americana implica em que não podemos esperar atingir todas as nossas metas nessa região.

Os Estados Unidos são, de longe, o país mais forte do Hemisfério Ocidental, o único verdadeiramente muito forte, e deverá permanecer assim por muitos anos. Não precisamos temer que nossa influência seja minimizada ou que nossos principais objetivos sejam sistematicamente frustrados. Mas devemos aceitar o fato de que as transformações internacionais ou regionais limitarão nossa capacidade de impor nosso caminho.

Um fato fundamental que a redução de nossa influência irá deflagar é que as prioridades no hemisfério entrarão em conflito. A idealização de procedimentos adequados para resolver as disputas sobre investimentos deverão entrar em choque, ao menos a curto prazo, com os interesses manifestos de empresas particulares dos E.U.A. A insistência na proteção dos direitos humanos essenciais pode ameaçar a estabilidade política que nossas corporações esperam lá fora. A expansão das exportações latino-americanas deverá envolver o crescimento do desemprego setorial em nosso país, ao qual deveremos responder restringindo as importações ou provendo uma assistência efetiva para as companhias e os trabalhadores sem colocação. Nosso desejo de enfrentar efetivamente o perigo crítico da proliferação nuclear pode nos conduzir a um conflito direto com as ambições nacionais muito emprensíveis, de diversos estados latino-americanos.

Para estabelecer uma política correta, os Estados Unidos enfrentarão difíceis opções num hemisfério no qual é ainda muito poderoso mas não mais o senhor inquestionável. O reconhecimento de que o hemisfério ocidental não é mais nossa "esfera de influência" deverá ser doloroso, mas nenhuma outra base para uma política em relação à América Latina será possível no terceiro século deste país.

NOTAS

(1) Vide *Covert Action in Chile, 1963-1973*, Relatório da Comissão Especial para Investigar as Operações Especiais do Governo quanto às Atividades dos Serviços de Inteligência, Senado dos EUA, 94ª Cong., 1ª Sessão, Dezembro 18, 1975.

(2) Vide George J. Eder, *Inflation and Development in Latin America: A History of Inflation and Stability in Bolivia*, Ann Arbor: University of Michigan press, 1968, pag. 163.

(3) Vide Riordan Roett, *The Politics of Foreign Aid in Northwest Brazil*, Nashville, Tenn: Vanderbilt University Press, 1972, e Joseph Page, *The Revolution That Never Was: Northeast Brazil, 1955-1964*, New York, Grossman, 1972.

(4) Para detalhes vide Abraham F. Lowenthal, *The Dominican Intervention*, Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1972.

(5) Vide Ernest R. May, *The Making of the Monroe Doctrine*, Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1975.

(6) O caso clássico, quase patológico, do conflito entre o Peru e a International Petroleum (IPC) ilustra claramente esta assertiva: durante vários anos os EUA puniram ou ameaçaram punir o governo peruano, a fim de forçar um acordo aceitável para a IPC. O resultado

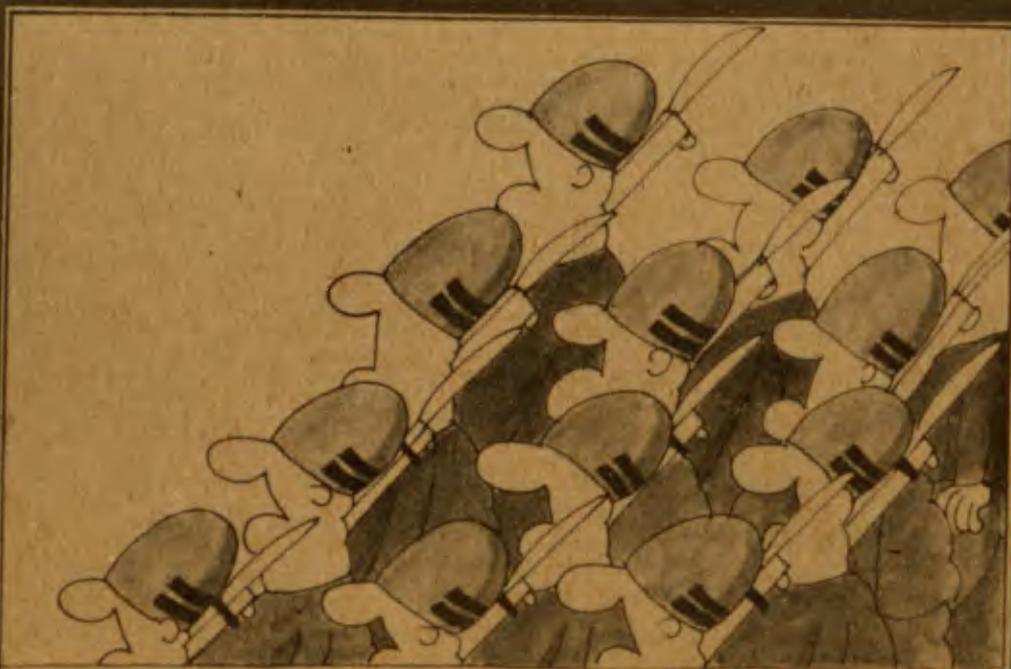
final, ironicamente, foi contribuir para elevar ao poder um regime militar nacionalista, que expropriou a IPC em poucas semanas.

(7) Vide Arthur P. Whitaker, *The Western Hemisphere Idea: Its Rise and Decline*, Ithaca, N.Y., Cornell Univ. Press, 1954.

(8) Vide também meu artigo "Toward a New Caribbean Policy", *SAIS Review*, Fall 1974, pp. 5-19.

OVELHA

MAGAZINE DE HUMOR



CAESAR

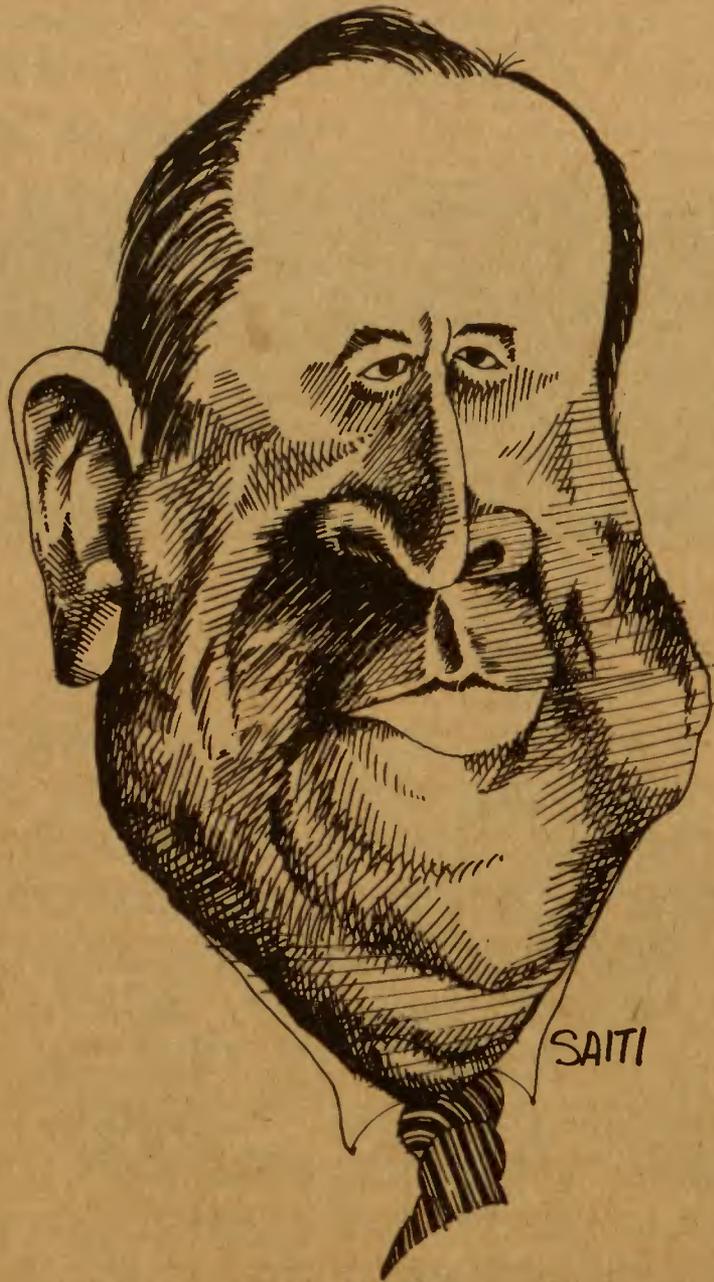


**“Sugestões concretas
sobre a forma
de consolidar a posição
da empresa
privada nacional”**

A Secretaria de Planejamento da Presidência da República constituiu no ano passado um grupo de trabalho para apresentar «Sugestões Concretas sobre a Forma de Consolidar a Posição da Empresa Privada Nacional». Até janeiro deste ano todas as sugestões do GT, formado por Hélio Beltrão, José E. Mindlin e Octávio Gouvêa de Bulhões, chegaram aos órgãos competentes do Governo Federal.

Neste anexo reproduzimos os três trabalhos: «Capitalização da Empresa Privada Nacional - Recomendações e Sugestões», apresentado por Hélio Beltrão, «Considerações e Sugestões sobre a Forma de Consolidar a Posição da Empresa Nacional», apresentado em dezembro por José E. Mindlin e «Alguns Aspectos da Economia Brasileira», apresentado em janeiro por Octávio Gouvêa de Bulhões.





Hélio Beltrão

Capitalização da empresa privada nacional



capitalização da empresa privada nacional

I - REDIRECIONAMENTO DA POUPANÇA VOLUNTÁRIA OBJETIVO:

Promover o redirecionamento de parte substancial da "Poupança voluntária", hoje aplicada concentradamente em financiamentos, procurando atraí-la para o mercado de papéis de risco (mercado primário e secundário de ações).

Com esse objetivo, promover-se-á, simultaneamente:

a) a redução da excessiva atratividade atual dos papéis do mercado financeiro;

b) a ampliação dos estímulos ao investimento em papéis de risco;

c) a adoção das medidas complementares que se tornem necessárias para reprimir indesejáveis reflexos em outros setores.

Sugestões Concretas:

a) **Redução da excessiva atratividade dos papéis do mercado financeiro:**

1. Só farão jus a correção monetária integral e juros de 6% a. a. os depósitos em Cadernetas de Poupança efetuados em nome da mesma pessoa física cujo saldo seja igual ou inferior ao máximo garantido pelo Governo, fixado atualmente em 1.000 UPC.

2. Acima de 1.000 UPC, a correção monetária anual dos depósitos fica limitada ao máximo de 20% e os juros serão reduzidos para 3% a. a.

Obs.: O limite de 20% poderá vir a ser reduzido, em função do comportamento da inflação.

3. A limitação de 20% a que se refere o item 2 estender-se-á, com as adaptações impostas pela sua natureza peculiar, às demais modalidades de aplicação no mercado financeiro que admitam cobertura da inflação, futura ou passada, seja qual for o valor da aplicação. Excetuam-se da medida, evidentemente, os papéis em circulação representativos de aplicações já realizadas. O Governo examinará a conveniência de estabelecer um plano de resgate das ORTN em poder do público.

Dar-se-á às LTN tratamento compatível com os objetivos

acima enunciados.

b) **Ampliação dos incentivos ao investimento em papéis de risco:**

4. Executar os preceitos já incluídos no Projeto da Nova Lei de Sociedades Anônimas sobre:

a) dividendo mínimo;

b) correção monetária automática do capital integralizado.

5. Estudar a adoção, isolada ou combinada, das medidas adiante indicadas (Ministério da Fazenda):

a) aumento das percentagens de abatimento instituídas na legislação em vigor para investimento em ações;

b) redução (ou abolição?) do imposto de renda sobre dividendos;

c) inclusão do pagamento de dividendos entre as despesas operacionais, até determinado limite.

c) **Medidas complementares para reprimir reflexos indesejáveis em outros setores:**

6. **Especulação Imobiliária** - O maior risco a evitar é que os investidores, acostumados a segurança e alta lucratividade, redirecionem seus recursos para o setor imobiliário; essa possibilidade, conjugada à redução do volume global dos depósitos em CP, tenderia a agravar a condenável especulação já existente no setor. Sugerimos que a SEPLAN convoque imediatamente os órgãos competentes (Fazenda, BNH, etc.) para estudar as medidas indicadas. Trata-se de matéria complexa e delicada, insuscetível de ser tratada de forma mais concreta neste documento.

MOEDA ESTRANGEIRA - Os recursos poderão procurar outros caminhos, como, por exemplo, o mercado livre de moeda estrangeira. Trata-se, porém, de mercado não muito amplo, em que o excesso de procura tende a autolimitar-se, além da característica desencorajante de clandestinidade.

Consumo - Não é impossível que as medidas preconizadas venham a ocasionar um efeito negativo quanto ao nível global de poupança, estimulando o consumo desnecessário. Cabe ponderar, todavia, que essa queda, se ocorrer, embora possa afetar a quantidade, seria amplamente

compensada pela qualidade das aplicações.

Por outro lado esquema vigente é não socialmente injusto como economicamente insustentável. Além de funcionar como concentrador de renda, tende gradativamente a deteriorar o instrumento essencial da economia de mercado que é a empresa privada.

Nessas circunstâncias, a eventual redução no nível de poupança, embora não possa ser festejada, não deverá, a rigor, ser muito lamentada.

II - UTILIZAÇÃO DA POUPANÇA COMPULSÓRIA

7. Autorizar o BNDE a utilizar os recursos dos Fundos PIS-PASEP - hoje predominantemente empregados em financiamentos - em um amplo e dinâmico "Plano de Capitalização da Empresa Privada Nacional".

8. Para esse fim, torna-se necessário que o Governo Federal, ampliando o princípio já adotado pelo DL. 1452/76, garanta expressamente a manutenção da integridade dos Fundos e os direitos de seus titulares ou correntistas.

Assegurada essa garantia, o Plano poderá ser reforçado com recursos do próprio FGTS, desde que não comprometidos na execução da programação do BNH.

9. A execução do Plano será tanto quanto possível descentralizada, e dela participarão as diversas entidades, públicas e privadas, que compõem a rede do BNH: as subsidiárias especializadas (FIBASE, IBRASA, EM-BRAMEC) e os agentes do sistema, especialmente os Bancos Privados de Investimento e os Bancos Oficiais de Desenvolvimento, na forma a ser estabelecida.

10. Os princípios norteadores do Plano serão os mesmos que vêm sendo observados pelas subsidiárias do BNDE, isto é:

a) a participação far-se-á sob a forma de ações preferenciais, sem direito de voto;

b) a direção normal dos negócios compete ao sócio privado;

c) o sócio privado poderá recomprar as ações preferenciais a qualquer tempo.

11. Em uma etapa posterior, e com base na experiência do Plano de Capitalização acima proposto, será possível pensar em transformar o PIS e o PASEP em um FUNDO DE CAPITALIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO, substituindo-se as quotas do PIS e do PASEP por quotas do FUNDO. Essa configuração, solidarizando efetivamente os assalariados nos resultados da atividade empresarial, estaria mais adequada aos objetivos do mandamento constitucional.

III - GERAÇÃO DE LUCROS E POLÍTICA DE PREÇOS

12. Autorizar o CIP a praticar uma política de preços realista, que propicie à empresa privada nacional a efetiva geração de lucros, sem o que não conseguirá reduzir o nível de endividamento, expandir-se e capacitar-se tecnologicamente. Para isto, e até que o programa de capitalização acima enunciado venha a produzir resultados visíveis, o CIP deverá ser claramente autorizado a, na fixação de preços:

12.1) considerar as duas realidades que afetam particularmente a empresa nacional, isto é:

a) a insuficiência de capital próprio e conseqüentemente, o seu alto grau de endividamento, a custos muito superiores aos atualmente admitidos pelo órgão;

b) a incapacidade de resistir por muito tempo a um prejuízo pesado ou continuado, o que não ocorre geralmente no caso da empresa estrangeira;

12.2) estimular a pesquisa, permitindo que os gastos com inovação operacional sejam reconhecidos como itens componentes de custo; e que os ganhos de produtividade resultantes tenham alguma repercussão no lucro, em vez de serem integralmente transferidos ao consumidor;

12.3) permitir o ajuste imediato, sujeito a posterior demonstração perante o CIP, nos casos de aumento de preço de matéria prima ou de insumo efetuado por ato do próprio Governo.

12.4) tendo em vista que, nos últimos anos, os aumentos de preço de equipamentos, nacionais e importados, têm sido muito superiores às taxas de

correção monetária, tomar por base, tanto quanto possível, o custo real de reposição do Ativo I-mobilizado.

IV - PRORROGAÇÃO DO DECRETO-LEI 1452/76

13. Prorrogar, por prazo indeterminado, a legislação que estabelece o limite máximo de 20% para a correção monetária dos financiamentos governamentais destinados à execução de projetos prioritários.

V - CAPITALIZAÇÃO DOS GRUPOS NACIONAIS EMPREENDEDORES

14. Ter em mente que não basta viabilizar os projetos em si. É preciso sobretudo capitalizar e fortalecer a empresa em grupo nacional que concebe, promove, lidera e executa esses projetos; e que, não raro, se endivida perigosamente para subcrever a parcela que, em cada projeto, figura sob o título ilusório de "recursos próprios".

A política de capitalização deve abranger, portanto, não apenas o projeto, mas também, quando necessário, a empresa que lidera o projeto, dele participando acionariamente.

15. Pelas mesmas razões, o princípio da correção monetária limitada (Dec. Lei 1452/76) deve ser entendido de forma a abranger os casos de consolidação de dívida da empresa acionista, quando essa dívida tiver decorrido da execução de projetos prioritários, ainda que já concluídos.

I - REDIRECIONAMENTO DA POUPANÇA VOLUNTÁRIA II - UTILIZAÇÃO DA POUPANÇA COMPULSÓRIA

A nosso juízo, a maneira mais eficiente, neste momento, de fortalecer a empresa nacional é atacando o problema crucial com que ela se debate: o elevado e perigoso nível de endividamento que a está progressivamente sufocando. É, como a causa fundamental desse endividamento é a insuficiência de capital próprio, é por aí que deve ser atacado o problema.

Premido, de um lado, pelos altos custos financeiros, e, de outro, pela política de controle de preços, o empresário nacional só conseguirá escapar ao círculo vicioso do endividamento e da

descapitalização através da criação de um poderoso mercado de ações onde vá buscar o capital próprio de que precisa. E isso só poderá ser alcançado através de medidas corajosas de reorganização da poupança, sobretudo a voluntária, que deve ser claramente redirecionada pelo Governo.

Tal como o sistema está montado, nada conseguirá deter o processo de endividamento crescente das empresas. As inúmeras oportunidades sem risco que se oferecem ao investidor privado - cadernetas de poupança, obrigações do Tesouro, certificados de depósito, letras imobiliárias, letras de câmbio, debêntures garantidas etc. - são incomparavelmente mais seguras e sedutoras do que a subscrição de papéis de risco. Aqueles tipos de aplicação - cuja utilidade econômica não está em discussão - além de praticamente isentos de risco são, em sua maioria, garantidos pelo governo, asseguram correção monetária e juros, gozam de satisfatória liquidez e ainda são favorecidos por incentivos fiscais.

Em face dessas características verdadeiramente imbatíveis. Não é lícito esperar que uma pessoa sensata prefira aventurar-se a aplicar o seu dinheiro na subscrição de ações de empresas, em que o risco é da essência do negócio, onde não existe correção monetária nem garantia do governo; onde as bonificações são incertas e, via de regra, não asseguram proteção adequada contra a inflação; e onde os dividendos, quando existem, são taxados nas mãos da empresa e do acionista.

Essa situação, que está na raiz do problema, precisa ser urgentemente modificada.

Afinal, o desenvolvimento nacional precisa mais de sócios do que de credores. E o sistema atualmente vigente está inconscientemente transformando todos nós em uma espécie de agiotas do desenvolvimento. Estamos nos habituando à idéia de que é socialmente justo fazer com que todo sistema econômico trabalhe e as empresas se endividem perigosamente apenas para proteger as nossas sobras de poupança, tranqüilamente aplicadas a risco zero, com correção monetária,

juros, liquidez e incentivos fiscais. Isto não é bom para o país e a rigor não é bom para ninguém.

O crônico problema brasileiro do excessivo custo do dinheiro está assumindo proporções dramáticas, capazes de conduzir o sistema a um doloroso impasse.

Os juros pagos pelas empresas nacionais aproximam-se, neste momento, da soma de 60% a.a. (não considerados os financiamentos oficiais ou sob regime especial). Esse custo absurdo decorre, principalmente, do alto custo inicial de captação, que anda perto de 50% a.a. Outra não é a remuneração (correção monetária capitalizada trimestralmente mais juros) garantida em 1976 aos depósitos em Caderetas de Poupança, que por isso mesmo atingem, hoje, a impressionante soma de cem bilhões de cruzeiros.

Não será difícil calcular o impacto desses custos astronômicos sobre a já desequilibrada estrutura financeira das empresas privadas nacionais, mormente se considerarmos que o CIP está impedido de autorizar a transferência desses encargos para o consumidor.

Por outro lado, neste momento, mais do que nunca, o Governo precisa que o empresário empreenda. Há um gigantesco dispêndio de divisas cuja eliminação está em nossas mãos, porque corresponde à importação de equipamentos, matérias-primas e insumos básicos que podemos produzir no Brasil. O Governo sozinho não pode resolver o problema, salvo com relação aos bens cuja produção está a cargo das empresas estatais. A principal responsabilidade no processo de substituição terá mesmo de caber ao setor privado.

Nestas circunstâncias, a inibição do empresário nacional, pelo receio de envolver-se perigosamente, passou a constituir um sério obstáculo à superação das dificuldades de nossa atual conjuntura.

Importantíssima e inestimável, perante o quadro acima descrito e ante a inexistência de um verdadeiro mercado acionário no país, tem sido a contribuição dos oportunos mecanismos criados pelo Governo Geisel, através do BNDE - FIBASE,

IBRASA. EMBRAMEC que vem viabilizando um sem-número de empreendimentos nacionais. O PROCAP deverá contribuir igualmente para amenizar as dificuldades nesse campo.

Mas o fundo da questão só será resolvido quando o governo se decidir a dar mais um passo à frente, partindo corajosamente para o redirecionamento da poupança, de forma a consolidar um forte mercado de ações, primário e secundário, e promover a progressiva redução do custo do dinheiro para as empresas.

Esse redirecionamento envolverá uma série de medidas - na linha das que tomamos a liberdade de sugerir ao fim deste capítulo - abrangendo não só a poupança privada voluntária como a compulsória.

No tocante à voluntária, é necessário, simultaneamente, aumentar a atratividade dos papéis de risco e reduzir a atual atratividade excessiva dos papéis de empréstimo - assim amplamente considerados os depósitos de poupança e as demais modalidades de aplicação do mercado financeiro, que ascendem hoje a um total superior a Cr\$ 300 bilhões, ou cerca de US\$ 25 bilhões.

As medidas atuando diretamente sobre a remuneração dessas aplicações, tem o duplo propósito de reorientar a poupança em direção ao mercado de ações e reduzir o custo de dinheiro para as empresas.

Tomamos o cuidado de preservar a situação especial do pequeno poupador, aquele que separa hoje as reduzidas sobras do salário ou o pequeno rendimento para, amanhã, comprar a casa ou fazer face a imprevistos. Esse pequeno poupador - que não chega a ser um investidor - não pode nem deve correr riscos. Deverá, por isto mesmo, continuar na situação atual, sendo-lhe asseguradas todas as garantias e vantagens essenciais à plena preservação e aumento à plena preservação e aumento gradual de seu "pé-de-meia".

É assim que, no tocante às Caderetas de Poupança, as restrições propostas só alcançarão os depósitos de valor superior a 1.000 UPC (cerca de Cr\$ 180.000,00), que correspondem ao máximo garantido pelo Governo. É es-

clarecedor observar que esses depósitos devem representar pelo menos 50% do total, e estão concentrados em menos de 2% dos depositantes.

Embora a Caderneta de Poupança tenha sido instituída, basicamente, para estimular a pequena poupança, não julgamos oportuno propor desde já a supressão total da correção monetária acima daquele limite, para evitar maiores abalos ao sistema. Estamos sugerindo, por enquanto, apenas a limitação da correção monetária em 20% (adotado: Decreto-Lei 1452/76) e da taxa de juros em 3% (rendimento básico assegurado aos titulares da poupança compulsória). O limite de 20% poderá vir a ser reduzido em função do comportamento da inflação.

Para não frustrar a efetiva canalização de recursos para os papéis de risco, será obviamente indispensável estendaq wimitação, no mesmo grau, aos demais papéis do mercado financeiro - ORTN, Letras de Câmbio, Depósitos a Prazo Fixo, Letras Imobiliárias, etc. - neste caso sem limitação de valor, dada a virtual ausência de participação do pequeno poupador, hoje, nesses papéis.

Não nos aventuramos a por menorizar as fórmulas capazes de objetivar essa extensão, tarefa que melhor caberá às autoridades fazendárias.

Quanto à ampliação dos incentivos aos papéis de risco, estamos propondo, em reforço aos estímulos já previstos na nova lei das Sociedades Anônimas, - zub., pelas autoridades, de uma série de medidas tendentes a aumentar substancialmente a atratividade daquelas aplicações.

No tocante ao redirecionamento da poupança compulsória, o problema, aparentemente mais delicado e complexo, resume-se, afinal, em tornar ainda mais nítida e efetiva a decisão, que o governo já tomou, de bancar o jogo do desenvolvimento nacional, através do fortalecimento do sistema privado. A nosso ver essa política, que já vem sendo aplicada no tocante aos financiamentos (correção monetária limitada a 20%) pode e deve, ser claramente estendida à capitalização

das empresas, assegurando-lhes condições de rentabilidade.

A utilização, com esse objetivo, dos fundos sociais geridos pelo governo não oferecerá maiores inconvenientes desde que o governo **banque o jogo**, isto é, assuma a responsabilidade pela manutenção da integridade dos fundos e pela garantia dos direitos assegurados aos seus legítimos titulares.

Se assim agirmos, teremos realmente transformado os brasileiros em **sócios** de nosso desenvolvimento, além de solidarizar os assalariados no êxito de nosso sistema empresarial.

III — GERAÇÃO DE LUCROS E POLÍTICA DE PREÇOS

A principal fonte de sustentação e expansão da empresa é o lucro. Sem a geração de lucros pouco adiantará o arsenal de medidas destinadas a fortalecer a empresa nacional. Note-se ainda:

a) que tais medidas de fortalecimento dificilmente produzirão conseqüências a curto prazo, sendo inadequadas para enfrentar a grave situação de endividamento e os insuportáveis ônus financeiros que afligem hoje a quase totalidade do empresário nacional;

b) que não seria razoável que o Governo, através daquelas medidas estimulasse os investidores privados a injetar recursos de risco em empresas incapazes de gerar lucros.

Por todas essas razões, é indispensável que a **execução da política de contenção de preços seja harmonizada com a política de consolidação da empresa privada nacional**. O CIP, que vem realizando inegáveis esforços no sentido de atender às dificuldades das empresas, é obrigado a dar prioridade ao objetivo de contenção de preços, para o qual foi instituído. Cabe ao Governo atribuir-lhe, expressa e concomitantemente, a responsabilidade pela harmonização das duas políticas.

Duas considerações básicas deverão nortear a integração do CIP na política de consolidação da empresa privada nacional. Essas considerações não são de natureza filosófica, emanam de

duas realidades inegáveis que as distinguem das empresas estrangeiras e que, se ignoradas na fixação dos preços, poderão conduzir importantes segmentos da economia a um processo de insolvência, desnacionalização ou estatização.

Primeira realidade:

As empresas privadas nacionais padecem de insuficiência de capital próprio e, conseqüentemente, de uma inadequada relação "não-exigível/exigível". Esta situação vem sendo progressivamente agravada pela elevação dramática do custo dos financiamentos que ameaça destruir o que resta do capital próprio, num processo de causação circular cumulativa.

Via de regra, as empresas estrangeiras dispõem de melhores condições de capitalização e financiamento.

Segunda realidade:

A resistência ao não lucro ou ao prejuízo é incomparavelmente menor no caso da empresa privada nacional, que dificilmente resiste a um prejuízo pesado ou continuado, digamos, durante três ou quatro anos. A estrangeira pode suportar as "vacas magras" e absorver prejuízos continuados (além de dispor, freqüentemente, de mecanismos fiscais compensatórios no país de origem). É que, além da insuficiência de recursos próprios, a empresa nacional geralmente **não dispõe de alternativas**. Para ela, o mercado brasileiro representa, quase sempre, 100% do seu faturamento. Para a multinacional, que tem no Brasil uma parcela pequena de seu mercado total, o prejuízo, ainda que continuado, não tem maior gravidade, podendo, inclusive, apresentar alguns aspectos positivos, na medida em que o concorrente brasileiro não tenha resistência para absorver as perdas.

É indispensável, assim, que o CIP execute a parte que lhe cabe na política de capitalização da empresa privada nacional, o que implica em, realisticamente, admitir os elevados encargos financeiros como decorrência natural de sua reconhecida insuficiência de recursos próprios; e que não perca de vista a desigualdade de resistência a que atrás nos referimos.

Sugerimos, igualmente, que

se recomende ao CIP o tratamento favorável ao desenvolvimento das atividades de pesquisa e inovação operacional realizadas pelas empresas privadas nacionais, de forma que os ganhos de produtividade decorrentes dessa pesquisa se traduzam no lucro e, portanto, permitam o crescimento da empresa e o estímulo à pesquisa, em vez de transferi-los por inteiro ao consumidor, sob a forma de redução de preços.

Não é justo, outrossim, que, no caso de aumento de preço de matéria-prima ou de insumo efetuado pelo Governo a empresa seja obrigada a aguardar todo o processamento e a aprovação final do CIP para ajustar o preço. Nesses casos, parece-nos que o ajuste pode ser imediato, sujeito à demonstração e aprovação posterior pelo CIP.

Finalmente, deverá ser o CIP autorizado a, nas indústrias intensivas de capital, tomar como base de remuneração, tanto quanto possível, o custo de reposição do ativo imobilizado. A adoção desse critério se impõe, tendo em vista que, como é notório, o aumento de preços dos equipamentos nacionais ou importados, vem sendo, nos últimos anos, muito superior às taxas de correção monetária.

IV PRORROGAÇÃO DO DECRETO-LEI 1452/76

A legislação que limita em 20% a correção monetária dos financiamentos necessários à execução dos projetos prioritários deve ser prorrogada por prazo indefinido. Ela estará automaticamente revogada quando se tornar inaplicável, pela redução da própria inflação a níveis inferiores a 20%, ou desnecessária, quando a política de capitalização tiver reduzido o endividamento a níveis suportáveis.

V - VIABILIZAÇÃO DOS GRUPOS NACIONAIS EMPREENDEDORES

O empresário brasileiro, atraído pelas oportunidades que o nosso desenvolvimento lhe vem apresentando, não tem hesitado em endividar-se para completar a parcela que figura sob o título de "recursos próprios" nos estudos de viabilidade dos empreendimentos em que se vêm engajando. Na ver-

dade, esses recursos; na maioria dos casos, representam um novo endividamento da "empresa-acionista", dada a inexistência de um mercado de capitais onde possa buscar esses recursos.

Ora, na perspectiva maior da consolidação da posição do empresário nacional é preciso sempre enxergar, por trás de cada projeto, a empresa-acionista empreendedora, que constitui a chave do processo. E, se esses recursos são encarados como "próprios" do ângulo do projeto, na verdade representam recursos de empréstimo, que podem agravar a posição da empresa "empreendedora". Do contrário estaremos incorrendo em mera "ilusão de ótica".

Veja-se o que vem ocorrendo com o PROCAP. Foi ele basicamente

instituído para emprestar aos Bancos de Investimento recursos subsidiados pelo BNDE (DL 1452/76) para que aqueles Bancos subscrevessem capital nas empresas nacionais. Se esse procedimento tivesse vingado, estaríamos realmente pondo em ação um mecanismo eficiente de capitalização da empresa. Mas não é esse o mecanismo que vem realmente funcionando.

Os Bancos de Investimento vêm preferindo utilizar-se do mecanismo posteriormente instituído pelo Decreto Lei que lhes permite transferir os recursos aos acionistas das empresas responsáveis pelos projetos, a fim de que eles subscrevam as ações.

Ora, esse novo esquema não

realiza o verdadeiro objetivo maior do PROCAP, que não é o de capitalizar os projetos, e sim a empresa nacional que investe nesses projetos. Para a empresa-acionista-promotora não há, no caso, capitalização, e sim um mecanismo de endividamento a mais (é verdade que, desta vez, a custo mais reduzido). Os Bancos de Investimento preferem não bancar o jogo; limitam-se a repassar os recursos ao acionista que, além de aumentar o seu grau de endividamento, continua a correr sozinho o risco.

Apresentamos, no anexo, de forma resumida, nossas recomendações e sugestões concretas sobre o tema CAPITALIZAÇÃO DA EMPRESA PRIVADA NACIONAL.

DOIS NOVOS LANÇAMENTOS DA VERTENTE:

OS MENINOS

de
Domingos Pellegrini Jr.

e

UM DOIDO NO QUARTEIRÃO

de
Antonio Contente

JÁ NAS LIVRARIAS

ASSINE ESCRITA

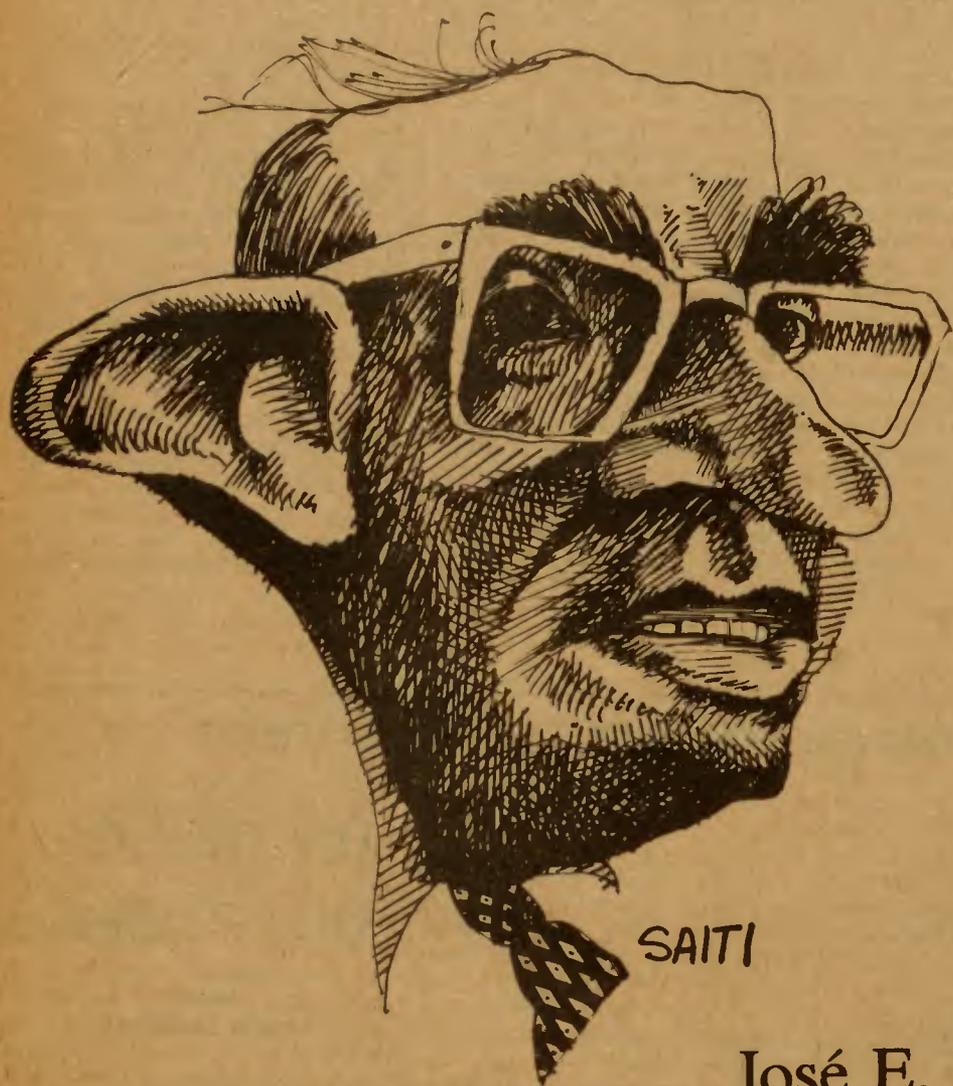
Desejo assinar Escrita a partir do n°.....
() por um ano (Cr\$ 180,00).....
() por seis meses (Cr\$ 90,00).....
Solicito o envio gratuito dos seguintes números atrasados.....

(três para assinatura anual, dois para semestral)

Nome:.....
Endereço:.....
Cidade:..... Cep.....
Estado:.....

ATENÇÃO

Segue vale postal () / cheque visado () para
Vertente Editora Ltda. - Rua Monte Alegre, 1434
Fone.: 62-3699 - 05014 - São Paulo (SP)



SAITI

José E. Mindlin

Considerações e sugestões sobre a forma de consolidar a posição da empresa privada nacional



considerações e sugestões sobre a forma de consolidar a posição da empresa privada nacional

O tema do fortalecimento da empresa privada nacional tem sido objeto de tantos pronunciamentos e debates públicos, que a análise de sua importância e das implicações desse fortalecimento parece-me dispensável, pois pouco acrescentaria ao conhecimento do assunto por parte das autoridades governamentais. Basta acentuar-se, a meu ver, a essencialidade de um empresário nacional economicamente sólido, e tanto tecnologicamente como administrativamente capaz, atuando em condições de não inferioridade em relação à empresa estrangeira ou à empresa estatal. No que diz respeito à empresa estrangeira, considero da maior utilidade a contribuição que pode prestar ao desenvolvimento do país, desde que se estabeleçam determinadas regras, pois as de hoje não atendem, a meu ver, a alguns problemas importantes, que adiante mencionarei. Mas este tema, embora paralelo e importante, pode representar fator necessário, mas de modo algum suficiente para o fortalecimento da empresa nacional. Deve ser tratado como capítulo à parte, pois não é através do combate à empresa estrangeira que a empresa nacional se fortalece. Uma e outra devem ser estimuladas, embora por medidas diferentes, sendo fundamental, de um lado, que a proteção outorgada à empresa estrangeira não enfraqueça a posição do empresário nacional, e, por outro, que o apoio dado a este último não seja de tal porte ou natureza que desestime o investimento estrangeiro. De minha parte, considero a convivência perfeitamente viável, acho que o investimento externo é sempre importante para o Brasil, não somente na atual conjuntura, e que como disse acima, devem ser estabelecidas regras estáveis, com o que, estou certo, o Brasil terá condições de atrair tais investimentos, que buscam os bons mercados (é o nosso caso), aceitam a disciplina, mas devem poder sentir que são bem recebidos, e evitam, compreensivelmente, a instabilidade e o risco

da mudança arbitrária de regras. Quanto à empresa estatal, creio que se sua atuação até agora, embora polêmica, pode ser justificável, é indispensável evitar que essa atuação se expanda e se estenda a novos setores, pois, quando detomada pelo Estado determinada atividade econômica, a empresa privada tem, via de regra, com raras exceções, condições de continuá-la satisfatoriamente, e, na maioria dos casos, poderia ter mesmo atuado desde o início, se o Estado houvesse proposto ou aceito a iniciativa, ao invés de desde logo atuar diretamente.

Vejamos, entretanto o tema central proposto, ou seja, o fortalecimento da empresa privada nacional.

Desde logo ressalta um problema fundamental, de que decorrem quase todos os outros que a empresa nacional enfrenta, e cuja solução, em todo caso, seria grandemente facilitada pela solução do primeiro: a falta de capital. Basicamente, a empresa nacional atende às suas necessidades de recursos através de reinvestimento de lucros e de financiamentos. Como a primeira fonte tem se revelado cada vez mais insuficiente, passou a faltar o capital próprio, tornando obrigatório o recurso aos financiamentos, o que, evidentemente, longe de fortalecerla, progressivamente a enfraquece, especialmente na época atual, em que o alto custo do dinheiro torna o financiamento excessivamente oneroso e acaba pondo em risco a solidez da empresa. A conclusão lógica desse fato é que a empresa privada nacional, ao invés de financiamentos, deveria ter a possibilidade de maiores recursos de capital, com menor endividamento e menores ônus financeiros. Antes de se procurar os melhores caminhos para alcançar esse objetivo, creio que caberiam várias indagações:

- 1) - Há capitais a serem captados?
- 2) Se há, onde estão empregados agora?
- 3) Quais as causas de aplicações divorciadas da empresa?

A resposta não me parece difícil e, uma vez fixados esses pontos, também não me parece difícil a solução: dirigir a poupança existente para o investimento empresarial.

A primeira indagação eu responderia com tranquilidade afirmativamente, pois não parece dúvida da existência de capitais vultosos a serem captados, como demonstrou o surto da Bolsa até 1971 (infelizmente desvirtuado), e como demonstra, além da soma de recursos carreados do setor privado para o Estado, a atual especulação imobiliária e financeira, que permite a poucos ganhar muito e impede muitos de conseguirem os recursos indispensáveis a uma atividade construtiva e criadora. Não sei se se pode afirmar com segurança que a poupança existente é suficiente, mas, ainda que não o seja, se uma parte substancial for canalizada como investimento para a empresa privada, grande parte dos problemas atuais estará atenuada.

A segunda indagação, de certo modo, já foi respondida: a especulação imobiliária e financeira atrai parte apreciável dos recursos existentes, e as cadernetas de poupança e títulos oficiais absorvem a quase totalidade da outra parte. A causa do fenômeno não é difícil de detectar: os rendimentos dessas aplicações têm um tratamento fiscal favorecido, e, o que ainda é mais importante, oferecem eles grande rentabilidade e absoluta liquidez, além da segurança representada pela garantia oficial. Em tais condições, é óbvio que o investidor prefere esse gênero de aplicações, não correndo praticamente qualquer tipo de risco. Trata-se, no entanto, de verdadeira distorção no processo econômico, que urge corrigir. Para tanto, as medidas fundamentais residem em concentrar a poupança em capital acionário, redirecionando-a do setor creditício (que, em última análise, através das letras imobiliárias inclui a especulação imobiliária) para o capital das empresas.

Outra fonte extremamente significativa de recursos é a arrecadação do PIS e do PASEP. Esses recursos, que hoje são aplicados, através do BNDE, em financiamentos cujos ônus a empresa privada não tem condições de suportar, também deveriam ser empregadas na capitalização da empresa, através de uma descentralização que utilizasse, além dos estatais, os mecanismos privados existentes. Existem já alguns instrumentos indiscutivelmente eficientes, como IBRASA, EMBRAMEC e FIBASE, que, subscrevendo ações preferenciais de determinadas empresas, atendem às necessidades dessas empresas sem agravar o seu endividamento. Trata-se, no entanto, de um instrumento muito limitado, pois somente se aplica a sociedades abertas, que, como é notório, são em número extremamente reduzido, se comparado com o universo da empresa nacional. Esta em seu conjunto é que deve ser assistida, sem distinção de tamanho ou forma de constituição, desde que sejam atendidas, naturalmente, determinadas condições fundamentais, das quais três me parecem essenciais: a viabilidade da empresa, a publicidade ou o pleno acesso a todas as informações relacionadas com seu andamento (full disclosure) e a negociabilidade das ações ou quotas representadas pelo capital subscrito a título de assistência.

É verdade que, pela nova lei das sociedades anônimas, praticamente qualquer sociedade que ofereça ações à venda pode ser tida como sociedade aberta; mas, por outro lado, não se pode ignorar o fato de que a grande maioria das empresas brasileiras, especialmente pequenas ou médias, são sociedades por quotas de responsabilidade limitada, cuja estrutura rudimentar dificulta o preenchimento das formalidades inerentes às sociedades anônimas. Nem por isso, entretanto, essas sociedades, que representam tão grande parcela da empresa nacional, deveriam deixar de ter acesso aos novos instrumentos de capitalização eventualmente criados. Para tanto, será necessário, é claro, adaptar a legislação fiscal à nova lei das sociedades anônimas, e reformular a lei de

sociedades por quotas, de há muito anacrônica.

Outra anomalia desde logo evidente a quem examine o problema é que os Bancos de Investimento, ao invés de investir, emprestam: são instituições de crédito, e não, como seu nome poderia fazer supor, de capitalização de empresas. Caberia uma regulamentação que levasse os Bancos de Investimento a desempenhar a verdadeira função que lhes cabe, participando das empresas privadas e compartilhando os riscos do empresário. Recursos para tanto, além dos próprios e dos depósitos a prazo, poderiam provir de repasses dos organismos oficiais, especialmente dos recursos do PIS e PASEP e do PROCAP, mas também das Cadernetas de Poupança, que hoje não deveriam mais ser aplicados exclusivamente em investimentos imobiliários.

Com relação ao PROCAP, cabe observar que este mecanismo, de certo modo, cria a ilusão de recursos próprios na empresa nacional, mas, na realidade, constitui muito mais uma forma de endividamento do que de capitalização, como bem acentua o Dr. Hélio Beltrão, em documento já apresentado, em 16 de novembro último ao Dr. Elcio Costa Couto, Coordenador deste Grupo de Trabalho.

O direcionamento para o capital das empresas não será seguido, entretanto, se não se reduzir a lucratividade dos papéis de crédito atualmente procurados, e se não se aceitar o conceito de que o investidor deve optar entre a rentabilidade e a liquidez; está implicando sempre em redução da outra e vice-versa.

As principais medidas concretas que se podem, a meu ver, sugerir para direcionar a poupança no sentido desejado, de participação no capital acionário das empresas privadas nacionais, são as seguintes:

1) - Utilização dos recursos do PIS e PASEP, através dos Bancos de Investimento oficiais e privados, na subscrição de capital de empresas, ao invés de empréstimos, com uma eventual transformação em fundo de investimento.

É claro que os Bancos assumem responsabilidade nessa subscri-

ção, que deve ser feita criteriosamente em empresas que, mesmo em dificuldades, sejam viáveis. Não se trata de criar, no campo da economia, um vasto hospital.

2) Sujeita ao exame dos aspectos legais envolvidos, aplicação das reservas das companhias de seguros de forma similar à dos recursos do PIS e PASEP.

3) Não tributação, parcial ou total, dos dividendos distribuídos pelas empresas.

4) Desestímulo e/ou penalização de outros investimentos, reformulando-se o tratamento fiscal de aplicações imobiliárias e financeiras.

5) Eliminação da concorrência das empresas públicas no mercado de ações; especialmente das que detêm monopólios, como por exemplo a Petrobrás.

6) Limitação da amplitude da Caderneta de Poupança, que como seu próprio nome indica, não deve ter o caráter de investimento, e sim representar uma reserva monetária para o pequeno ou médio poupador. Corresponde a Caderneta de Poupança aos antigos depósitos populares da Caixa Econômica, que tinham um limite acima do qual não se pagavam juros. A mesma coisa poderia ser feita nas Cadernetas de Poupança abertas de agora em diante, fixando o Conselho Monetário Nacional um limite razoável, dentro do qual o titular teria assegurada a plena correção monetária e o pagamento dos juros. Quem dispusesse de capitais maiores deveria ver esses capitais direcionados para a aplicação em empresas. Por outro lado, a utilização, pelo Governo, dos recursos provenientes das Cadernetas de Poupança, embora podendo ser feita em investimentos imobiliários, não deveria mais ser feita exclusivamente nesse setor. Isto se justificou na época da instituição do mecanismo, mas hoje não prevalecem as mesmas razões.

7) Criação de condições de atuação do CIP que não impeçam a rentabilidade estável da empresa privada.

É realmente fundamental que

a orientação do CIP permitirá a geração de lucros, harmonizando a contenção de preços com o fortalecimento da empresa. Nas condições atuais de controle de preços, em que há uma generalizada queda de rentabilidade, isto representa um forte desincentivo à aplicação de capital. O investimento nas empresas só pode ser esperado se houver probabilidade de lucro. Creio, aliás, que as restrições de crédito hoje em vigor, que já estão determinando uma redução do ritmo inflacionário, e as alterações da lei do Imposto de Renda, prevendo o aumento de desconto na fonte, concomitante ao pagamento do Imposto de Renda do exercício de 1977, reduzem muito o poder aquisitivo do mercado interno, tornando quase dispensável a ação do CIP. De fato, se mesmo com preços baixos é provável uma queda no mercado, com muito mais razão pode-se considerar inviável uma alta abusiva de preços por parte das empresas.

Tudo que acima se diz pressupõe um esforço de contenção da inflação, e o sucesso desse esforço. Ocorre que, realisticamente, não se pode esperar um resultado imediato, tanto na queda do ritmo da inflação, como no êxito do programa de capitalização das empresas. Estas, pelo menos durante algum tempo, ainda deverão recorrer ao financiamento. Sendo este o caso, parece-me recomendável, embora seja discutível o princípio de qualquer tipo de discriminação, que os setores considerados prioritários dentro de nossos planos de desenvolvimento, continuem a receber financiamentos a taxas favorecidas, ficando claro, entretanto, que esta recomendação tem um caráter provisório. A eliminação pura e simples, a partir do próximo ano, dessas taxas favorecidas, criará para as empresas situações desfavoráveis de concorrência, e, na realidade, impossibilitar-lhes-á recorrer ao financiamento com a correção monetária integral, voltando-se à estaca zero. Mantida por mais algum tempo a taxa favorecida, é de se esperar que ela não seja

mais necessária no futuro, pelo menos a médio prazo.

Antes de encerrar estas considerações e sugestões, volto ao problema da regulamentação do capital estrangeiro. Creio que seria importante instituir um mecanismo de seletividade dos investimentos, pois a liberdade que hoje existe para a empresa que não busque incentivos cria a possibilidade de ônus desnecessários no balanço de pagamentos, e de perturbação de mercado nos setores já satisfatoriamente atendidos pela empresa existente, nacional ou estrangeira. Reconheço a dificuldade da eventual proibição absoluta de um investimento estrangeiro por desnecessário, embora considere que ela se justifica em determinados casos. Há empresas interessadas no mercado nacional que podem se permitir alguns anos de prejuízos ou que encontram aqui mercado cativo, através de entendimentos com outras empresas que são suas grandes clientes no exterior, que também operam no mercado brasileiro, e que, por isso mesmo, podem provocar, a médio ou longo prazo, o enfraquecimento das empresas aqui existentes, conseguindo então o mercado para si. Sou, pois, favorável à tese de que o governo deveria ter a faculdade de não aceitar investimentos julgados supérfluos, independentemente da importância do setor a que se destinem. Se, entretanto, tal política for julgada incompatível com a posição, de que aliás compartilho, de que deve existir bom clima de atração para o capital estrangeiro, creio que ao menos deve-se-ia estabelecer um escalonamento de setores segundo a sua prioridade com uma taxação das remessas crescendo progressivamente na razão inversa da essencialidade do empreendimento, exemplo do que se fez com as taxas de "royalties" admissíveis. Igualmente deveria haver uma diferenciação na taxação de remessas por empresas que aqui ingressem com incentivos ou aprovação oficial, e as que decidam investir sem que o investimento seja considerado neces-

sário.

No capítulo em que se pergunta como garantir à empresa privada nacional posição de destaque em setores dinâmicos, como bens de capital e insumos básicos, parece-me que o que está sendo feito é positivo e acertado. Por outro lado, subcreveria sem hesitação as sugestões formuladas a respeito pela ABDIB, em documento de 21.10.76, entregue ao Dr. Elcio Costa Couto.

Todas as considerações e sugestões acima apresentadas são feitas com a reserva de não pretenderem representar uma solução cabal dos problemas que a empresa privada nacional enfrenta. Muito mais poderia ser dito, e certamente muito mais poderá ser feito no decorrer do tempo. Se, entretanto, houver plena consciência dos problemas, consciência aliás cuja existência a própria criação do Grupo comprova, e se forem tomadas as medidas que se sugerem, isto representará um passo de extrema importância para o fortalecimento e consolidação da empresa nacional. Não importa que não seja tudo quando se possa fazer, pois certamente sua significação será grande e sua eficiência indiscutível.

Propositalmente deixei de abordar o último tema do roteiro proposto, ou seja, como auxiliar a empresa nacional e enfrentar certos problemas em outros setores: área de exportação de manufaturados; outras indústrias básicas; problemas nas indústrias tradicionais; indústria de construção naval; indústria elétrica e eletrônica; indústria de bens de consumo duráveis; área financeira, indústria imobiliária e desenvolvimento urbano. Trata-se de um conjunto de temas extremamente complexo, que exigiria, a meu ver, um estudo à parte, feito em prosseguimento aos trabalhos do Grupo. Além do mais, procurar a solução dos problemas globais dessas áreas sem que se tenha resolvido o problema básico da empresa nacional, que é o da capitalização, teria alcance muito relativo. Seria, creio eu, um exercício de vã filosofia.



Octávio Gouvêa de Bulhões

**Alguns aspectos
da
economia brasileira**



alguns aspectos da economia brasileira.

Durante vários decênios, antes de 1964, o Brasil estava sujeito a surtos inflacionários provenientes, de maneira invariável, dos desequilíbrios financeiros do Tesouro Nacional. Depois de 1964, os orçamentos públicos passaram a ser bem administrados.

Em 1968, não se registrou mais déficit e a posição de equilíbrio está sendo mantida.

Se o desequilíbrio orçamentário fosse a única causa da inflação, o Brasil seria um país de notável estabilidade monetária. Ocorre, porém, que a expansão de crédito, muitas vezes provocada pelo vulto dos investimentos públicos, é fonte de rápida e acentuada desvalorização monetária. O simples enunciado dos valores dos empréstimos do sistema bancário ao setor privado dispensa qualquer comentário, tão visível o vulto dos aumentos sistemáticos, de um ano para outro.

Quadro I (milhões de cruzeiros)

| | Empréstimos | Acréscimos | Percentagens |
|------|-------------|------------|--------------|
| 1971 | 57 604 | | |
| 1972 | 81 560 | 23 956 | 41,6 |
| 1973 | 119 324 | 37 764 | 46,3 |
| 1974 | 189 663 | 70 339 | 58,9 |
| 1975 | 297 277 | 107 614 | 57,0 |

FONTE: *Conjuntura Econômica*, novembro, 1976, pg. 177, Quadro XXVI.

Durante o período considerado, o surto inflacionário ocorreu a partir de meados de 1973. Até então prevalecia uma tendência do declínio da taxa inflacionária.

Em 1967, quando se deu início à expansão creditícia, havia

bastante capacidade produtiva ociosa. Assim mesmo, o Governo teve o cuidado de reduzir a expansão em alguns anos subsequentes, ao verificar que a taxa de inflação cessara de declinar. Ao mesmo tempo, surgiam os depósitos a prazo. Em

1972, o fluxo das somas dos depósitos a prazo representava 32% do acréscimo dos empréstimos bancários; já em 1973 caía para 20% e, em 1974, para 11%. O quadro a seguir revela o aumento dos depósitos de poupança e os depósitos a prazo.

Quadro II (milhões de cruzeiros)

Fluxos acumulados no período

| Dezembro | Depósitos de poupança | Depósitos a prazo fixo |
|--------------|-----------------------|------------------------|
| 1969 | 363 | 654 |
| 1970 | 1188 | 2337 |
| 1971 | 1680 | 5050 |
| 1972 | 3952 | 7527 |
| 1973 | 6409 | 8794 |
| 1974 | 14803 | 7660 |
| 1975 | 26309 | 21096 |
| 1976 (junho) | 21604 | 11496 |

FONTE: Boletim do Banco Central, novembro, 1976, pg. 124, Colunas 2 e 3.

Os depósitos a prazo fixo participam do sistema bancário, mas os de poupança acham-se ligados ao financiamento de residências. Em 1975, houve um acréscimo mais pronunciado dos depósitos a prazo, em face da liberação da taxa de juros aos Bancos de Investimento. Todavia, já estando acelerada a inflação, as operações financeiras continuaram a ser de prazo cada vez menor. O Governo, em lugar de reagir contra essa tendência, acomodou-se. Deu aos depósitos a prazo que não eram inferiores a um ano (com o correspondente tempo para os em-

prestimos) o período de um semestre e depois veio a aceitar o prazo de um trimestre.

Tais concessões fizeram convergir a liquidez com a rentabilidade, convergência das mais nefastas: transformou a poupança em meios de pagamento; aniquilou o mercado de capitais; dificultou o combate à inflação.

O Governo reconhece o imperativo de estimular-se a formação do capital acionário, motivo de concentrar o incentivo tributário à compra de ações. Por outro lado, por meio do Imposto de Renda, grava mais o dividendo que o juro e, sobretudo,

ao admitir o aumento da rentabilidade dos financiamentos de grande liquidez, impede a aplicação de recursos no mercado de capitais.

A estimativa do declínio da aplicação da poupança na compra de ações novas - ações que suprem o financiamento das empresas, quer para a realização de seus investimentos, quer para a preservação do capital de giro - pode ser melhor evidenciada na estatística do fluxo das correntes financeiras que o Banco Central apura sistematicamente e publica no Boletim referido no Quadro II.

Quadro III (milhões de cruzeiros)

| Fluxo acumulado no período | | | |
|----------------------------|----------|------------------|--------------------|
| | Poupança | Emissão de ações | Proporções B/A (%) |
| 1966 | 4626 | 1779 | 38,4 |
| 1967 | 8152 | 2920 | 35,8 |
| 1970 | 35527 | 6813 | 19,1 |
| 1971 | 51810 | 17054 | 32,9 |
| 1972 | 67015 | 15524 | 23,1 |
| 1973 | 97569 | 21288 | 21,8 |
| 1974 | 118891 | 24038 | 20,2 |
| 1975 | 225898 | 36229 | 16,0 |
| 1976 (junho) | 132278 | 14319 | 10,7 |

Se há grande diferença na proporção de subscrição de ações, entre 1966-1967 e 1970, no que diz respeito às reservas, a poupança nas empresas ainda é significativa, nesse ano. Sob a proporção das subscrições em 1971, como reflexo da especulação bolsista. A queda, mais tarde, é atribuível à cessação especulativa. De um modo geral, é nítido o declínio da poupança

empresarial, em contraste com o apelo ao crédito.

As operações no mercado monetário desenvolvem-se mediante a oferta de títulos do Governo. Todavia, não necessitando o Tesouro de antecipações de receita, pela ausência de déficits orçamentários - a oferta seria destinada a absorver meios de pagamento. Aliás, a política de venda de títulos foi adotada e

desenvolvida quando o Brasil passou a acumular reservas no exterior. Mas durante 1974, 1975 e princípios de 1976, não obstante o endividamento no exterior, nossas reservas líquidas sofrem baixa. Não havia, pois, excesso de meios de pagamento originados do exterior, cujo controle adequado é o da venda de títulos do Tesouro. Não obstante esse fato, as vendas aumentaram.

Quadro IV (milhões de cruzeiros)**(milhões de dólares)**

| Saldos em fim de período | Obrigações do Tesouro e Letras do Tesouro | Liquidez Internacional Total das Disponibilidades |
|--------------------------|---|---|
| Dezembro | | |
| 1973 | 38344 | 6415 |
| 1974 | 47802 | 5269 |
| 1975 | 97548 | 4040 |
| 1976 | | |
| janeiro | 96581 | 3868 |
| fevereiro | 95919 | 3673 |
| março | 100972 | 3551 |
| abril | 109077 | 3527 |
| maio | 114985 | 3403 |
| junho | 126065 | 3718 |

FONTE: Boletim do Banco Central, novembro, 1976, pg. 95, Coluna 44 e pg. 203, Coluna 5.

O aumento da taxa de juros, o recurso à cláusula de recompra, o amparo às deficiências financeiras de várias instituições, trouxeram ao mercado uma sequência de distorções que imprimiram considerável acréscimo de velocidade aos meios de pagamento. Anulava-se, desse modo, a tentativa de reduzir-se sua quantidade. Basta

lembrar que o montante de compensação de cheques que, geralmente, não chega a atingir o coeficiente de 2 do valor dos depósitos a vista, registrou um coeficiente superior a 7 em 1976. Nestas condições, é difícil combater-se a inflação e, mais ainda, fortalecer-se o capital acionário das empresas. Em resumo: enquanto não se der me-

lhor orientação ao mercado monetário, não conseguiremos normalizar o mercado de capitais.

O próprio mercado monetário deixa as autoridades monetárias desarmadas. Durante o período de 1974, 1975 e mesmo no princípio de 1976, quando declinavam as reservas no exterior, a disciplina monetária seria melhor encaminhada por outros

Naturalmente, para forçar a colocação dos títulos do Governo, notadamente as Letras do Tesouro, a taxa de remuneração aumenta.

Quadro V

| Anos | Taxa de juros das Letras do Tesouro de 91 dias |
|-----------|--|
| 1973 | 13,85 |
| 1974 | 16,55 |
| 1975 | 18,55 |
| 1976 | |
| janeiro | 23,98 |
| fevereiro | 24,52 |
| março | 28,07 |
| abril | 28,64 |
| maio | 29,29 |
| junho | 30,21 |
| julho | 30,63 |
| agosto | 30,78 |

FONTE: Conjuntura Econômica, novembro, 1976, pg. 177 Quadro XXII.

meios. A oferta de títulos poderia manter-se módica ou, talvez, sob rigorosa disciplina de prazos de vencimento, sem cláusulas de recompra. Manter-se-ia, dessa forma, bem nítida a distinção entre liquidez e rentabilidade. Entretanto, com a distorção do mercado e com o grande aluxo de títulos públicos, surgem, agora, em momento inoportuno, vultosos resgates e certa dificuldade de oferta de novos títulos, precisamente quando as reservas voltaram a se elevar, devido ao aumento dos empréstimos no exterior.

Os fatos arrolados demonstraram falhas que podem ser superadas. A inflação pode ser corrigida com relativo êxito, se deixarmos de persistir na confluência da liquidez com a rentabilidade. Ao mesmo tempo, ao restabelecermos esta distinção, estaremos aptos a revigorar o mercado de capitais, fortalecendo o capital acionário e diminuindo a pressão sobre crédito. É uma disciplina favorável à economia interna e não menor contribuição ao reequilíbrio da balança de pagamentos.

As observações acima formuladas visam demonstrar a complexidade do propósito de fortalecer-se financeiramente a empresa nacional. A complexidade está longe de ser contrária ao êxito do que se tem em vista realizar. Trata-se, pois, exclusivamente, de assinalar a necessidade de impor-se a disciplina do mercado monetário para tornar exequível as medidas que estão sendo propostas, das quais destaco as seguintes: limitação dos

depósitos de Caderneta de Poupança: supressão do imposto sobre os dividendos incluídos na renda tributável das pessoas jurídicas; aplicação da poupança compulsória na subscrição de ações.

(a) depósitos de Cadernetas de Poupança.

As Cadernetas de Poupança são inspiradas nos antigos "depósitos populares" que dispunham de um tratamento especial, seja nos Bancos, seja nas Caixas Econômicas. Os depósitos eram limitados a certo nível e não visavam à movimentação. O propósito era aceitar e estimular a pequena poupança. A Caderneta de Poupança, entretanto, não ficou adstrita aos pequenos depositantes. Pessoas dotadas de grandes recursos, capazes de favorecerem o mercado de capitais, julgaram mais conveniente recorrer à Caderneta de Poupança. O expressivo acúmulo desses recursos, cujos fluxos anuais, excedem de vinte bilhões de cruzeiros, (Quadro I) perfazem saldos que, provavelmente, já tenham atingido nível superior a cem bilhões de cruzeiros. Esse enorme vulto talvez tenha induzido a excessos na construção imobiliária, forçando a valorização dos imóveis, além da elevação dos preços dos produtos de construção. É, portanto, razoável a sugestão da limitação do nível dos depósitos das Cadernetas de Poupança. Trata-se, porém, de medida a ser adotada do presente para o futuro. Fazer retroagir a limitação é desrespeitar o investimento do depositante e criar

insuperáveis embaraços à instituição financeira onde foram feitos os depósitos. Não se deve consertar destruindo.

(b) a supressão do imposto sobre os dividendos como parte do lucro das empresas.

O contraste entre a taxa dos dividendos e dos juros é evidente. Estes são dedutíveis da renda; aqueles são incluídos na renda tributável das empresas. Essa simples discriminação tem contribuído para que as empresas procurem o crédito, em lugar de optarem pela venda de ações novas. Precisamente pelo motivo de se desinteressarem do capital acionário, dão menor atenção ao pagamento de dividendos, preferindo reter os lucros. É essa atitude de visão social estreita que levanta dúvidas quanto ao acerto da política de isenção do imposto sobre os dividendos. Julgam alguns observadores que a isenção tributária levará a descapitalizar as empresas, ao distribuírem todos os seus lucros.

O julgamento é de duvidosa procedência. Em primeiro lugar, as empresas, antes de apurarem o lucro distribuível, em própria consonância com o imposto de renda, constituem reservas indispensáveis à preservação do empreendimento. Em segundo lugar, ao aumentarem os dividendos, terão maior oportunidade de venderem ações novas, aumento de capital consideravelmente superior ao recurso creditício. Em terceiro lugar, o lucro apurado é do acionista e não das empresas e sua distri-

buição se impõe como meio de de compensar e estimular a poupança. A difusão do capital, em complemento à difusão da poupança, é finalidade de grande importância social, pois permite a participação dos empregados na capitalização das empresas e, conseqüentemente, a suplementação dos salários com os dividendos distribuídos. Há, portanto, bastante miopia por parte daqueles que condenam o princípio da isenção tributária. O único que pode se opor é o próprio Fisco, pela perda de receita. Esse motivo, ao menos no Brasil, da compensação pelo pagamento do imposto progressivo. Nos demais países onde os dividendos já se acham sujeitos ao imposto progressivo, parece não haver compensação. Entretanto, esta se fará presente com o aumento da soma das distribuições e o incremento da capitalização das empresas, promovendo a global reativação econômica.

(c) aplicação da poupança compul-

sória na compra de ações.

O tema da aplicação da poupança compulsória na subscrição de ações, ou seja o desenvolvimento apropriado do "Programa de Integração Social" já foi amplamente exposto. Consta do livro "Evolução do Capitalismo no Brasil" que escrevi com a colaboração de Paulo Rabello de Castro, Sebastião Marcos Vital e Ary Waddington. Falta considerar o caso das pequenas empresa, que poderiam receber a participação de quotas, posteriormente transformáveis em ações. A vantagem do "Programa" consiste na multiplicação de iniciativas de organizações financeiras e multiplicidade de iniciativas de empresas industriais, comerciais e agrícolas. A dimensão da empresa é de secundária importância. O que vale é a idoneidade de sua direção e perspectiva de êxito no empreendimento. A finalidade consiste na obtenção de renda para a poupança apli-

cada; a liquidez dos títulos não constitui o aspecto essencial. de renda para a poupança aplicada; a liquidez dos títulos não constitui o aspecto essencial.

No decurso do tempo as poupanças compulsórias serão aplicadas, também, em empresas estrangeiras. Não se visa a adquirir o investimento inicial, pois seria um desperdício de transferência de propriedade. O propósito é participar da ampliação dos projetos. Do mesmo modo, a capital estrangeiro não deve absorver investimentos nacionais já iniciados. Seria uma perda de transferência de propriedade. O capital novo deve ser aproveitado para a expansão, melhoria, ou o pioneirismo. Igual ordem de pensamento é aplicável às empresas estatais. Nesse último caso, porém, seguindo uma idéia de Milton Friedman, o Estado poderia ceder empresas para os quotistas do "Programa de Integração Social".

LIVROS DE



FERNANDO
HENRIQUE
CARDOSO

CAPITALISMO E ESCRAVIDÃO
NO BRASIL MERIDIONAL

Cr\$ 90,00

AUTORITARISMO
E DEMOCRATIZAÇÃO

Cr\$ 70,00

 Paz e Terra

Reembolso postal

R. André Cavalcanti, 86, Fátima - Rio



**Tudo
o que você quer ler
está na
Livraria Escrita**

**autores brasileiros, contemporâneos,
clássicos, imprensa alternativa,
prosa e poesia marginal,
literatura hispano-americana,
americana, espanhola, inglesa,
italiana, alemã, russa,
os melhores títulos
de ciências humanas.**

**Aceitamos encomendas, reembolso postal,
pedidos por telefone e
também cedemos espaço para lançamentos**

**Rua Dr. Homem de Melo, 446 (porão),
a 100 metros da PUC
Fones: 62-3699 e 262-8861 05007 - São Paulo (SP)**

NAS BANCAS E LIVRARIAS

ESCRITA
ensaio

CULTURA
BRASILEIRA

CARLOS NELSON COUTINHO
NELSON WERNECK SODRÉ
OTTO MARIA CARPEAUX
DYONELIO MACHADO
J. RAMOS TINHORÃO
FERREIRA
GULLAR

ano | N.º 1 | 1977 | Cr\$ 25
PUBLICAÇÃO BIMESTRAL DA REVISTA ESCRITA

ESCRITA
ensaio

Ano 1 N.º 2 1977 Cr\$ 25

CRISE:
o fim das ilusões?

Octavio Ianni
Carlos Estevam Martins
Eduardo Matarazzo Suplicy
João Manuel Cardoso de Mello
Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo

Ano 1 N.º 1 1977 Cr\$ 25

ESCRITA
LIVRO

**FICÇÃO
BRASILEIRA
HOJE**

Osman Lins Samuel Rawet
Ivan Ângelo Moacyr Scliar
Ricardo Ramos Gilberto Mansur

ESCRITA
LIVRO

**THOMAS DE QUINCEY:
CONFISSÕES
DE UM COMEDOR DE ÓPIO
(COMENTADO POR BAUDELAIRE)**

